Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas

O Início da Colonização do Espírito Santo

RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado do Espírito Santo

GIVALDO VIEIRA DA SILVA
Vice-governador do Estado do Espírito Santo

JOSÉ PAULO VIÇOSI
Secretário de Estado da Cultura

ERLON JOSÉ PASCHOAL
Subsecretário de Estado da Cultura

JOELMA CONSUÊLO FONSECA E SILVA
Subsecretária de Estado de Patrimônio Cultural

MAURÍCIO JOSÉ DA SILVA
Gerente de Ação Cultural

AGOSTINO LAZZARO
Diretor-geral
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

CILMAR FRANCESCHETTO
Diretor Técnico

NÁDIA ALCURI CAMPOS COSTA
Gerente do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas

SÉRGIO BLANK
Assessor Especial

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO ESPÍRITO SANTO
Rua Luiz Gonzales Alvarado 51, Enseada do Suá, Vitória, ES, 29050-380

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Rua Sete de Setembro 414, Centro, Vitória, ES. 29015-905

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO LEVY CÚRCIO DA ROCHA
Avenida João Batista Parra 165, Praia do Suá, Vitória, ES, 29025-120

www.secult.es.gov.br www.ape.es.gov.br

Coleção Canaã
Volume 13
2ª Edição Revisada

Nara Saletto

Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas

O Início da Colonização do Espírito Santo

Vitória
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
2011

©2011 by Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo - Brasil

Coordenação Editorial
Cilmar Franceschetto

Revisão
A Autora

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica e Capa
Ivens da Silva Erler

Impressão e Acabamento

Gráfica e Editora JEP

Fotografia da capa: "Índios Botocudos do Rio Doce", Barra do rio Pancas, entre Colatina e Barbados. Walter Garber, 1909. APEES.BRD.008

Ilustração da contra-capa baseada na obra "Poema à Virgem Maria", óleo de Benedito Calixto (1901).

Edição revisada da obra publicada em 1998.

(Volume 4 da Coleção Canaã)

S1639

Saletto, Nara

Donatários, colonos, índios e jesuítas: O início da colonização no Espírito Santo / Nara Saletto. - 2. ed. rev. - Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011.
140p. - (Coleção Canaã; v. 13)

ISBN 978-85-98928-08-1

1. Espírito Santo (Capitania) - Biografia.
2. Espírito Santo (Capitania) - História. I. Título.

CDD 920.0981

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte desta obra, por qualquer meio, sem autorização da autora ou da editora constitui violação da LDA 9610/98.

É de suma importância a presente publicação revisada de um material tão representativo para uma melhor compreensão dos primórdios de nossa História, constante no livro de Nara Saletto. Desse modo, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo cumpre o seu papel de oferecer ao público análises, relatos e narrativas de fatos e personagens que forjaram a formação de nosso povo e de nossa sociedade, fomentando assim o interesse pelo nosso passado.

A memória é, sem dúvida, a base para a construção de uma sociedade mais justa e de um futuro mais promissor para todos, considerando os avanços e as contradições que caracterizaram o processo de colonização ocorrido no Espírito Santo. Para Laurentino Gomes a função dos estudos historiográficos é "iluminar o passado para entender o presente e construir o futuro. Uma sociedade inculta, incapaz de estudar e analisar sua

História, não consegue entender a si própria. E, nesse caso, não está apta a construir o futuro de forma estruturada. Uma visão de curto prazo, que não leva em conta as lições do passado, conduz a soluções igualmente imediatistas".

Por esta razão percorrer os resultados da pesquisa minuciosa feita pela autora destinados, sobretudo, a jovens estudantes nos faz refletir ainda mais sobre o nosso presente e a nossa responsabilidade diante do futuro, e do Espírito Santo que almejamos para as futuras gerações.

José Paulo Viçosi

Secretário de Estado da Cultura do Espírito Santo

Uma História Real

O passado é um grande mestre, para todos nós. E suas lições são insubstituíveis.

Por isso mesmo, é desejável que o estudo da História ocupe lugar de destaque em todos os níveis do ensino, desde o fundamental até o universitário.

O cidadão que conhece a História do seu Estado e do seu país estará sempre protegido contra o personalismo e consciente de que sua participação ativa e livre é o fundamento de uma sociedade moderna e justa.

Este livro da professora e historiadora Nara Saletto constitui, sobretudo para os jovens, um roteiro seguro para uma viagem ao passado do Espírito Santo. E, embora trace a biografia de algumas personalidades desse passado, a autora jamais se alinha com aquela corrente de pensamento que resume a trajetória de um povo às realizações de um punhado de indivíduos.

Herdeiros que somos das culturas indígena, europeia e africana, encontramos aqui um relato vivo e colorido das realizações e trabalhos coletivos dos nossos ancestrais. Fala das guerras e da paz. Dos sonhos e dos pesadelos. Dos erros e dos acertos. Do sucesso de uns e do fracasso de outros.

É assim que se faz História, com sinceridade e sem preconceitos.

Escrito em linguagem que confirma o talento e também o rigor da pesquisadora apaixonada, o livro merece um lugar de destaque na biblioteca de todas as escolas e de todas as famílias. E este é o pensamento do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, ao assumir a responsabilidade por sua edição.

Conhecer o passado é um dos caminhos que nos levam à consciência de que construir o presente e o futuro da nossa sociedade é tarefa coletiva, da qual todos os cidadãos e cidadãs podem e devem participar ativamente.

Faço votos de que as crianças e os jovens capixabas descubram rapidamente o encanto e as lições deste livro, como parte de sua formação para a cidadania e a consciência de que ainda temos que avançar muito na construção de uma sociedade aberta, justa e inclusiva.

Este é o nosso propósito. Este é o nosso compromisso.

Renato Casagrande

Governador do Estado do Espírito Santo

Sumário

Apresentação 11
Introdução 13

Biografias

Vasco Fernandes Coutinho 17
Maracajaguaçu 27
Brás Lourenço 33
Pedro Palácios 47
Anchieta 51
Marcos de Azeredo 93
Maria Ortiz 101
Francisco Gil de Araújo 107

Jesuítas, Índios e Colonos no Espírito Santo 113

Fontes e Bibliografia Específica..... 135

Apresentação

Esta é a segunda edição de um texto publicado pela primeira vez por ocasião das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Naquele momento, nossa intenção era estimular, principalmente nas escolas, a discussão sobre o início da história do Espírito Santo, e, com esse objetivo, desejávamos fornecer o livro para as bibliotecas escolares, aproveitando o apelo das comemorações que seriam realizadas, para divulgá-lo entre os professores.

Infelizmente, não houve recursos para tanto, e o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo conseguiu apenas, com muito esforço e empenho, publicar uma pequena edição. Agora tornou-se possível realizar o projeto inicial. Embora falte a motivação provocada pelos 500 anos, espero que este pequeno livro desperte o interesse dos professores, sobretudo, mas também de um público interessado na história capixaba.

Passaram-se dez anos desde a primeira edição e nesse período surgiram novas obras ligadas aos temas aqui abordados. As próprias comemorações dos 500 anos suscitaram a apresentação de novos trabalhos, discussões e polêmicas. Contudo, certamente este texto não perdeu sua validade.

Optamos, então, pela publicação do texto original, mantendo inclusive sua introdução, que além das explicações de praxe sobre o trabalho, coloca-o no contexto em que foi publicado, quando se anunciavam comemorações festivas e, por outro lado, discutia-se o real significado do descobrimento, e questionava-se sobre o que haveria a comemorar. Na verdade, mais do que comemorações houve reivindicações e protestos, e os índios, os grandes perdedores do descobrimento, foram os principais agentes da manifestação anti-celebração que tirou qualquer caráter festivo à comemoração oficial realizada em Porto Seguro. É bom que aquele momento, hoje no passado, seja recuperado pelos jovens que não o vivenciaram, pois as questões então discutidas são de grande interesse para a formação de cidadãos brasileiros.

Foram feitas poucas alterações no texto original: introduzi diversas referências e algumas notas, estas últimas visando facilitar ao leitor interessado o acesso a cartas jesuíticas que foram consultadas em edição muito antiga e rara, e poderão ser encontradas em publicação mais recente, pois as cartas dos jesuítas foram objeto de diversas edições, fiz alguns poucos acréscimos, completando algumas informações, procurando esclarecer algo que parecia obscuro, e, num único caso, na biografia de Maracajaguaçu, acrescentado uma nova informação.

Nara Saletto

Vitória, junho de 2011

Introdução

Brevemente se completarão 500 anos da chegada dos portugueses a esta terra que se tornou o Brasil. Anunciam-se comemorações festivas do que se designa, assumindo o ponto de vista europeu, como descobrimento. Mais do que festas, porém, essa data pede uma reflexão sobre aquele momento histórico, no qual, na condição de colônia, começou a se formar o Brasil. Está em curso um programa nacional de atividades, com seminários, publicações, discussões de natureza diversa, que assinalam uma retomada dos estudos sobre temas um tanto abandonados pelos pesquisadores nas últimas décadas, o que certamente levará à revisão e à renovação da historiografia referente ao período colonial.

Cabe esperar que a discussão não fique restrita ao meio acadêmico. Afinal, a "mídia" já encampou o evento, como mostram os relógios de gosto duvidoso que se espalham pe-

las praias de nosso litoral, e vai introduzi-lo em nossas casas à maneira superficial e conservadora da cultura de massas. Daí surgiu a idéia de publicar este trabalho. Ela reflete a esperança, ingênua talvez, de que se possa levar um público mais amplo, dos colégios sobretudo, a uma reflexão sobre o início de nossa história, mais livre dos preconceitos e dos estereótipos, mais crítica em relação aos mitos e aos heróis, sem cair nos "julgamentos" e condenações anacrônicas. Uma reflexão que nos ajude a compreender melhor o Brasil daquela época e, sobretudo, o de hoje. Foi a pretensão de contribuir, por muito pouco que seja, para que isso ocorra, que me levou a reunir estes textos para publicação, no que encontrei o apoio decidido de Gilda Rocha e o dinamismo e a determinação de Agostino Lazzaro e sua equipe do Arquivo Público, para os quais nada parece difícil.

A maior parte do trabalho constitui um pequeno conjunto de biografias de personagens importantes do início da colonização do Espírito Santo. Elaboradas inicialmente para um projeto de divulgação mais completo, que não se concretizou, elas formam, não obstante, um conjunto articulado, que procura, sob as limitações próprias de um trabalho desse tipo, retratar a sociedade da época. Mais do que os indivíduos, é ela o verdadeiro objeto deste trabalho. Esta opção orientou a escolha dos personagens. Alguns se impuseram por sua importância na historiografia e na memória social: Vasco Coutinho, Anchieta, Pedro Palácios e Maria Ortiz não poderiam faltar. Além deles, escolhi um índio, entre os aliados dos portugueses, pois apenas sobre esses se tem alguma informação. Preferi Maracajaguaçu, pouco conhecido, mas chefe da primeira aldeia de índios aculturados do Espírito Santo, a Araribóia, cuja ligação com a capitania é nebulosa e provavelmente muito tênue, como se verá ao longo do texto. Inclui um jesuíta, Brás Lourenço, o segundo Superior na capitania, quando se consolidou a missão e se iniciou a política de aldea-

mento dos indígenas, enquanto a atuação de Anchieta está ligada ao auge do trabalho missionário. Inclui um colono da elite local, aventureiro, "caçador de esmeraldas", senhor de engenho, ocupante de elevados cargos na administração colonial: Marcos de Azeredo. O último é um donatário, também à procura de minerais preciosos, que comprou a donataria como um negócio, e abandonou-a quando este fracassou, não sem deixar seu nome ligado a numerosas realizações.

A insuficiência das fontes é um sério problema enfrentado por quem estuda o período colonial, sobretudo em seu começo, e ele se agrava no caso de biografias. Os poucos documentos disponíveis são quase sempre oficiais, formais, burocráticos que pouco dizem sobre as pessoas e o cotidiano. A exceção é a correspondência dos jesuítas: cartas que constituem relatórios destinados a manter os superiores na Europa informados sobre a colônia, particularmente, é claro, sobre as atividades da Companhia de Jesus, mas, como essa é uma ordem profundamente engajada no mundo secular, praticamente tudo lhe dizia respeito. Também os cronistas do período constituem fontes preciosas.

Utilizei todos esses tipos de fontes, na medida em que pude localizá-las e consultá-las em Vitória e no Rio de Janeiro, e tive a sorte de poder, ao fim do trabalho, recorrer ao acervo de documentos do Arquivo Ultramarino sobre o Espírito Santo, recentemente adquirido pelo Arquivo Público Estadual.

Além das fontes, recorri aos biógrafos dos personagens e à historiografia referente ao período, sobretudo a regional, e nela cabe destacar a **História do Estado do Espírito Santo** de José Teixeira de Oliveira, com excelente pesquisa sobre o período colonial.

Na biografia de Anchieta, porém, embora alguns de seus biógrafos me tenham sido úteis, preferi, sempre que possível, a

fala do próprio personagem, muito mais reveladora do que as interpretações.

A primeira fase da pesquisa foi realizada com a colaboração valiosa de Maria Cilda Soares, a quem manifesto minha gratidão.

A última parte do texto é um trabalho que apresentei no simpósio "Cultura e Identidade no IV Centenário de Anchieta" e foi depois publicado na **Revista História**, n.9, 2001, do Departamento de História da mesma universidade. Embora tenha uma feição mais acadêmica, ele foi elaborado visando atingir um público não especializado, e, a meu ver, completa as biografias, pois consiste num estudo das relações entre os jesuítas, os índios e os colonos no início da colonização do Espírito Santo. Foi elaborado a partir de uma revisão das informações dispersas existentes na bibliografia disponível, principalmente na correspondência dos jesuítas, e orientado por uma reflexão baseada na produção historiográfica recente e na contribuição da antropologia, fundamental para a compreensão do tema.

Vasco Fernandes Coutinho

Vasco Fernandes Coutinho pertencia a uma família de fidalgos portugueses. Como a maioria dos jovens de seu meio e geração, fez carreira militar nas Índias, participando da formação do império português no Oriente. Não se sabe a data de seu nascimento, ocorrido certamente por volta de 1490, pois em 1510 ele aparece como um jovem e destemido combatente na conquista de Goa. Durante cerca de duas décadas lutou na Índia, no Extremo Oriente e na África do Norte.

Sob o comando de Afonso de Albuquerque, o fundador do império português na Ásia, Vasco Fernandes tomou parte nos principais episódios da conquista, destacando-se pela bravura, e certamente revelou outras qualidades, pois ocupou, desde o início da carreira, posições de muita responsabilidade. Esteve presente na conquista de Malaca (na Malásia) e ficou no comando de uma das naus da esquadra encarregada de contro-

lar aquela área, e ocupou o cargo de alcaide-mor da fortaleza de Ormuz, no Golfo Pérsico, entre outras ações, nem sempre bem conhecidas.

A carreira militar lhe deu prestígio e alguma riqueza. Comprou uma quinta valiosa em Alenquer, tinha propriedades em Santarém e recebia uma pensão do governo. Poderia envelhecer tranqüilamente em Portugal, com a família que constituíra, mas certamente tinha espírito aventureiro e fora seduzido pelo mito do Eldorado que a tantos fascinava na época. Em 1534, o rei D. João III lhe fez doação de uma capitania hereditária no Brasil, e ele trocou o conforto de que desfrutava pela aventura de comandar a colonização portuguesa naquele pedaço selvagem do Novo Mundo.

Embora fossem doadas, as capitanias não eram propriedades privadas, eram unidades administrativas da colônia. O que o capitão-donatário recebia e legava a seus herdeiros era uma parte do poder de governo, cedida pela Coroa portuguesa: o comando militar, o direito de exercer a justiça, de arrecadar taxas e administrar, de modo geral. O donatário era um governador, subordinado às normas, à orientação e ao controle da administração portuguesa, que também colocava alguns funcionários seus na capitania e reservava para si algumas taxas, monopólios e a mais alta instância judiciária. Quanto às terras da capitania, o donatário deveria distribuí-las gratuitamente, em sesmarias, aos que tivessem condições de cultivá-las, e reservar determinada área para uso seu e dos futuros titulares da donataria. Na realidade, as "sesmarias" eram doadas aos poderosos, que nem sempre as cultivavam.

Para exercer o poder e cobrar as taxas, porém, era preciso dar existência real à capitania, isto é, conquistar e colonizar o território até então ocupado pelos índios. E isto deveria ser rea-

lizado pelo donatário, às suas custas, com os recursos materiais e humanos que conseguisse obter.

Vasco Fernandes não hesitou e em poucos meses organizou uma expedição à capitania. Vendeu bens, inclusive a quinta em Alenquer, e renunciou à pensão que recebia do governo, em troca dos recursos necessários, incluindo um navio, a caravela Glória, e reuniu cerca de 60 pessoas dispostas a acompanhá-lo, entre as quais dois fidalgos – um antigo companheiro da Índia, D. Jorge de Menezes, e Simão de Castelo Branco, ambos condenados ao degredo por crimes cometidos – e dois funcionários da Coroa.

No dia 23 de maio de 1535, a expedição chegou à baía que seria inicialmente conhecida como do Espírito Santo, desembarcando junto a um monte (Moreno) à esquerda de sua entrada. Foram recebidos por índios armados, dispostos a defender sua terra, e tiveram de usar os canhões para contê-los. Esse episódio prenuncia as dificuldades que os aguardavam.

Construir fortificações, casas, capela, instalar um embrião do serviço público e distribuir sesmarias eram tarefas urgentes, enquanto buscavam atrair os índios e conseguir sua colaboração na execução dessas tarefas, na obtenção dos recursos naturais necessários e na extração do pau-brasil, a mercadoria que podia ser obtida mais rapidamente. Mas era preciso também iniciar o cultivo da terra, plantar cana e construir engenhos, pois o açúcar era o produto agrícola adequado para a exportação. Vasco Fernandes montou o seu, na atual Vila Velha, e o mesmo fizeram alguns outros, de modo que em dez anos havia quatro engenhos e se iniciava a exportação de açúcar (Salvador, 1994. p.67).

O pequeno grupo de portugueses foi reforçado com a chegada de um poderoso colaborador, Duarte de Lemos, fidalgo rico, empreendedor e ambicioso que se fixara inicialmente na

Bahia e trouxe consigo alguns auxiliares e criados. A ele, Vasco Fernandes doou a vasta ilha de Santo Antonio, atual ilha de Vitória. Receberam também o auxílio do donatário da capitania vizinha, pelo lado do sul, Pero de Góis, com quem Vasco fez um acordo sobre os limites entre as respectivas capitanias.

Ainda assim, era pequeno o número de colonos e insuficientes os recursos para dominar os índios e garantir a ocupação da terra. Viviam praticamente encurralados junto ao mar, sob o assédio constante dos indígenas. Realizaram uma expedição até o local onde hoje é a cidade da Serra e, por mar, exploravam o litoral, mas a capitania continuava sendo a terra dos índios hostis.

Para ocupá-la efetivamente havia duas alternativas: a descoberta de metais ou pedras preciosas, ou o desenvolvimento da produção de açúcar. E ambas exigiam maior número de pessoas e mais recursos materiais. Para obtê-los, Vasco Coutinho voltou a Portugal, cinco anos após a chegada. Substituindo-o à frente da capitania deixou D. Jorge de Menezes. Duarte de Lemos também foi a Portugal nessa época e, quando voltou ao Brasil, foi designado para um cargo administrativo fora do Espírito Santo, não tendo mais participação ativa na vida da capitania.

Ao longo desses primeiros anos, o conflito com os indígenas se aguçara, na medida em que os portugueses passaram a escravizá-los. Na ausência do donatário, que permaneceu sete anos em Portugal, os goitacás empreenderam um fulminante ataque aos portugueses. A obra a tanto custo realizada foi destruída. Entre os mortos estava D. Jorge de Menezes, que não conseguira impor sua autoridade sobre os colonos, desunidos na ocasião do ataque.

Ao regressar, Vasco Coutinho encontrou a capitania em ruínas, os índios fortalecidos e os portugueses desanimados. Mas

era preciso reconstruir e reforçar a defesa. Com essa intenção, a sede da capitania foi transferida para a ilha de Santo Antônio, naturalmente protegida pelo mar. A nova vila recebeu o nome de Vitória. No mesmo ano, 1550, esteve no Espírito Santo uma missão enviada pelo primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, que assumira o cargo no ano anterior. O sistema de capitanias autônomas entregues à iniciativa privada fracassara; elas eram fracas demais para enfrentar as enormes dificuldades do empreendimento colonial, e a Coroa decidira criar um Governo-Geral, encarregado de coordenar a administração, dando-lhe um mínimo de centralização, de aumentar o controle sobre as capitanias e apoiar efetivamente aquelas que estivessem em dificuldades. Tomé de Souza trouxe uma recomendação especial para socorrer o Espírito Santo e com essa finalidade enviou a missão, cuja ação foi decisiva para a continuidade da colonização. Foi reorganizada a administração pública, foram fornecidos armamentos e reestruturada a defesa. Com o governador-geral chegaram também os primeiros jesuítas, encarregados de converter os índios e promover sua integração à civilização cristã.

Pouco depois o donatário voltou a Portugal – com um carregamento de pau-brasil – deixando à frente da capitania Bernardo Sanches Pimenta, um dos colonos influentes, que tinha melhor relação com os índios.

Mas a situação continuava tão precária que, em 1553, depois de inspecionar pessoalmente as capitanias, Tomé de Souza comunicava ao rei que a do Espírito Santo estava "*tão perdida como o capitão dela*" (OLIVEIRA, 1975. p.68) e pediu que enviasse um capitão ou Vasco Fernandes voltasse com brevidade. Novamente o governador-geral forneceu armamentos, desta vez fortalecendo o poder privado dos senhores de engenho, que receberam artilharia para suas propriedades, a ser paga dentro de um ano.

Em sua viagem de volta, no ano seguinte, o donatário – "*velho, pobre e cansado*", nas palavras do governador-geral, D. Duarte da Costa – sofreu uma humilhação pública por parte do bispo Pero Fernandes Sardinha, na escala que fez em Pernambuco. O bispo, que defendia uma posição de radical recusa a qualquer elemento da cultura indígena, tendo entrado em choque com os jesuítas por esse motivo, e que enfrentava as autoridades coloniais, como foi o caso do segundo governador-geral, D. Duarte da Costa, negou a Vasco Fernandes um lugar de honra na igreja, ao qual tinha direito como donatário, e o excomungou, junto com "*homens baixos*", por adotar um costume dos indígenas: fumar. O donatário era um fumante inveterado, a ponto de dizer que sem fumo não tinha vida. (OLIVEIRA, 1975. p.69)

Pouco tempo depois temos notícia de que estava "resgatando índios", ou seja, comprando-os como escravos, num ponto do litoral, quando foi surpreendido e quase aprisionado por um navio francês. (OLIVEIRA, 1975. p.70)

O permanente conflito com os indígenas não impediu os portugueses de perseguirem seu grande sonho: ouro e pedras preciosas. Vasco Coutinho enviou uma "entrada" ao sertão, que trouxe a notícia de havê-los encontrado, o que deu novo ânimo aos colonos.

Mas outro levante dos índios logo os trouxe à dura realidade. Quando tomou posse, o terceiro governador-geral, Mem de Sá, recebeu um desesperado pedido de socorro de Vasco Coutinho, cercado pelos índios na vila de Vitória, com muitos mortos e feridos.

O governador enviou seu filho Fernão de Sá à frente de uma força de cerca de 200 homens, em seis navios. Ao invés de se dirigirem a Vitória, porém, entraram pelo rio Cricaré (São Mateus) e atacaram fortificações nas quais havia grande concen-

tração de indígenas, matando e sobretudo aprisionando grande número deles. O interesse pelas presas era tal que abandonaram Fernão de Sá com um pequeno grupo enfrentando as forças indígenas na praia e se recolheram com os prisioneiros às embarcações, causando a morte do capitão. Só então rumaram para Vitória, onde conseguiram impor outra derrota aos índios[1]. Narrando os fatos, Mem de Sá dirá ao soberano: "*Fica* (a capitania) *agora muito pacífica e seu gentio tão castigado: mortos tantos e tão principais* (chefes) *que parece que não levantarão a cabeça tão cedo*." E os portugueses ficaram abarrotados de escravos. (Anais BN.XXVII, 1905)

Vasco Fernandes, que nunca tivera grande capacidade de liderança, via sua autoridade desgastada pelos insucessos e pelo envelhecimento. Reinava a discórdia no meio dos colonos e entre estes e o donatário. Um jesuíta relata que Vasco convocou, então, uma reunião dos colonos na qual estes apresentavam críticas à atuação do donatário que, "*com boas palavras e mostras de sentimento, pediu a todos perdão, prometendo que se a alguém havia prejudicado, o satisfaria e dali em diante queria estar bem com todos*"[2]. Esse episódio, considerado pelo jesuíta como "*um grande milagre*", um extraordinário exemplo de humildade cristã, parece ter tido pouca eficácia junto àqueles homens violentos e ambiciosos, acostumados a viver sem lei nos trópicos selvagens.

O fato é que pouco depois o donatário escreveu uma melancólica carta a Mem de Sá, dizendo-se velho e cercado de doenças, desrespeitado pelos colonos, fracassado como dirigente da capitania. Comunica estar de partida para Portugal onde espera encontrar alguém que compre a capitania ou se encarregue de

1 Carta do padre Francisco Pires, ES, 1558. Cartas Avulsas; Cartas Jesuíticas III; IV, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887, p.101.

2 Idem.

colonizá-la, pois ele não tem mais forças para a pesada tarefa. (MEM DE SÁ, 1906. p.99)

Quando Mem de Sá visitou o Espírito Santo, em 1560, o donatário continuava ausente e os colonos, ameaçados pelos índios e franceses instalados no Rio de Janeiro, ainda não haviam conseguido recuperar seus engenhos e viviam com extrema dificuldade. Vasco Coutinho enviara uma carta ao ouvidor apresentando a sua renúncia e os moradores pediam ao Governador que tomasse conta da capitania em nome do rei ou os levasse dali. Mem de Sá aceitou a renúncia e nomeou Belchior de Azeredo capitão-mor do Espírito Santo. Belchior ocupara vários cargos da administração real na capitania e era muito ligado aos jesuítas, que o consideravam um homem nobre, virtuoso e enérgico.

Vasco Fernandes regressou ao Espírito Santo, mas o restante de sua vida e a época de sua morte ainda não estão esclarecidos. Os historiadores afirmam que ele faleceu pouco depois da renúncia, em 1561. Apoiam-se num documento de outubro daquele ano, no qual Mem de Sá diz ter sido informado da morte do donatário e ordena a autoridades da capitania que tomem posse dela em nome do rei e "*elejam*" Belchior de Azeredo como capitão-mor, "*para que a governe em nome de Sua Alteza, e não entreguem o governo a ninguém mais, salvo se vier Vasco Fernandes Coutinho, filho do defunto.*" Esse documento foi transcrito por Silva Lisboa, nos Anais do Rio de Janeiro, de 1834, e um pouco mais tarde, pelos autores capixabas José Marcelino Pereira de Vasconcelos e Brás da Costa Rubim, mas, como era o costume na época, não indicam se leram o original e onde este se encontrava. A partir de então, essa data tem sido aceita sem discussão.

Porém, o superior dos jesuítas no Espírito Santo, em carta de 1571 (LEITE, 1961. p.9), mencionando as dificuldades que enfrentava para manter os índios nos aldeamentos, diz que espe-

rava que a situação melhorasse com a vinda do novo donatário, que aguardavam, pois Vasco Fernandes Coutinho havia falecido no mês de fevereiro último. E acrescenta, referindo-se a ele:

> "*Levou-o desta capitania o padre Inácio de Azevedo* (Visitador da Companhia de Jesus no Brasil) *e deixou-o na Bahia, onde, segundo ele dizia, o mantinham os padres, donde se tornou; e, depois de chegado, morreu, sendo muitas vezes visitado e ajudado espiritualmente pelos da Companhia, com os quais se confessava e comungava cada oito dias.*" (Essa viagem do Visitador ocorreu em 1568)

Não há qualquer motivo para se suspeitar de que o superior tivesse algum interesse em divulgar uma informação falsa a esse respeito, ou que estivesse mal informado, ou confuso, pois ele chegara ao Brasil e ao Espírito Santo justamente com o padre Inácio de Azevedo, em 1566, e, naquele meio acanhado, numa Casa com apenas quatro jesuítas, é impossível supor que o Superior não conhecesse pessoalmente o donatário e não soubesse o que se passava.

Fica, portanto, uma dúvida. Mas, entre os dois documentos com informações contraditórias, eu me inclino a aceitar a carta do jesuíta, publicada em 1961, sob a responsabilidade de Serafim Leite, que possuía uma enorme experiência nesse tipo de trabalho, conhecia profundamente a vida da Companhia de Jesus, e se beneficiava do conhecimento acumulado a partir dos finais do século 19 em relação à crítica dos documentos históricos, enquanto o texto de Mem de Sá foi encontrado em condições desconhecidas, seu conteúdo se refere a um contexto sobre o qual temos muito poucas informações, o que dificulta a avaliação de sua veracidade.

O primeiro donatário foi sucedido pelo filho de igual

nome, bastardo mas reconhecido pelo pai. Provavelmente os filhos que tivera com a esposa legítima, Maria do Campo, que permanecera em Portugal, já seriam falecidos. O herdeiro era filho de Ana Vaz, com quem Vasco deve ter vivido no Brasil, pois uma pequena ilha na baía de Vitória era conhecida naquela época como ilha de Ana Vaz.

Um dos principais cronistas do Brasil nos primeiros tempos, frei Vicente do Salvador, afirmou que o primeiro donatário teria morrido na miséria, sustentado no fim da vida pela caridade dos moradores, o que é pouco verossímil. Embora empobrecido, pelo cargo que ocupara e pelas propriedades e escravos que possuíra, Vasco Fernandes certamente estava ao abrigo da extrema pobreza.

Sobre a vinda do segundo donatário para assumir o governo da capitania, informa Serafim Leite[1] que ele viajava para o Brasil na nau do governador geral nomeado, Luís de Vasconcelos, que vinha substituir Mem de Sá. O navio foi atacado por corsários franceses, que mataram o governador e vários jesuítas que o acompanhavam. Vasco teria sido preso (1571), levado para a França e posto a resgate, mas acabou conseguindo voltar a Portugal e de lá a sua capitania.

1 Leite, Serafim, 1961, p.27. A fonte citada pelo autor é a "Relação do Ir. Sebastião Lopes sobre a morte do padre Pero Dias e companheiros, Roma, Arch. della Portulazione, Azevedo, n.30.

Maracajaguaçu

Maracajaguaçu (Gato Grande, em português) era um índio tupi, povo que habitava grande parte do litoral brasileiro na época da chegada dos portugueses. Pertencia à tribo dos maracajás, ou "índios do Gato", localizados na Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro.

Guerreiro valente e hábil, tornou-se cabeça de uma numerosa parentela, chefe de grande prestígio em sua tribo. Era temido pelos inimigos, os tamoios, vizinhos dos maracajás, aos quais infligira várias derrotas. Mas as lutas entre tribos, que faziam parte do modo de vida dos indígenas naquela época, haviam tomado uma nova feição após a chegada dos europeus.

Inicialmente, os colonos procuravam atrair os índios das áreas onde se estabeleciam fornecendo-lhes produtos europeus que desconheciam — instrumentos de trabalho, espelhos, tecidos, objetos de adorno — em

troca de serviços diversos, referentes à alimentação, transporte, condução de pessoas, etc. Logo passaram a exigir pau-brasil em troca dos seus produtos. Esse escambo era visto pelos índios como manifestação de amizade, que acabava estabelecendo uma relação de aliança. A partir daí, as disputas de seus parceiros, com outros europeus ou outros índios, passavam a ser também deles, que se viam envolvidos em guerras muito mais freqüentes, em áreas mais extensas. A mudança fundamental se deu, porém, com a introdução do tráfico de escravos indígenas. Os portugueses passaram a demandar índios aprisionados nas guerras tribais, estimulando seus aliados a atacar e aprisionar seus inimigos, o que provocava o revide dos atacados e a conseqüente manutenção da guerra incessante.

Nessas condições viveu Maracajaguaçu no Rio de Janeiro, cenário de encarniçadas lutas entre franceses e portugueses. Seus inimigos tradicionais, os tamoios (tupinambás), aliaram-se aos franceses, que faziam comércio de pau-brasil e tentaram conquistar a região, chegando a estabelecer uma colônia na baía de Guanabara, onde habitavam os maracajás. Estes eram aliados dos portugueses, que procuravam desalojar os franceses e, além do comércio de pau-brasil, passaram a traficar escravos indígenas, destinados a abastecer os engenhos de açúcar que se multiplicavam nas capitanias, sobretudo em São Vicente. E os índios escravizados eram os tamoios, inimigos de seus aliados, os maracajás e tupiniquins, e muito mais numerosos do que estes em toda a região que vai de Cabo Frio até o litoral norte de São Paulo. A revolta dos tamoios e o fortalecimento dos franceses desequilibraram totalmente a correlação de forças contra os maracajás.

Em 1555, derrotado e cercado pelos inimigos, Maracajaguaçu teve de pedir proteção aos portugueses. Enviou um de seus filhos ao Espírito Santo com um apelo para que viessem buscar sua parentela, e a promessa de que se tornariam cristãos.

Vasco Coutinho, que vivia em grandes dificuldades com os índios da região, não podia perder essa oportunidade de trazer aliados valiosos, e rapidamente mandou uma expedição com quatro navios bem armados, que chegou quando a aldeia estava no fim de sua resistência e conseguiu transportar Maracajaguaçu e sua gente para Vitória.

Instalaram-se na Serra, formando uma aldeia (taba), onde os jesuítas logo iniciaram a catequese. Maracajaguaçu foi tratado com grande deferência pela elite da capitania. Um de seus filhos, seriamente doente, recebeu o batismo, tendo como padrinho Duarte de Lemos (ver Vasco Fernandes Coutinho), que lhe deu seu sobrenome. Casou-se em seguida com a mulher com quem vivia, também batizada na ocasião. Os padrinhos do casamento foram dois dos mais poderosos colonos, sendo um deles Bernardo Sanches Pimenta, que substituiu o donatário em uma de suas viagens a Portugal. Quando o índio morreu, meses depois, fizeram-lhe uma cerimônia solene, com a presença do donatário, que fez o chefe indígena sentar-se entre ele e seu filho. Vasco Fernandes Coutinho convidou-o depois a receber o batismo e, ante sua resposta afirmativa, declarou "*que lhe queria fazer uma grande festa no dia de seu batizado* (...) *e queria que tomasse seu nome, e sua mulher o de sua mãe, e seus filhos os nomes dos seus ...*"[1]. A mulher de Maracajaguaçu, que recebeu o nome de Branca, e exercia grande influência em sua aldeia, tornou-se muito devota e ligada aos jesuítas, o que deu grande impulso à catequese[2].

Apesar de tais honrarias, as relações com os colonos não eram fáceis e o chefe indígena chegou a se afastar dos portugueses, abandonando a aldeia. Foi dissuadido pelos jesuítas que

1 Carta do padre Francisco Pires, Espírito Santo, 1558. Cartas Avulsas; Cartas Jesuíticas III; IV, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887, p.102.

2 Carta do irmão Antonio de Sá, Espírito Santo, 1559. Vale Cabral, 1887, p.220.

conseguiram convencê-lo, após muitas hesitações, a retornar à aldeia e ali se estabelecer, em caráter permanente, sob a autoridade daqueles religiosos. Certamente não era uma decisão fácil; a transformação da taba em aldeia jesuítica significava a perda do que ainda lhes restava de autonomia e a rápida destruição de sua cultura. Mas Maracajaguaçu havia sido conquistado pelo cristianismo e se tornou "*mui obediente nas cousas que pertencem à lei de Deus*", como disse um jesuíta[1], e essa lei proibia terminantemente várias práticas que eram fundamentais na cultura indígena. Em particular, a proibição da poligamia atingia o sistema de parentesco que constituía a base da organização social, regulando todas as relações entre as pessoas e sua distribuição nas casas (malocas) e tabas.

Aparentemente havia reações contrárias entre a parentela de Maracajaguaçu, pois este se comprometeu com os jesuítas a impor aos índios sua vontade. A aldeia recebeu o nome de Nossa Senhora da Conceição e em 1560 já tinha uma grande igreja e uma casa para os religiosos, quando lá estavam. Havia também uma casa onde um casal devoto cuidava de moças índias, educando-as como cristãs e preparando-as para o casamento[2].

Maracajaguaçu foi nomeado ouvidor (neste caso, juiz) pelos jesuítas, encarregado de aplicar as normas de conduta fixadas pelos religiosos.

Logo nos primeiros anos, a aldeia foi assolada por epidemias que dizimavam sua população e chegaram a provocar a fuga dos moradores. Eram doenças, como a varíola, inexistentes até a chegada dos europeus e, por isso, os índios não tinham resistência orgânica contra elas nem sabiam tratá-las.

---

1 Idem, p.212.

2 Carta do Espírito Santo, por comissão de Brás Lourenço, 10-6-62, Valle Cabral, 1887, p.337.

Maracajaguaçu e seus guerreiros deram importante apoio militar aos portugueses, inclusive no combate aos franceses, que tentavam carregar pau-brasil no litoral do Espírito Santo e chegaram a atacar Vitória. Quando Estácio de Sá passou pela capitania, na expedição contra os franceses e os tamoios da qual resultou a fundação do Rio de Janeiro, o Espírito Santo enviou um numeroso contingente chefiado por Belchior de Azeredo, incluindo muitos maracajás, que assim tiveram a oportunidade de retomar, em condições vantajosas, a antiga luta contra os tamoios. Desse contingente fazia parte um grupo numeroso de temiminós, chefiados por Araribóia, que permaneceram no Rio de Janeiro e tiveram importante atuação contra os tamoios, particularmente em sua expulsão de Cabo Frio, último reduto que controlaram no litoral. Araribóia formou, com sua gente, a aldeia de São Lourenço que deu origem a Niterói.

Teria Maracajaguaçu comandado os guerreiros de sua tribo na expedição à Guanabara? Não encontrei qualquer menção a seu nome após os fatos relatados anteriormente, mas, seria de se esperar que o fizesse, supondo-se que estivesse vivo. Um documento relativo à aldeia de São Lourenço, no qual alguns índios requerem novas terras, datado de 1578, contém o nome que havia recebido Maracajaguaçu no batismo[1]. Seria ele? As novas terras concedidas formaram a aldeia de São Barnabé. Sabemos que os índios chefiados por Araribóia, fixados na aldeia de São Lourenço, mandaram buscas "parentes"; teria feito o mesmo Maracajaguaçu, levando parte dos maracajás de volta para o Rio de Janeiro? Essa é apenas uma hipótese, bastante plausível.

Apesar da valiosa colaboração, a situação dos maracajás

1 Documentos publicados por Noberto, Joaquim, Memória sobre as aldeias de índios da província do Rio de Janeiro, Revista do IHGB, tomo XVII, 1854, citado em nota de Rodolfo Garcia, Cardim, 1978, p.243, nota LXXIV.

deteriorou-se rapidamente. Em 1567, o padre Manoel da Nóbrega relatava a violência e a escravização praticadas pelos cristãos contra os índios caetés na Bahia e afirmava: "*Depois que isto se praticou na Bahia, se aceitou também no Espírito Santo principalmente com a geração que chamam do Gato* (os maracajás), *por estarem mais sujeitos, em os quais se fizeram muitas desumanidades, e fazem neste dia, e o mesmo se pratica onde o gentio tem qualquer sujeição ou obediência aos cristãos.*" (LEITE, 1940, p.124). Os jesuítas, que haviam defendido a política de sujeição dos índios, implementada por Mem de Sá, como forma de conseguir sua integração ao cristianismo, viam-se agora impotentes para deter a violência dos colonos, mesmo em relação aos maracajás da aldeia da Conceição, que se haviam colocado sob sua autoridade e proteção.

A Aldeia da Conceição deu origem à atual cidade da Serra.

Brás Lourenço

Brás Lourenço nasceu em 1525, na região de Coimbra, Portugal. Já era sacerdote quando entrou, aos 24 anos, na Companhia de Jesus, ordem religiosa recém-criada por Inácio de Loyola, na linha de frente do movimento conhecido como Contra-Reforma, por meio do qual a Igreja Católica enfrentou a Reforma Protestante. Era uma ordem de novo tipo, militante, engajada no mundo profano, sobre o qual pretendia exercer uma ação transformadora, a serviço do catolicismo.

A época era também a dos "descobrimentos" e do início da expansão colonial européia, e os jesuítas escolheram, como campo privilegiado de combate, as regiões que as "grandes navegações" haviam aproximado — o Extremo Oriente — ou revelado — a América —, nas quais o cristianismo ainda não chegara. Aí desenvolveram uma obra missionária, cujo objetivo era impor ao mun-

do a religião e a civilização cristãs, em sua vertente católica.

A eles recorreu D. João III, rei de Portugal, visando dar novo impulso à colonização do Brasil, que até então pouco avançara. Criou o Governo-Geral e convidou os jesuítas para que aqui estabelecessem uma missão. Junto com o primeiro governador-geral, em 1549, veio um grupo de jesuítas, chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega, superior da Missão.

Nessa obra engajou-se o jovem Brás Lourenço, depois de quatro anos de preparação na Companhia, que exigia de seus membros uma formação muito mais rigorosa que a de um simples sacerdote, pois visava fazer deles combatentes vigorosos, dotados de inabalável firmeza ideológica, submetidos à mais estrita obediência e disciplina, além de inovadores nas práticas religiosas.

Veio para o Brasil na frota que trouxe o segundo governador-geral, D. Duarte da Costa, num grupo de sete jesuítas, entre os quais estava Anchieta. A viagem durou dois meses, muito bem aproveitados pelos inacianos; superando o enjôo e os incômodos, que não eram pequenos nos navios da época, ministraram os serviços religiosos, pregaram, doutrinaram, deram exemplo, com resultados que Brás Lourenço considerou positivos. Também fizeram amizades, inclusive naquele círculo de passageiros influentes que acompanhavam o governador. O próprio D. Duarte era afeiçoado à Companhia de Jesus, e confessou-se com Brás Lourenço. (LEITE, 1957, pp.38-49)

Desembarcaram na Bahia, sede do governo-geral, que era ainda um pequeno núcleo, cuja colonização só começara a progredir depois que se tornara capital e ainda não tinha sequer engenhos. Aí os jesuítas possuíam uma Casa que era simultaneamente escola, na qual criavam filhos de índios, de portugueses com índias (mamelucos) e alguns meninos órfãos, vindos de Lisboa, visando fazer deles perfeitos cristãos, difusores da civilização

que se procurava implantar. Os "*meninos da terra*" aprendiam a falar português, os europeus a falar tupi, e a todos ensinavam a doutrina católica e as primeiras letras. Eles auxiliavam os religiosos em suas tarefas, inclusive nas pregações e cerimônias entre os indígenas.

A manutenção da casa era um problema para os jesuítas, que viviam de esmolas e auxílio do governo, mas não conseguiam, numa terra tão pobre, sustentar os meninos da mesma maneira. Manoel da Nóbrega e seus companheiros decidiram dotar a Casa de uma propriedade agrícola, com produção para o consumo próprio, e comprar uns poucos escravos africanos, que começavam a chegar à Bahia, além de instalar alguns casais de indígenas. Com isso, a Casa já era capaz de sustentar umas 50 pessoas.

Nela estavam dois padres e um irmão, porém o superior, padre Manoel da Nóbrega, partira meses antes para São Vicente, desanimado com os empecilhos criados ao trabalho de catequese pelo bispo, D. Pero Fernandes Sardinha, que se opunha a diversas práticas adotadas pelos jesuítas, tais como a confissão com o uso de intérprete — geralmente um "menino" da Casa — a presença de índios pagãos à missa, a construção de capelas nas aldeias dos índios convertidos, e o uso de elementos culturais indígenas nas pregações e cerimônias religiosas: música, dança, adereços, maneira de pregar etc. Até o corte de cabelo dos meninos da Casa à moda indígena parecia reprovável ao bispo. Em resumo, enquanto os jesuítas procuravam se apropriar de elementos da cultura indígena, que não eram, em si, antagônicos ao cristianismo, introduzindo-os no contexto da cultura européia, como meio de facilitar a aproximação e a catequese, o bispo julgava necessário eliminar todo e qualquer traço cultural indígena para conseguir a aculturação. Por seu lado, os jesuítas condenavam a tolerância do bispo em relação a certos "abusos"

na escravização dos índios e o sistema por ele adotado de cobrar multas dos fiéis em pecado, em lugar de impor penitências, ou recusar a absolvição, como faziam os inacianos. Ambas as práticas desmoralizariam o clero e os próprios jesuítas perante os índios, no primeiro caso, e os colonos, no segundo, dificultando o trabalho da Companhia.

Os recém-chegados logo se integraram ao trabalho. Brás Lourenço ficou encarregado da missa dominical e do ensino da doutrina a brancos e índios numa aldeia a uma légua de distância. Durou pouco, porém, sua permanência na Bahia. Três meses depois foi enviado para o sul, com um numeroso grupo de padres, irmãos e meninos, num navio que levava o ouvidor-geral em correição às capitanias do sul. Ficaram um mês em Ilhéus, enquanto o ouvidor realizava seu trabalho. Em Porto Seguro deixaram um irmão, para auxiliar o padre que lá estava, e seguiram para o Espírito Santo, alguns deles com o ouvidor-geral e outros numa embarcação que se dirigia a São Vicente.

Brás Lourenço narrou essa dramática viagem em uma carta (LEITE, 1957, pp.38-49). O navio em que vinha, no qual estavam outros dois padres, três irmãos e os meninos, começou a ter problemas logo no início da viagem, afastando-se dos outros. No dia seguinte escaparam por pouco de encalhar nuns baixios que desprenderam o leme.

> "*Começou a grita no navio e nos pusemos todos a rezar uma ladainha e a chorar nossos pecados. E saímos com as relíquias que trazíamos.*"

Conseguiram "*por milagre*" escapar e deitar âncora, mas à noite foram surpreendidos por um fortíssimo temporal de vento sul.

> "*... Pus-me então a ouvir confissões por uma banda e Vicente Ro-*

drigues por outra. Senão quando quebra-se a amarra (da âncora) *e recomeça a gritaria. Ah! Irmãos, uma coisa é meditar na morte aí nesses cubículos, e outra vê-la com estes olhos.*"

Porém, para surpresa de todos,

"*safou-se o navio* (...). *levou-o Nosso Senhor com o vento, por aquela boca estreita* (entre os baixios). *Rompeu-se a vela* (...) *e assim andamos toda a noite, sobre "que estamos morrendo, aqui vamos morrer", com grande tempestade de água e de vento, que nos queria tragar.* (...) *E pela manhã viemos para terra* (...) *por graça de Deus ...*"

Outro navio passou dificuldades semelhantes e deu à costa destroçado, salvando-se, porém, todas as pessoas.

Estavam em Caravelas, e os índios vieram em canoas, os conduziram a sua aldeia e acenderam fogo para que se secassem. Ficaram ali oito ou nove dias, "*passando muita fome*."

"*Quando não tínhamos que comer, comíamos das abóboras dos índios, cozidas sem sal e sem azeite, com farinha podre. E as comíamos nos alguidares e panelas em que eles cozem e comem a carne humana. Às vezes me vinha asco, mas a fome o arredava*."

De dia se internavam no mato e comiam frutas silvestres: mangabas e pitangas. Até que

"*os meninos se puseram a cantar algumas cantigas que cá fizeram em língua dos índios e outras feitas na nossa. Ajuntaram-se os índios todos da aldeia a ver e admirar-se.*"

Brás aproveitou o que lhe pareceu uma boa oportunidade e disse a um "*língua*" (europeu que falava tupi) que lhes falasse

de Deus, e eles o ouviram até que começou a tratar da morte e os índios o mandaram parar e cantar. Daí em diante, passaram a trazer alguma comida. No domingo, os padres disseram missa, e Brás Lourenço pregou, escolhendo como tema as graças que Deus concede aos homens, tendo como referência o naufrágio do qual se salvaram, e muitos se confessaram. Os índios a tudo assistiram.

Enquanto isso, foi recuperado um navio com o material dos dois naufragados e todos conseguiram chegar ao Espírito Santo, onde os aguardavam, preocupados, os que haviam viajado na nau do ouvidor-geral.

Nessa capitania os jesuítas estavam instalados havia quase três anos, com o padre Afonso Brás e o irmão Simão Gonçalves. Antes deles, porém, o Espírito Santo recebera a visita do padre Leonardo Nunes, que passou um mês dando assistência religiosa aos colonos e catequizando os escravos indígenas, em 1549. Fez vários sermões, com grande sucesso entre os europeus, e numerosas confissões. As reuniões que promovia à noite para doutrinar os escravos indígenas atraíam também os colonos e tornaram-se tão concorridas que foi preciso realizá-las na pracinha em frente à igreja, ainda na atual Vila Velha.

A boa impressão que deixaram propiciou uma acolhida calorosa da população a Afonso Brás e seu companheiro, que logo iniciaram a construção de uma casa e uma igreja em Vitória, que denominaram Casa de Santiago. Essa casa, depois de inúmeras reformas ao longo do tempo, tornou-se o Palácio Anchieta, sede do governo estadual.

A Casa de Santiago recebeu uma dotação em terras, de Duarte Lemos (ver Vasco Fernandes Coutinho), na ilha de Santo Antônio (atual Vitória), à qual foi acrescentada uma sesmaria que ultrapassava o limite da ilha (LEITE, 1954, p.298). A Casa se

destinava, como a da Bahia, a acolher e educar meninos, sendo por isso chamada de colégio, mas pouco depois os jesuítas reorganizaram seus estabelecimentos no Brasil e o do Espírito Santo ficou como Casa Reitoral, dotada de uma escola de ensino básico. Só um século mais tarde passou a ser um verdadeiro Colégio, com curso de Humanidades.

Enquanto a dirigiu, Afonso Brás se mostrou otimista quanto aos resultados de seu trabalho junto aos colonos, que se aproximavam mais da igreja e demonstravam maior disposição de viver segundo os preceitos dela; conseguiu afastar muitos deles das índias com as quais viviam em concubinato, promoveu casamentos religiosos, combateu o jogo de baralho e de dados. Entre os jesuítas, a população do Espírito Santo tinha a fama de ser mais devota que as das outras capitanias.

Todavia, o trabalho junto aos indígenas não rendia os frutos esperados. Os índios livres viviam em confronto com os brancos e eram arredios à pregação dos jesuítas, e os escravizados, embora sensíveis à catequese, eram pouco constantes, voltando freqüentemente às práticas pagãs de sua cultura. Para iniciar a escola, o padre teve de pedir que lhe enviassem meninos de outra região, pois os índios do Espírito Santo não entregavam seus filhos.

Afonso Brás partiu para São Vicente com o grupo de jesuítas que chegara da Bahia, pois lá se fazia necessário seu trabalho, como construtor competente que era. Brás Lourenço substituiu-o como Superior, cargo que ocuparia durante dez anos. Anos difíceis, sobretudo os primeiros, quando o conflito com os índios ameaçava a própria sobrevivência da capitania.

A Casa e a igreja eram amplas, mas muito pobres. Os objetos usados no culto eram emprestados da Matriz, que, por seu lado, estava sem vigário. Às vezes faltava vinho para a missa e até

mesmo farinha para as hóstias, pois o comércio externo era irregular. Em compensação, o padre se entusiasmava com a natureza tão rica; havia muita e variada caça, abundantes peixes bons e grandes, terra fértil, embora as formigas fizessem estragos nas plantações. Consumiam muito milho, do qual se fazia "*muito bom pão, que parece de Portugal*" (LEITE, 1957, p.47). A propriedade que a Casa recebeu e até então tinha uma "roça" para os meninos, não pode mais ser explorada, pois as Constituições da Companhia de Jesus, aprovadas em 1556, exigiam que seus membros fizessem voto de pobreza, renunciando à obtenção de qualquer tipo de renda, mesmo para seu sustento, devendo viver de uma pequena contribuição fornecida pela Coroa e de esmolas. Também as casas ficavam proibidas de possuir renda própria, recebendo alguns artigos de Portugal enviados pelo Colégio do qual dependiam; no caso do Espírito Santo, o do Rio de Janeiro. Essas normas inviabilizaram o projeto que Manoel da Nóbrega procurava implementar, com a criação de grandes casas-escolas destinadas à educação dos filhos de índios.

Brás Lourenço ficou com o irmão Simão Gonçalves, que estava na Casa desde o início, e nove meninos. Às vezes recebia a colaboração de outro padre, que passava uma temporada em Vitória. Foi o caso de Luís da Grã, um dos mais prestigiosos jesuítas dos primeiros tempos, que passou alguns meses com ele no ano seguinte. Na mesma época chegou um irmão, Antônio, e um pouco mais tarde recebeu um reforço valioso: o irmão Fabiano de Lucena, que falava tupi e tinha um bom contato com os índios, exatamente o que faltava ao superior que, segundo Manoel da Nóbrega, "*tinha muito pouco gosto do gentio*" e nunca aprendeu sua língua, como a maioria dos jesuítas que estavam então no Brasil[1].

1 Nóbrega. Apontamento de coisas do Brasil, 8-5-1558. Leite, 1940.

Para pregar aos colonos, porém, Brás Lourenço se descobriu talentoso. No início estava muito inseguro, mas "*pouco a pouco me fui desenvolvendo* (...) *me parece que sou bom pregador e assim me têm todos por grande letrado.*" Era um orador emocional: "*Na maioria das prédicas há muitas lágrimas* (...) *na da Paixão foram tantas que eu não podia falar sem chorar e caiam, porque durante quase três horas nunca cessou o pranto ...*" (LEITE, 1957, p.40).

Como seu antecessor, ele considerava bem sucedida sua atuação entre os colonos e via mudanças na conduta da maioria deles. Promoveu a criação de uma Confraria da Caridade, que procurava combater a prática da blasfêmia e da maledicência. Os escravos indígenas, dos quais havia "*grandíssima multidão*", nas palavras de Anchieta (1554), eram "*instruídos na doutrina cristã*", com resultados positivos, ainda que as conversões fossem pouco consistentes. Nomeou dois "*juízes*" um dos homens e outro das mulheres, encarregados "*de trazê-los à doutrina, e andam com muito fervor.*" O das mulheres dizia que elas se protegiam do assédio sexual invocando a Virgem Maria e ameaçando seus agressores de denunciar ao padre (LEITE, 1957, p.45).

Os índios livres continuavam arredios, mas chegaram os maracajás (ver Maracajaguaçu), aliados dos portugueses, entre os quais a catequese teve enorme progresso. Brás Lourenço adquiriu influência sobre o chefe Maracajaguaçu, que convenceu a se fixar numa aldeia dirigida pelos jesuítas e, juntamente com outros inacianos que passaram temporadas no Espírito Santo nessa época, converteram muitas lideranças do grupo. O padre Antônio de Sá conquistou a confiança da mulher do chefe: "*Dona Branca, mulher do principal, é minha devota, e eu trabalho por estar bem com ela, porque, tendo-a de minha parte, tenho toda a aldeia e não se faz nada senão o que ela quer.*" (CABRAL, Valle, 1887, p.220) O padre Francisco Pires teve entre seus convertidos o índio Matanin, "*doutor entre os seus* (...)*, o que mais compreende* (a doutrina cristã) *e*

muito melhor que muitos cristãos brancos." (CABRAL, Valle, 1887, p.216) Fixados os marajás na Aldeia da Conceição, encarregou-se deles Fabiano de Lucena, que se ordenou nessa época. Durante mais de dois anos esse sacerdote desenvolveu um trabalho intenso na aldeia, à qual ia diariamente, transportado em canoa pelos meninos da Casa.

Brás Lourenço teve excelentes relações com Belchior de Azeredo, que substituiu Vasco Fernandes Coutinho no governo da capitania: "*Todos os seus negócios e coisas de consciência comunica sempre com o padre Brás Lourenço, a quem tem muito crédito, e obediência in Domino, e é muito nosso* (dos jesuítas) *familiar, e nos manda comumente ajudar com suas esmolas.*" (LEITE, 1954, p.465) Belchior executava a política de sujeição dos índios, defendida pelos jesuítas, e trouxe centenas deles, originários do Rio de Janeiro, que se haviam refugiado dos tamoios no Espírito Santo e viviam isolados dos portugueses, para uma área próxima à Aldeia da Conceição, onde formaram a Aldeia de São João, sob autoridade dos jesuítas, em 1562.

Apesar do prestígio e do poder que teve — em parte por sua atuação pessoal, mas sobretudo como membro da Companhia de Jesus — Brás Lourenço não conseguiu impedir os colonos de praticarem toda sorte de abusos e violência contra os índios (ver Maracajaguaçu), e a revolta e o temor destes era um obstáculo à catequese. Brás Lourenço procurou combater o que os jesuítas viam como abusos intoleráveis na escravização. Havia condições em que esta era considerada legítima, mesmo pelos inacianos. Era o caso dos índios prisioneiros de guerra dos colonos, desde que se tratasse de uma "guerra justa", e também dos prisioneiros de guerra de outros índios. "Guerra justa" era aquela empreendida pelo governador ou com sua autorização, ou ainda resultante de um ataque dos índios. Naturalmente, não faltavam pretextos para travar uma "guerra justa", pois afinal os colonos viviam

numa situação de grande insegurança. E cada expedição realizada para garantir a segurança trazia centenas de escravos. No caso de prisioneiros de guerra de outros índios, provenientes das lutas tribais, a escravização aparecia como alternativa à morte e ao canibalismo, pois os índios com os quais os europeus tinham contato matavam e devoravam seus prisioneiros, num ritual religioso que reunia todos os habitantes da taba e até convidados de tabas próximas e constituía um elemento importante de sua cultura. Os europeus combateram o canibalismo, intolerável para a civilização cristã, e passaram a comprar os prisioneiros como escravos. Isto os jesuítas aprovavam, mas exatamente aí começavam os problemas, na visão deles, pois o fato dos "*cristãos ensinarem ao gentio a furtarem-se a si mesmos e venderem-se por escravos*" como disse Nóbrega, abria a porta para a venda indiscriminada de índios (LEITE, 1940, p.113). Convém lembrar que isso acontecia num contexto em que os índios, destribalizados pelos portugueses, ficavam freqüentemente em situação de penúria, pela destruição de sua economia tradicional, ao mesmo tempo em que tomavam contato com uma grande quantidade de produtos que custavam dinheiro e aprendiam as noções de propriedade privada e acumulação de riquezas, totalmente estranhas à sua cultura.

Brás Lourenço se empenhou em combater essa prática, a que chamavam resgate, através da pregação, da recusa da absolvição, enfim, dos meios de pressão e persuasão que lhe proporcionava o sacerdócio. Conseguiu que os colonos firmassem um acordo de não mais resgatar, porém muitos voltaram atrás e ele recorreu ao apoio do Capitão-mor, que proibiu os resgates, sob pena de perda do escravo. Não temos notícias do resultado dessa proibição, mas tudo indica que sua eficácia foi pequena, pois as denúncias se repetem. Brás Lourenço atuava também sobre os índios, proibindo-os de vender outros índios sobre os quais tinham poder, inclusive parentes. A alguns deles, entre os quais

um chefe, conseguiu impor penitência pública, de auto-flagelação, realizada na vila, por esse motivo.

Em 1561 Vitória foi atacada pelos franceses, em duas grandes naus bem armadas. O Capitão-mor, Belchior, organizou a defesa e, antes do combate, foi com suas forças à igreja dos jesuítas pedir a proteção de Santiago. Brás Lourenço tomou a bandeira do santo e acompanhou-os ao local da luta, incentivando a resistência, ao final vitoriosa, com a expulsão dos franceses. (LEITE, 1954, p.43)

Em 1564 chegou ao Espírito Santo um novo grupo de jesuítas, chefiado pelo padre Manoel de Paiva, que veio substituir Brás Lourenço. O novo superior não era estranho à capitania, na qual estivera por algum tempo, em 1552, por ocasião de uma viagem de Afonso Brás a Porto Seguro. Trouxera os primeiros meninos com os quais se iniciou o ensino na Casa de Santiago, recentemente construída, e recebeu, em nome desta, a doação da sesmaria de Vitória. Quando retornou como superior já era um homem de meia idade, mas muito forte e resistente, que não recusava qualquer tipo de trabalho e possuía notável bravura. Costumava acompanhar os portugueses nos combates, carregando uma cruz e incentivando-os, sempre na linha de frente. Tinha pouca cultura, uma piedade fervorosa, grande capacidade de obediência e submissão à Companhia, à qual servia no Brasil desde 1550, tendo passado dez anos em São Vicente e participado da fundação do colégio de São Paulo, onde fora superior. Viveu longos anos no Espírito Santo, primeiro como Superior, depois como diretor da escola, e aqui faleceu em 1584, sendo sepultado na Igreja de Santiago.

Após deixar o Espírito Santo, Brás Lourenço foi Superior em Porto Seguro, durante sete anos, depois dos quais tornou-se Reitor do Colégio do Rio de Janeiro, substituindo o padre

Nóbrega, que falecera. Serviu em várias capitanias e voltou ao Espírito Santo, vindo a falecer em Reritiba, em 1605. (LEITE, 1954, p.43)

Pedro Palácios

Pedro Palácios era natural de Castela, Espanha. Tomou o hábito de franciscano, como irmão leigo, e transferiu-se para Portugal, onde foi atraído, como tantos de seus contemporâneos, pelo Novo Mundo que se abria aos europeus. Ao contrário da maioria deles, porém, não o movia a busca de riquezas ou de poder, mas sim "*o zelo na salvação das almas*" de seus habitantes selvagens. (ANCHIETA, 1988, p.327). Conseguiu embarcar num daqueles frágeis navios que partiam para o Brasil, abarrotados de gente e de mercadorias, onde se misturavam autoridades coloniais, aventureiros de todo tipo, mercadores, degredados, soldados e religiosos.

Não se sabe ao certo onde desembarcou. Segundo José de Anchieta, seu contemporâneo, frei Palácios esteve inicialmente na Bahia, onde pregava nas aldeias indígenas, muitas vezes em companhia dos jesuítas, e teria passado, pouco tempo depois, ao Espíri-

to Santo, onde chegou em 1558, e continuou com o mesmo zelo sua pregação entre os moradores.

Anchieta se refere a ele como "*homem de vida exemplar*", ligado aos jesuítas, com os quais se confessava e freqüentemente comungava. Conta que estes o repreenderam por haver batizado algumas pessoas sem as formalidades rituais, e lhe deram as instruções necessárias para realizar o batismo nas situações extremas, quando fosse impossível encontrar um padre. (ANCHIETA, 1988, p.327).

Fixou-se em Vila Velha, mais precisamente num monte encimado por um penhasco, próximo à entrada da baía, no qual passou a morar — numa cabana ou numa gruta — enquanto construía, com a colaboração dos moradores, uma pequena capela na encosta. Dedicou-a a São Francisco de Assis, fundador da ordem a que pertencia, e nela colocou uma imagem desse santo e um painel de Nossa Senhora das Alegrias, que trouxera da Europa.

Em seguida, empreendeu a construção de uma ermida no alto do rochedo, segundo uma lenda a pedido da própria Virgem, cujo painel por três vezes desapareceu da capela e se colocou no cimo do monte. Para a obra mobilizou a população que colaborou com material e trabalho. A ermida era pequena, com o teto em abóbada, ladeada por duas palmeiras. Depois da morte de frei Palácios a construção foi aprimorada, tornando-se "*graciosa e bem acabada*", na opinião de um contemporâneo, que a visitou em 1585, o padre Fernão Cardim. (CARDIM, 1978, p.207) Era vista de longe e logo se tornou uma referência para os navegantes, que passaram a visitá-la em romaria, cumprindo promessas que faziam à Virgem Maria durante as tempestades que enfrentavam no mar.

Tornou-se conhecida como ermida da Penha, por causa do penhasco em que foi construída, e esta designação acabou

sendo atribuída à santa, que não é, porém, a Nossa Senhora da Penha de origem européia. Em 1610, o santuário era o "*melhor e de mais devoção que há em todo o Brasil*", segundo um jesuíta. Ao pé do monte haviam sido construídas casas boas para os romeiros. (OLIVEIRA, 1975, pp.136-137). Em 1637 a construção foi ampliada e a partir de então passou por algumas reformas, tornou-se um convento, e veio a adquirir a forma que tem hoje nas últimas décadas do século XVIII.

Frei Pedro Palácios faleceu em 1570, na pequena capela de São Francisco, onde vivia.

Anchieta

José de Anchieta nasceu numa família da elite colonial de Tenerife, ilha das Canárias, colonizadas pela Espanha. Seu pai, Juan de Anchieta, era um nobre basco que chegara a Tenerife já adulto, doze anos antes do nascimento de José. Sua mãe, natural da ilha, era filha de imigrantes espanhois de família importante e rica, embora de origem cristã-nova, os Llerena, que haviam se destacado na conquista das Canárias. Mência era viúva quando se casou com Juan e tinha um casal de filhos que foram criados junto com os dez que teve do segundo casamento. José foi o terceiro destes, nascido a 19 de março de 1534, após duas meninas.

Juan emigrara numa situação difícil, quase como fugitivo, pois participara de uma revolta fracassada contra o governo do imperador Carlos V, escapando por pouco de ser condenado à morte. Apesar disso, fez uma carreira bem sucedida no serviço público,

chegando a ocupar cargos elevados na administração colonial.

O menino José foi criado num ambiente de riqueza e poder, entre os conquistadores que dominavam com mão-de-ferro a população nativa, os guanches, ambiente semelhante, neste aspecto, ao que encontrará mais tarde no Brasil. Sua família era muito religiosa, com vários membros sacerdotes. Ele fez seus primeiros estudos na escola dos padres dominicanos e aos 14 anos foi enviado para Portugal, a fim de completar sua formação no Colégio das Artes, anexo á Universidade de Coimbra. Lá, destacou-se pelo talento literário e pela exaltada religiosidade, e logo foi atraído pela Companhia de Jesus, com sua proposta de dedicação total à glória de Deus, combinando o fervor religioso e a militância. Depois de três anos de estudos de letras e filosofia, o jovem Anchieta passou, como noviço, para o Colégio da Companhia, também em Coimbra, que preparava os jesuítas com extremo rigor, através da mais absoluta disciplina, submissão aos superiores e prática dos Exercícios Espirituais, inovador método de oração e meditação elaborado por Santo Inácio de Loyola, considerado como um dos principais fatores do rápido sucesso da Companhia. Quanto aos estudos, compreendiam as letras, a filosofia e a teologia, mas Anchieta não teve muito tempo para completar sua formação. Seu corpo franzino se ressentiu das práticas religiosas estafantes, das mortificações e das privações a que se submetia, e ele adoeceu gravemente, de moléstia não identificada na ocasião, que alguns de seus biográfos julgam ter sido tuberculose. Na mesma época, manifestou-se uma lesão na coluna vertebral, causadora de dores constantes, que o acompanharam pelo resto da vida, e de uma progressiva curvatura das costas. Seus contemporâneos acreditavam que a lesão teria sido provocada pelo excessivo tempo que o noviço passava de joelhos, acompanhando sucessivas missas e orando. Porém, Jaime dos Santos Neves, tisiologista renomado e pesquisador do tema,

pensa que na verdade havia uma única doença: a tuberculose óssea, que pode causar uma deformação semelhante à que atingiu Anchieta, quando ataca a coluna vertebral. Não há como obter um diagnóstico seguro, porém, pois os ossos da coluna vertebral do jesuíta desapareceram. (SANTOS NEVES, 1984)

Como seu estado de saúde não melhorasse, os médicos recomendaram sua vinda para o Brasil, cujo clima e salubridade eram considerados excelentes. Passara apenas dois anos no Colégio, mas seus progressos espirituais e intelectuais eram notáveis, quando partiu para o Brasil, aos 19 anos, como irmão, pois já fizera os primeiros votos.

Veio na frota que trazia o segundo governador-geral, Duarte da Costa, em 1553, no mesmo grupo em que estava Brás Lourenço. No navio, assumiu o trabalho da cozinha e da despensa dos jesuítas e a todos serviu durante a viagem. Depois de passar três meses na Bahia, seguiu para São Vicente, novamente em companhia de Brás Lourenço, que ficaria no Espírito Santo. A viagem foi marcada por um naufrágio entre Porto Seguro e Vitória (ver Brás Lourenço), mas na véspera do Natal de 1554 a frota chegou a São Vicente, última capitania ao sul, onde os jesuítas tinham sua maior casa e o aldeamento dos índios estava mais avançado.

Lá estava o padre Manoel da Nóbrega, superior dos jesuítas no Brasil (Provincial). Desanimado com o trabalho de catequese nas áreas colonizadas, que considerava prejudicado pela convivência dos índios com os portugueses, pois estes davam péssimos exemplos de conduta e cometiam todo tipo de violência contra os nativos, afastando-os dos jesuítas, Nóbrega desejava penetrar no "sertão" e estabelecer uma missão na terra dos carijós (guaranis), considerados menos belicosos e muito receptivos à catequese. Lá, afastados dos brancos, poderiam reunir muitos índios em

uma grande cidade .

O projeto de Nóbrega esbarrou na oposição do governador-geral; as terras dos carijós estavam situadas numa área que pertencia à Espanha pelo tratado de Tordesilhas, embora Portugal pudesse reivindicar um avanço do limite para oeste, a fim de compensar a ocupação pelos espanhóis de uma região no Oriente que seria portuguesa segundo o tratado. Além disso, circulavam notícias de que os espanhóis haviam descoberto minas de prata naquela área, a 100 léguas de São Vicente, o que tornava qualquer movimento dos portugueses na região extremamente arriscado. O governador-geral chegou a "fechar o caminho", tanto para os portugueses quanto para os espanhóis. As notícias eram fundadas; tratavam-se das riquíssimas minas de prata do Peru, mas sua localização era a muito maior distância de São Vicente do que pensavam, na atual Bolívia.

Nóbrega jamais renunciou a seu projeto, porém foi obrigado a recuar, e propôs ao governador-geral estabelecer a missão em outro local do "sertão". Nem assim obteve permissão, pois Tomé de Souza seguia à risca a política portuguesa de colonização litorânea.

Foi um duro golpe para os jesuítas, que consideravam esse projeto uma saída para o impasse em que se encontrava o trabalho de catequese. O entusiasmo inicial dos religiosos logo dera lugar a uma grande decepção, diante das enormes dificuldades encontradas. No princípio a conversão dos índios parecia avançar; eles aceitavam a pregação, demonstravam acreditar no que lhes era ensinado a respeito de Deus, temiam o Juizo Final e o inferno, e muitos pediam o batismo, mas, como dizia Nóbrega, "*crêem em nós como crêem em seus feiticeiros*", e o crédito "*não é tanto que baste para afastá-los de seus velhos costumes*". (LEITE, 1954, p.452) Os grandes aldeamentos, distantes da interferência noci-

va dos colonos, sob a autoridade dos jesuítas, apareciam como solução. Foi o que fizeram mais tarde, com grande sucesso, os jesuítas das colônias espanholas nas Missões do Paraguai.

Logo, porém, mudou o governador-geral. Tomé de Souza, que procurou impedir a penetração pelo "sertão", foi substituído por Duarte da Costa, com o qual veio Anchieta, e imediatamente o padre Nóbrega decidiu instalar uma missão no planalto, em Piratininga[1], A missão compreendia três aldeias tupiniquins, estava situada em território indubitavelmente português, e em local que constituía uma porta de "*entrada a inúmeras nações*" indígenas, dos carijós até os índios do Peru, todas tidas pelos jesuítas como pacíficas, dóceis, sensíveis à pregação e, na maioria, não praticantes do canibalismo. Com essa finalidade, o superior mandou buscar alguns jesuítas na Bahia – entre os quais foi Anchieta –, e Afonso Brás, no Espírito Santo.

A 25 de janeiro de 1554, aniversário da conversão de São Paulo, chegaram a Piratininga os primeiros jesuítas e dedicaram ao apóstolo a Casa que estavam fundando. Era um grupo de treze religiosos, o que revela o quanto estavam investindo no projeto. Levaram também os filhos de índios que educavam em São Vicente. Celebraram a missa na casa que fora construída pelos indígenas, "paupérrima e estreitíssima", na opinião de Anchieta, que nela viveria nos próximos dois anos. Em carta de setembro daquele ano, ele nos fala de seu quotidiano :

> "*... permanecemos, algumas vezes mais de vinte, em uma pobre casinha feita de barro e paus, coberta de palhas, tendo 14 passos de comprimento e apenas dez de largura, onde estão ao mesmo tempo a escola, a enfermaria, o dormitório, o refeitório, a cozinha, a dispensa;* (...) *é muitas vezes necessário aos irmãos explicarem*

1 Região ocupada por tupiniquins aliados dos portugueses.

> *a lição de gramática no campo, e como ordinariamente o frio nos incomoda na parte de fora, e dentro de casa a fumaça, preferimos sofrer o incômodo do frio de fora do que da fumaça de dentro. Já os meninos que freqüentam a escola, cujo ânimo não se abala expostos ao vento e ao frio, agora também, aquentando-se ao calor da fogueira,* (...)*se aplicam à lição.* (ANCHIETA, 1988, p.53)

O principal alimento era a farinha de mandioca, que conheceram e aprenderam a produzir com os índios. Tinham fartura de legumes e hortaliças, que eles próprios produziam, de milho, mel, ervas medicinais... Também comiam caça e peixes. Um irmão ferreiro trabalhava para os índios e estes o presenteavam com farinha, legumes, carne e peixe. Os indígenas também lhes davam esmolas, em alimentos.

Continua Anchieta, educado em mesas ricas:

> "(Embora) *careçamos inteiramente de todos os refrescos e as cousas necessárias ao sustento sejam insipidíssimas e de pouca estimação,* (Deus) *nos conserva a saúde do corpo.*" (ANCHIETA, 1988, p.54)

Com efeito, vindo doente de Portugal, ele logo recuperou a saúde.

O trabalho na Casa era pesado. O irmão José, ainda tão jovem, foi encarregado do ensino de gramática, pois era o único dos residentes que dominava o latim. Ensinava em três classes diferentes, tendo como alunos até padres, inclusive o superior, Manoel de Paiva. Era ele igualmente o redator das cartas e informações que enviavam a outros membros da Companhia, em Portugal. Ensinava aos meninos índios, pregava a seus pais, e se empenhou em aprender sua língua, demonstrando nisso tanta habilidade que em poucos meses já falava o tupi. Logo começou

a elaborar uma gramática da "língua brasílica", a traduzir orações e cantigas, a preparar questionários para as confissões e o ensino da doutrina cristã, instruções para o batismo e a assistência em caso de perigo de morte. Em pouco tempo produziu um importante material para o ensino do tupi entre os jesuítas e para o trabalho de catequese.

Deslocava-se frequentemente para as aldeias indígenas, bem como para São Vicente e as outras vilas do litoral, percorrendo a pé o íngreme caminho através da Serra do Mar. Mais tarde os jesuítas abririam uma nova via até o litoral, que se tornou conhecida como "caminho do padre José".

> "(...) *quase sem cessar andamos visitando várias povoações assim dos índios como de portugueses, sem fazer caso das calmas e chuvas, grandes enchentes dos rios, e muitas vezes de noite por bosques mui escuros a socorrer enfermos, não sem grande trabalho, assim pela aspereza dos caminhos, como pela incomodidade do tempo, maximé sendo tantas essas povoações, estando longe umas das outras, que não somos bastantes a acudir tão várias necessidades* (...)."

Para facilitar as longas caminhadas aprendeu a fazer sandálias, com uma fibra nativa, "*porque se não pode andar por cá com sapatos de couro pelos montes.*" (ANCHIETA, 1988, p.73)

Depois de dois anos de construção, dirigida por Afonso Brás, com o trabalho dos irmãos e dos meninos da escola, foram inauguradas uma nova casa, ampla e confortável, e uma igreja espaçosa. Porém, naquela ocasião, esse espaço era inútil. A maior parte dos indígenas das aldeias de Piratininga havia se mudado para novas aldeias, levando os filhos, "*e se não viessem à igreja alguns escravos de portugueses que aqui vivem, tocar-se-ia a campaínha por demais e não haveria nenhum dos índios que se ensinasse. De manei-*

ra que os meninos que antes aprendiam, andam de cá para lá, e não somente não aprendem nada de novo, mas antes perdem o já aprendido", escreveu Anchieta desolado. (ANCHIETA, 1988, p.103).

O projeto de aldeamento dos indígenas sob a autoridade dos jesuítas, considerado por estes como indispensável à cristianização, sofrera uma séria derrota.

> "*A maior parte destes* (os índios das aldeias de Piratininga) *fez outras moradas não longe daqui, onde agora vivem, porque ultra de eles não se moverem nada às coisas divinas, persuadiu-se-lhes agora uma diabólica imaginação, que essa igreja é feita para sua destruição* (...) *que os ensinamos para que a eles, filhos e mulheres, façamos cativos e são eles de tal natureza e condição que mais crêem a qualquer mentira dos seus que a quanto lhes pregamos, e se lhes diz isto algum de seus feiticeiros, a que chamam pagés, nenhuma coisa têm por mais verdadeira, ainda que nenhum destes* (pagés) *ousa vir aqui senão ocultamente porque os repreendemos mui gravemente."* (ANCHIETA, 1988, p.108)

Apesar desse revés, os jesuítas continuavam pregando, onde houvesse índios dispostos a ouvi-los. Os melhores resultados eram obtidos com os cativos, entre os quais havia muitos catecúmenos, que aprendiam a doutrina, preparando-se para receber o batismo quando os padres os julgassem aptos.

Os antigos moradores de Piratininga, porém, continuaram afastados e refratários à ação missionária:

> "*Com os Brasis, nossos antigos discípulos, que com tanto afã e trabalho andávamos criando, não temos conta alguma* (...) *porque eles se hão feito indispostos para todo bem, dispersando-se por diversas partes, onde não podem ser ensinados, e assim tornam-se todos aos costumes de seus pais."* (ANCHIETA, 1988, p.189)

> "*Nem se pode acudir com a doutrina* (devido à dispersão), *nem, o que é pior, eles a querem, e assim quando os visitamos por suas aldeias* (...), *com não pequeno trabalho, recebem-nos como aos outros Cristãos Portugueses, que querem tratar e resgatar com eles...*" (ANCHIETA, 1988, p.176)

Anchieta era apenas um "irmão", mas já conquistara uma posição de grande influência entre os jesuítas. Destacava-se por seu fervor religioso, seu desprendimento e dedicação à obra missionária, sua brandura e submissão à disciplina da Companhia, aliados ao talento com que desempenhava suas funções e às capacidades paranormais que manifestava. Começava a se formar sua reputação de santidade. Uma testemunha em seu processo de beatificação declarou que naquela época, quando era menina, ouvia os padres Nóbrega e Luís da Grã dizerem que o irmão José era santo.

Data dessa época uma de suas principais obras literárias, um poema épico em latim celebrando os feitos do governador geral Mem de Sá: **De gestis Mendi de Sàa**. Mais valorizados atualmente e de grande importância para o conhecimento do Brasil em seus primeiros anos, são os relatos que escrevia aos membros da Companhia na Europa: descrições da terra, plantas, animais, índios, crônicas da vida nas missões e dos acontecimentos relevantes de que participou, escritos com grande simplicidade de estilo e muita vivacidade.

O padre Nóbrega reconheceu nele um precioso colaborador e associou-o a uma ousada ação política que planejara: a promoção da paz com os tamoios. Estes eram vizinhos dos tupiniquins, em cujas terras se haviam fixado os portugueses, dos quais se tornaram aliados, como acontecia no Rio de Janeiro. Porém, as relações entre os colonos da capitania de São Vicente e os tupiniquins se deterioraram, chegando à ruptura em 1562,

quando os índios atacaram Piratininga, que recentemente se tornara vila de São Paulo.

Anchieta narrou o episódio: (ANCHIETA, 1988, pp.191-204)

> "(Os índios) *começaram a apregoar guerra contra Piratininga* (...) *porque essa gente é tão carniceira, que parece impossível que possam viver sem matar.*"

Os tupiniquins se dividiram: muitos catecúmenos e cristãos ficaram ao lado dos jesuítas:

> "*... sabida a notícia e verdade da guerra, vieram de sete ou oito aldeias, em que estavam esparzidos, a meter-se conosco, não todos, mas somente aqueles que amam a Deus...*"

O principal auxílio veio de Tibiriçá, "*Principal* (chefe) *de Piratininga, que veio com toda sua gente* (...) *deixando todas as suas lavouras para serem destruídas pelo inimigo*". No combate, "*se encontravam às flechadas irmãos com irmãos, primos com primos, sobrinhos com tios, e o que mais é, dois filhos que eram cristãos estavam conosco contra seu pai...*" O espaço da igreja, enfim, foi necessário, para abrigar as crianças e as mulheres.

Anchieta descobriu um efeito positivo da guerra: os antigos discípulos que ficaram ao lado dos portugueses foram forçados, por motivo de segurança, a se concentrar de novo em Piratininga, que eles mesmos cercaram, juntamente com os portugueses, "*e desta maneira podem ser ensinados nas cousas da fé, como agora se faz, havendo contínua doutrina* (...) *a que concorrem todos, havendo um alcaide que os obriga a entrar na igreja; tem-se já batizado e casado alguns deles e prossegue-se a mesma obra com esperança de maior fruto; porque estes não têm para onde se apartarem, sendo inimizados com os seus, e estando sempre junto de nós como agora estão, não podem deixar*

de tomar costumes e vida cristã..".

Mas os ataques dos tamoios aos portugueses recrudesceram, ficando a capitania sob dois fogos. Foi então que o padre Nóbrega decidiu agir, buscando uma aproximação com os tamoios, o que, além de melhorar a situação de São Vicente, seria de grande utilidade para a ocupação do Rio de Janeiro, na qual ele estava profundamente empenhado. Tratava-se de refazer as alianças, substituindo os tupiniquins pelos tamoios (tupinambás) como aliados.

Nóbrega encarregou-se pessoalmente de entabular as negociações e escolheu Anchieta para acompanhá-lo. A 18 de abril de 1563 partiu uma comitiva em dois navios, com destino a Iperui, local próximo a Ubatuba, onde havia algumas aldeias de tamoios, que os aguardavam e os receberam "*com paz e amizade*", interessados na proposta de aliança e, diz Anchieta, "*a principal razão que os moveu a quererem a paz não foi o medo que tivessem dos Cristãos* (...), *nem a necessidade que tivessem de suas coisas, porque os Franceses, que trabalham com eles lhas dão em abundância ...*", mas sim a guerra contra os tupiniquins, na qual a aliança com os portugueses era valiosa. Aparentemente não se perguntaram sobre as razões que teriam levado os tupiniquins a rompê-la... (ANCHIETA, 1988, p.209)

As negociações eram complicadas, pois os tamoios se espalhavam por uma área extensa, incluindo o litoral do Rio de Janeiro, até Cabo Frio, onde eram aliados dos franceses, e sobretudo, não tinham consolidado sua unidade política. Só recentemente, para enfrentar os portugueses, haviam formado uma Confederação reunindo grupos até então autônomos. Nóbrega e Anchieta ficaram em Iperui, e doze rapazes tamoios seguiram no navio para São Vicente, como reféns, enquanto um grupo de cinco chefes foi para o Rio de Janeiro.

Anchieta narrou minuciosamente o episódio de Iperui em

carta ao superior geral, na qual me apoiei e da qual tirei todas as citações sobre o assunto. (ANCHIETA, 1988, pp.206-250). Conta ele :

"... Pousamos em casa de um Índio Principal, que havia muito tempo haviam salteado (cativado), *por engano dos portugueses* (enganado pelos portugueses) *com outros muitos, e haviam escapado do navio, com os ferros nos pés, e andando toda a noite, e ainda que tinha razão por isto de ter-nos grande ódio, determinou de olvidar-se dele e converte-lo em amor, mostrando-se como um dos principais autores desta paz, movido também por palavras de uma índia que tinha em sua casa."* Ela também fora escravizada, conhecia os jesuítas, e testemunhou que eles combatiam os abusos dos portugueses em relação aos índios. Ela própria fora defendida por eles, que recusavam dar a confissão a seu senhor, enquanto este não a libertasse, e mostrou-se muito grata a eles, dando-lhes de comer "*com muito amor e diligência"* e informando-os *"se por ventura os seus maquinavam contra nós outros"*.

Um dos chefes que partiram para o Rio de Janeiro desocupou uma casa e entregou-a aos jesuítas, que nela celebravam a missa, geralmente de madrugada, para não serem perturbados pelos indígenas, que se chegavam sempre, curiosos, o que era *"causa de alguma inquietação"*, e mesmo assim sempre apareciam alguns, que faziam questão de se aproximar do altar e olhar bem de perto a imagem de Cristo na cruz, que ali haviam posto.

> *"Desta maneira vivemos entre eles gastando uns poucos dias em um lugar, e outros poucos em outro, por contentar a todos, ensinando sempre as cousas da fé a quantos as queriam ouvir."*

Os índios tinham o costume de oferecer aos brancos ami-

gos suas filhas e irmãs, para que eles se tornassem seus genros e cunhados, e assim fizeram insistentemente com os jesuítas. Quando estes lhes disseram que aquilo constituía uma ofensa a Deus, e que eles "*não eram casados nem tinham mulheres, ficaram eles e elas espantados, como eram tão sofridos e continentes, e tinham-nos muito maior crédito e reverência*", acreditava Anchieta. E confessava:

> "*É necessária graça mui especial e fogo do Espírito Santo a quem houver de viver entre gente que põe nisto* (na sexualidade) *uma das essenciais partes de sua felicidade, cujos pensamentos, palavras e obras* (...) *finalmente vêm parar nisto.*"

Não creio que os indígenas fossem tão diferentes dos colonos neste aspecto; na verdade a grande diferença estava na naturalidade e espontaneidade com que viviam sua sexualidade, sem muitas proibições e sem qualquer idéia de impureza, pecado, privacidade e outras que caracterizam os civilizados, o que tornava muito mais difícil a convivência, para o jovem que fizera voto de castidade na adolescência.

Embora as relações com os indígenas de Iperui fossem amistosas, o perigo rondava. Estava nos tamoios de outras áreas, ainda não envolvidos nas negociações de paz, que às vezes chegavam em canoas com grupos de guerreiros, e ao encontrá-los os ameaçavam, sendo a custo apaziguados pelos locais. Certa vez chegaram em dez canoas, quando os homens da aldeia haviam se ausentado para realizar um trabalho, mas, para alívio dos jesuítas, ao mesmo tempo aportou o navio que os trouxera de São Vicente e voltava do Rio, trazendo alguns chefes tamoios e até um francês, empenhados nas negociações de paz. Estes informaram sobre as conversações realizadas no Rio, inclusive com os franceses que lá restavam e que haviam mandado um representan-

te, e convenceram o chefe das dez canoas a negociar. Porém, as próprias negociações eram arriscadas. Os tamoios tinham uma profunda desconfiança e muita animosidade em relação aos portugueses, como se pode ver no relato de Anchieta sobre o início das conversações:

> *"...entrou* (o chefe das dez canoas) *com muitos dos seus com arco e flechas na mão, vestido numa camisa, e assentado em uma rede começou a tratar das pazes, e a tudo que lhe dizíamos se mostrava incrédulo e duro, trazendo à memória quantos males lhe haviam feito os nossos, e como a ele mesmo haviam já prendido em outro tempo com pretexto de pazes, mas que ele, por sua valentia, com um ferro nos pés, saltara do navio e havia escapado, e com isso arregaçava os braços e bulia com as flechas, contando suas valentias."*

Por seu lado, os jesuítas e colonos também davam pouco crédito à palavra dos indígenas e estavam sempre temendo uma traição. Seu aspecto guerreiro e selvagem, sua franqueza rude, a exibição de valentia, enfim, suas normas de conduta pouco compreensíveis para os europeus, alimentavam nestes uma assustadora imagem de ferocidade que dificultava o entendimento, como se pode perceber na continuação do relato de Anchieta.

Houve um momento particularmente tenso, quando os jesuítas recusaram firmemente a reivindicação dos tamoios de que os portugueses lhes entregassem os tupiniquins que haviam permanecido como seus aliados, incluindo os das aldeias dos jesuítas.

"O *Capitão* (do navio) *vendo-o* (o chefe) *tão bravo como lobo carniceiro, que não pretendia mais que fartar-se de sangue, e não dava nada pela razão* (...)", disse-lhe que não tinha poderes para decidir sobre a questão e precisava consultar seus chefes. Partiram todos

para Bertioga, na fronteira da capitania de São Vicente. Quando se aproximavam, os tamoios, que iam atrás do capitão, receberam alguns dos seus que lá estavam como reféns, e haviam sido enviados às pressas pelo capitão-mor. Na vila, foram recebidos amistosamente pela população. Foi o suficiente.

"Aquele Principal vinha já manso e entrou em esta vila pregando que folgava muito com as pazes, que já cria ser verdade o que lá lhe díziamos..." E renunciou à reivindicação de receber os tupiniquins aliados.

Mas o perigo também podia vir dos tupiniquins rebelados, que *"se meteram com os cristãos em Itanhaem, com o propósito de matar os* (tamoios) *que haviam vindo como reféns, para que com isto se quebrassem as pazes."* O capitão-mor de São Vicente foi combatê-los, acompanhado pelos tamoios, e aprisionaram muitos deles, *"dos quais os tamoios levaram suas presas e outros que os nossos lhes deram, para confirmação da paz e para que cressem verdadeiramente* (que) *eram nossos inimigos..."*

Enquanto isso, os jesuítas permaneciam em Iperui, *"em contínuos temores, esperando cada dia por canoas, assim do Rio, como das que eram passadas a Bertioga, temendo que fossem descontentes ou houvessem recebido algum dano* (...) *e se quisessem vingar em nós."* Afinal, nem eles podiam confiar nos portugueses, quando se tratava de suas relações com os índios.

Certa vez, estavam na praia quando viram ao longe uma canoa vindo na direção do Rio de Janeiro. Iniciaram então uma corrida para a aldeia, mas o padre Nóbrega, doente e envelhecido, não tinha a agilidade nem as forças necessárias para fazer o percurso, que incluía a travessia de um riacho e a subida de um morro, e Anchieta, franzino e sofrendo com a lesão na espinha, tentava em vão carregá-lo, até que encontraram um índio, já na encosta do morro, e este *"com muitos rogos e prometer que se lhe pa-*

garia", levou o padre, ora às costas, ora puxado pelo bordão, até a aldeia, onde tiveram que enfrentar a ira e a desconfiança dos recém-chegados até convencê-los da veracidade de suas propostas de paz.

E foram tão bem sucedidos que o chefe ao fim declarou, segundo Anchieta:

> *"... Quando entrei a ver os padres, e lhes falei, caiu-me o coração e fiquei todo mudado e fraco, e pois eu não os matei, que vinha tão furioso, já nenhum os há de matar..."*

Mas nem tudo era sobressalto e apreensão. No dia seguinte, o chefe Cunhambebe, da aldeia vizinha, entregou-lhes uma pequena casa que mandara construir para que dissessem as missas. Foram para lá de manhã cedo,

> *"... e quando nos viu, assim ele como todas as mulheres da aldeia* (nos) *receberam* (com) *tanta alegria, como se ressuscitáramos àquela hora, falando-nos palavras de muito amor, e foi-se logo à outra aldeia a convidar aos outros que viessem a beber* (...), *e andando, bebendo e bailando com grande festa, lhes disse que não queria que ninguém nos fizesse mal, nem falasse alguma palavra áspera e não estorvasse as pazes que ele fazia com nós outros..."*

Dias depois chegou um navio enviado pelo capitão-mor de São Vicente a fim de buscá-los para uma grande reunião na qual seria finalmente firmada a paz. Lá estariam quase todos os chefes tamoios da fronteira e dezenas de canoas vindas do Rio, *"mas os índios ainda não estavam de todo seguros"* e não permitiram a partida dos dois. Foi então o padre Nóbrega, e Anchieta ficou, acompanhado apenas por um colono muito devoto, cuja família e escravos haviam sido aprisionados pelos tamoios e ele esperava

resgatar.

Foram mais de dois meses de profunda solidão, privado do apoio, da orientação e da autoridade de Nóbrega, submetido às tentações da carne e à ameaça da morte.

A casa em que estavam alojados era uma maloca, isto é, uma grande construção retangular, onde viviam de cinquenta a duzentas pessoas, unidas por laços de parentesco, "*sem repartimento nenhum, e moram duma parte e outra, ficando grande largura no meio, e todos ficam como em comunidade, e entrando na casa se vê quanto nela está, porque estão todos à vista uns dos outros sem repartimento nem divisão* (...). E acrescenta Fernão Cardim, autor desta descrição ; "*Parece a casa um inferno* (grifo meu), *uns cantam, outros choram, outros comem, outros fazem farinhas e vinhos, etc. e toda a casa arde em fogos*". (CARDIM, 1978, p.185)

A imagem do inferno, usada por Cardim, mostra o horror que inspiravam aos jesuítas aquelas práticas da cultura indígena, que eles consideravam inspiradas pelo demônio, e nos permite avaliar o sofrimento de Anchieta durante o tempo que lá viveu. Anos antes já escrevera ele aos irmãos do Colégio de Coimbra:

> "*Também vos digo que não basta com qualquer fervor sair de Coimbra, senão que é necessário trazer alforje cheio de virtudes adquiridas, porque* (...) *acontece andar um irmão entre os índios seis, sete meses no meio da maldade e seus ministros e sem ter outro com quem conversar senão com eles: donde convém ser santo para ser irmão da Companhia.*(...) *Fazei um grande coração, porque não tereis lugar para estar meditando em vossos recolhimentos, senão no meio da iniquidade* (...) *na Babilônia...*". (ANCHIETA, 1988, p.74)

O pior momento era o das festas, quando os índios ficavam

"*bebendo e cantando todo o dia e noite, com grandes gritos, homens e mulheres misturados, de maneira que, nem em casa nem fora podíamos estar sem ouvir e ver suas borracharias* (bebedeiras); *noite me aconteceu, chovendo muito e fazendo grande frio, estar grande parte dela fora de casa, em pé, mal guardado da chuva e padecendo o frio, até que eles acabassem de beber seus vinhos, e enfim, não podendo mais esperar, tornar-me para dentro* (...) *e acabar a noite entre eles...*"

Com o passar dos dias, sem que voltassem os que haviam partido para as negociações em São Vicente, foi-se propagando a desconfiança entre os índios, alimentada por boatos trazidos por tamoios do Rio sobre complôs que os cristãos estariam tramando. Com isso, o ambiente foi-se tornando ameaçador, embora os chefes das aldeias locais se mantivessem confiantes e dispostos a defender Anchieta contra os do Rio.

> "*E aqueles que andavam amotinados já passavam por nós outros sem nos falar, nem olhar senão de través, como homens que não nos conheciam, e assim* (...) *nos recostávamos a dormir oferecendo a cabeça à espada...*"

Continua Anchieta:

> "*Acabei de persuadir-me que mui pouca cousa bastava para os mover a nos dar a morte, e determinei de me dar mais intimamente a Deus, procurando não só achar-me mais aparelhado para recebe-la, mas também desejá-la e pedi-la a Deus Nosso Senhor com contínuas orações e inflamados desejos, e confesso minha fraqueza que muito me afligia a carne com contínuos temores, mas o Espírito pela graça do Senhor estava pronto...*"

Ele se entregou à proteção da Virgem Maria, a quem dedicava especial devoção. Prometeu-lhe um poema, que começou a

escrever nas areias da praia de Iperui, e se tornou uma de suas mais famosas obras, conhecido como Poema da Virgem. Nele se refere ao episódio:

"Enquanto a minha presença
ameaçava os Tamoios conjurados
e os levava com jeito
à suspirada paz,
Tua graça me acolheu
em teu colo materno
e teu poder me protegeu intacto
corpo e alma."
(De Beata Virgine Dei Matre Maria)

Meditava e orava mais do que nunca. Privado da missa e da eucaristia, passava longas horas à noite em oração, e numa dessas ocasiões os índios o viram levitar, o que os deixou maravilhados e atemorizados. Eles passaram a consultá-lo e pedir-lhe ajuda nas mais variadas situações. Na angustiante espera de notícias das negociações de paz em São Vicente, os chefes perguntavam-lhe o que lhe dizia Deus a esse respeito. O mesmo fez um índio envolvido com problemas familiares, dizendo: *"Vim a te perguntar porque me parecia que Deus te haveria dito."* O dono da casa onde se hospedava foi um dia rogar-lhe que pedisse a Deus para fazer voltar um prisioneiro tupiniquim que fugira. *"Antes roguei a Deus que o livrasse"*, conta Anchieta, mas ele retornou e "*os índios começaram a dizer: - Falou o padre com Deus e não dormiu a noite toda, por isso o contrário se tornou"*. Ao mesmo índio, que se queixava de estar sem caça por vingança de uma feiticeira, respondeu Anchieta: *"Vós outros não acabais de crer* (em) *vossos feiticeiros, como se eles tivessem poder para nada disso; Deus é Senhor de tudo; crê* (em) *minhas palavras, que ele a fará* (a caça) *cair."* E o índio, muito alegre, pediu:

"Faze com Deus que mande vir toda a caça dos montes em meus laços..." Não caiu toda, mas pelo menos dois belos animais.

Também o procuravam para curar suas enfermidades:

> *"... eu curava a uns com levantar a espinhela, a outros com sangrias e outras curas, segundo requeria sua doença, e com o favor de Cristo Nosso Senhor achavam-se bem."*

O maior desafio foi tratar de um tamoio do Rio de Janeiro com uma grave infecção que lhe tomou o braço e alarmou os índios, que vinham sofrendo diversas epidemias trazidas pelos europeus, e pensaram tratar-se de mais uma. Entregaram-no ao jesuíta *"e todos o desampararam sem se doer dele"*, conta Anchieta:

> *"Eu rompi uma camisa que tinha e curei-o com azeite, buscando-lhe de comer e dando-lho por minha mão, porque ele não podia, a tudo o qual me ajudava meu companheiro com muita caridade, e às vezes tirávamos da boca esse pouco que podíamos haver para lho dar, de que os índios se edificavam e contavam a outros que vinham de fora; junto com isto trabalhava eu por lhe curar a alma,* (...) *mas deu-lhe Nosso Senhor saúde ao corpo, porque para a da alma sentia-lhe eu mui pouco desejo e vontade."*

Assim, Anchieta foi conquistando a admiração e o respeito dos tamoios de Iperui, que viam nele o representante de um Deus todo-poderoso, que lhes inspirava temor, mas cuja proteção poderiam obter através da mediação do jesuíta. Esses sentimentos são bem ilustrados pelas palavras de um dos chefes da região, narradas por Anchieta. Disse ele a um grupo do Rio, referindo-se ao jesuíta: *"É o que trata as cousas de Deus e o verdadeiro mestre dos cristãos; se lhe fazem algum mal, logo nos há Deus de destruir a todos."* E, tranqüilizando Anchieta: *"Filho José, não tenhas medo, que ainda*

que os teus matem todos os meus parentes que estão em sua terra, (os reféns) *eu não hei de consentir que te matem, porque sei que falas a verdade...*" E logo acrescentou; "*Bem vês como sempre te defendo e falo por ti, por isso olhe Deus por mim e dê-me longa vida.*"

Finalmente, regressou de São Vicente o chefe Cunhambebe, trazendo um prisioneiro tupiniquim, e tranqüilizou a todos a respeito da aliança com os portugueses. Logo muitos tamoios se prepararam para ir também, a fim de fazer a guerra aos tupiniquins. Anchieta conseguiu convencê-los a levar seu companheiro, muito mais ameaçado do que ele, e, depois da partida, cobrou de Cunhambebe sua própria libertação, que havia sido prometida ao padre Nóbrega. Após alguns dias de discussão entre os que lá permaneciam, decidiram levá-lo a São Vicente, principalmente porque temiam que algum tamoio do Rio, contrário à aliança com os portugueses, o matasse, destruindo a paz conseguida com tanta dificuldade, e provocando a ira do Deus todo-poderoso que ele representava.

Ele partiu no dia 14 de setembro, e depois de uma semana de viagem em canoa, enfrentando violentas tempestades, chegou a Bertioga. A paz com os tamoios da fronteira e os do rio Paraíba do Sul estava efetivamente selada, mas muitos grupos do Rio de Janeiro recomeçaram a guerra. A unidade configurada na Confederação dos Tamoios havia sido destruída. O objetivo de defender São Vicente foi atingido, mas não o de assegurar a ocupação pacífica do Rio, embora daí em diante o trajeto entre as duas regiões se tornasse tranqüilo.

Anchieta foi enviado a Piratininga, onde encontrou os tamoios que tinham vindo de Iperui e outros do Rio. Eles haviam sido levados pelos portugueses e índios seus aliados a um ataque aos tupiniquins, no qual fizeram muitos prisioneiros. A chegada de Anchieta foi importante para mostrar-lhes que mesmo não

tendo reféns dos portugueses em suas aldeias, eram tratados como aliados.

As aldeias indígenas de Piratininga foram atingidas por uma mortífera epidemia de varíola, que assolou a colônia até a Bahia, e o jesuíta dedicou-se inteiramente a tratar dos índios doentes e da salvação de suas almas.

Pouco depois chegava ao Rio a armada sob o comando de Estácio de Sá, que viera de Portugal com o objetivo de conquistar definitivamente aquela região e iniciar sua colonização. O comandante mandou uma embarcaçào buscar o padre Nóbrega, para participar do planejamento da ação, e com ele foi, outra vez, Anchieta.

No Rio, decidiram ir a São Vicente para reparar a armada e buscar reforços. Durante vários meses Nóbrega e Anchieta percorreram as aldeias dos tupiniquins tentando convencê-los a participar da expedição, mas eles acabaram se recusando a partir. Apenas seus discípulos de Piratininga se engajaram, apesar de sofrerem por deixar suas famílias expostas ao ataque dos inimigos. Muitos portugueses desanimaram achando impossível ocupar o Rio "*com tão pouca gente e mantimentos*", porém Estácio de Sá e o ouvidor-geral que o acompanhava, incentivados por Nóbrega, mostraram-se inabaláveis em sua decisão. O ouvidor ficou em São Vicente fazendo reparar dois navios e o comandante partiu para o Rio, com a nau capitânea, cinco navios pequenos e oito canoas ocupadas pelos mamelucos de São Vicente, os índios que tinham ido do Espírito Santo com Belchior de Azeredo (ver Maracajaguaçu) e os das aldeias de Piratininga. Certamente eram muito poucos, comparados às dezenas de canoas que chegavam a Iperui quando os jesuítas lá estavam. Nóbrega designou Anchieta e o padre Gonçalo de Oliveira para acompanhá-los, como capelães. Na realidade, Anchieta foi muito mais do que isso: foi

o conselheiro de Estácio e o incentivador de todos.

A composição heterogênea da expedição, que reunia desde uma nau até canoas, que precisavam pousar em terra a cada dia, provocou diversos desencontros, que quase fizeram os índios e os mamelucos se retirarem para suas terras. Certa vez, sem terem o que comer, depois de esperarem vários dias pela capitânea, estavam a ponto de partir, quando Anchieta lhes garantiu que naquele mesmo dia chegariam mantimentos e pouco depois a nau. E efetivamente chegaram três navios, enviados da Bahia para reforçar a armada, carregados de mantimentos e, no dia seguinte, a capitânea. Finalmente, reuniram-se todos e entraram na baía da Guanabara. Aportaram numa península, entre os penedos do Pão de Açúcar e Urca e o morro Cara de Cão.

Conta Anchieta: "*Logo no seguinte dia, que foi o último de fevereiro ou primeiro de março* (de 1565)*, começaram a roçar em terra com grande fervor e cortar madeira para a cerca, sem querer saber dos tamoios nem dos franceses, mas como quem entrava em sua terra, se foi logo o capitão-mor a dormir em terra, dando ânimo aos outros para fazer o mesmo.*." Ali nascia a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, como uma simples fortificação - uma cerca, como diziam – acossada pelos tamoios. (ANCHIETA, 1988, p.259)

Dias depois, avistaram uma nau francesa, e Estácio de Sá partiu contra ela com quatro navios, desguarnecendo a cerca, logo atacada pelos índios, que haviam armado uma cilada. A nau era de mercadores, que certamente traficavam pau-brasil, e se entregou sem combate. Estácio viu o ataque das canoas à povoação e partiu em seu socorro, conseguindo rechaçar os tamoios, e, quanto à nau, os portugueses decidiram deixá-la partir, tanto mais que levava alguns dos franceses que ainda viviam no Rio, dos quais pretendiam ficar livres. Restavam uns 30 deles, espalhados em diversas aldeias, vivendo com os índios. Os por-

tugueses tomaram a pólvora e a artilharia do navio e pediram aos franceses uma carta, recomendando aos seus conterrâneos que confiassem neles e deixassem os índios.

Anchieta foi escolhido para levar a carta, acompanhada de um salvo-conduto em nome do rei de Portugal, e de lá seguiu para a Bahia, a fim de ser ordenado, tornando-se sacerdote, o que até então não ocorrera porque não podiam prescindir dele em São Vicente. Quando partiu, a povoação já tinha muitas roças de legumes e inhames ao redor da cerca e os moradores iam fazer uma incursão às aldeias dos tamoios para apanhar raízes de mandioca para fazer farinha e ramas para plantar. As fortificações já eram bastante resistentes e estavam bem providas de artilharia, que logo seria utilizada, pois os tamoios e os franceses preparavam um grande ataque.

Na viagem, Anchieta esteve no Espírito Santo, encarregado por Nóbrega de visitar a Casa e as aldeias de índios. Encontrou um ambiente de luto: acabara de falecer o padre Diogo Jácome, que dirigia a aldeia da Conceição. Por essa época, o superior era Manoel de Paiva, seu ex-aluno e superior na Casa de São Paulo. Nóbrega o encarregou também de informar detalhadamente ao governador-geral, Mem de Sá, sobre a situação do Rio de Janeiro, demonstrando a necessidade de que fosse enviada uma nova armada para garantir a ocupação.

Na Bahia, onde ficou cerca de um ano, Anchieta completou sua formação em teologia, sob a orientação do padre Quirino Caxa, estudando em particular as teses dos mais importantes adversários e sua refutação: Lutero, Calvino e outros protestantes. *"Teve – nas palavras de seu orientador – suficiente doutrina* (...) *para resolver qualquer questão das ordinárias da Teologia, assim especulativa, como moral."* (VIOTTI, 1966, p.123). Recebeu as ordens em junho de 1566, pelas mãos do bispo Pedro Leitão, seu contem-

porâneo no Colégio de Coimbra.

Em novembro, partiu na armada em que Mem de Sá ia em socorro do Rio de Janeiro, acompanhado do bispo, do visitador da Companhia de Jesus, Inácio de Azevedo, do provincial Luís da Grã e outros jesuítas. Iria participar dos episódios finais da conquista do Rio. A povoação resistira durante dois anos às investidas dos tamoios, às vezes auxiliados pelos franceses, e à fome, que periodicamente a castigava. Com o reforço da nova esquadra foram atacadas e destruídas as principais posições dos inimigos na baía da Guanabara. Os tamoios retiraram-se para o interior e para Cabo Frio, de onde seriam expulsos alguns anos depois, por uma expedição que promoveu uma chacina de centenas de índios e a escravização de milhares deles. No final do século, os tamoios ou tupinambás haviam quase desaparecido do litoral do Rio de Janeiro.

O bispo e os jesuítas, depois de dois meses passados no Rio, seguiram para São Vicente, onde os aguardava o padre Nóbrega. O visitador reunia-se com a cúpula dos jesuítas no Brasil para decidir sobre uma série de questões referentes à organização e à atuação da Companhia na colônia. Uma das decisões tomadas foi a transferência do Colégio de São Paulo para o Rio de Janeiro, ficando as Casas de São Vicente e a do Espírito Santo subordinadas a ele, embora tivessem seus próprios superiores. Nóbrega foi nomeado Reitor do Colégio e Anchieta substituiu-o como superior das Casas de São Vicente.

Anchieta acompanhou o visitador às vilas da capitania, inclusive Piratininga, onde visitaram as aldeias indígenas controladas pelos jesuítas e outras pelas quais se haviam dispersado os antigos discípulos. Ninguém melhor do que ele para apresentar o trabalho da missão, que desde o início havia sido o seu trabalho. Algumas vezes os acompanhou o bispo, que realizava sua

primeira visita às capitanias do sul, e era grande admirador de Anchieta e muito ligado à Companhia.

Por essa época, dois moradores de São Vicente, que haviam participado e desertado da expedição ao Rio de Janeiro e depois cometido um assassinato em São Paulo, perseguidos pelas autoridades, foram viver com os tupiniquins do vale do Tietê, que haviam atacado Piratininga alguns anos antes. Os moradores se alarmaram, temendo um novo e mais poderoso ataque. O capitão-mor e outras pessoas influentes tentaram em vão trazê-los de volta, e recorreram a Anchieta, que já desfrutava de grande prestígio e não recusava missões difíceis. Essa daria ensejo a um dos mais extraordinários episódios narrados a seu respeito. Munido de um indulto para os fugitivos, ele partiu acompanhado pelo padre Vicente Rodrigues, que havia sido missionário na aldeia onde estavam refugiados os dois colonos, por um amigo português e um grupo de índios cristãos. Depois de caminharem uma semana por uma antiga trilha, os índios fizeram uma canoa de casca de árvore na qual embarcaram para prosseguir a viagem. Os padres liam um ofício da Imaculada Conceição quando chegaram a uma cachoeira e a canoa foi subitamente tragada pela correnteza. Vieram todos à tona e se puseram a salvo, menos Anchieta, que não sabia nadar. Dois índios mergulharam à sua procura, mas só depois de muito tempo – mais do que seria normal alguém ficar sem respirar, afirmam os relatos – um deles conseguiu trazê-lo do fundo do rio, em perfeito estado. O fato causou viva impressão, foi contado e recontado como um milagre e adquiriu várias versões, mais extraordinárias do que os relatos que resumimos: ele lia o breviário no fundo do rio, teriam saído, ele e o livro, totalmente enxutos, etc... A missão foi bem sucedida: Anchieta conseguiu convencer os fugitivos a voltarem a Piratininga em sua companhia, onde foram todos recebidos com festa.

Alguns depoimentos em seu processo de beatificação, prestados por pessoas que conviveram com ele nesse período, indicam que sua reputação de santo já estava firmada. Referem-se a sua piedade, à caridade com que atendia aos pobres e doentes, a sua humildade, a sua capacidade de fazer previsões e advinhações, que eram interpretadas como revelações divinas, e à curas consideradas milagrosas que realizou.

Citarei alguns deles, narrados por Hélio Viotti em sua biografia de Anchieta. (VIOTTI, 1966, pp.180-187) O depoente Pedro Leme conviveu estreitamente com o padre José, amigo de sua família; na adolescência acompanhava-o em suas jornadas, junto com outros meninos, e contou que *"o vira muitas vezes dormir sobre uns paus e ser tão penitente, que se disciplinava muitas vezes. E para não* (o) *ouvirem disciplinar, o agasalhava muitas vezes, a ele e a outro companheiro, dando-lhe o seu roupão para se cobrirem, para que adormecessem, só a fim de não o ouvirem. E eles, sabendo o que passava por experiência, deixavam de dormir pelo ouvir"*.

Felipa Vicente, da família Prado, relatou ter sido curada de uma doença que a deixara três anos no leito, coberta de chagas, desenganada pelos médicos. O jesuíta pediu a um cirurgião que lancetasse uma de suas chagas, abençoou-a com um crucifixo, e ela se recuperou.

Maria Castanho, filha de um capitão-mor de Santo Amaro, conviveu durante anos com o padre José, que se hospedava em sua casa quando ia a Santos. Comovia-se vendo-o rezar diante do oratório. Ele acompanhou e protegeu toda a vida de sua família. *"Embora pobremente vestido, prometera o padre José, por ocasião de seu casamento, orar para que não lhes faltassem os bens da terra. Fiado na palavra do santo, de que Maria iria sarar, ainda que se encontrasse então enferma de certa gravidade, empreendera Proença* (seu marido) *uma viagem aos Patos, de que trouxera ganhos consideráveis"*, narra

Viotti. A região dos patos, na atual Santa Catarina, era local frequentado pelos paulistas para resgatar índios escravizados, por meio de práticas combatidas pelos jesuitas, além de proibidas pela lei[1]. Continua Viotti, *"Duas vezes interveio Anchieta em favor da saúde de ambos. Salvando-a, a ela, em um parto mal sucedido, quando todos a choravam por morta. Quanto à cura de Antônio de Proença, vale a pena recordar as circunstâncias. Vindo Anchieta uma tarde hospedar-se, juntamente com seu companheiro, padre João Batista Giacopuzzi, à casa deles, soube que Antônio se achava havia vários dias acamado. Disse então ao companheiro que lhe fosse ler um evangelho, pois não ceiaria, a não ser em companhia do dono da casa.* (...) *Lido que foi o evangelho, levantou-se Proença: 'sentia-se tão bem disposto, que carregaria a casa às costas...' E ceiaram."* Proença participou da expedição contra os tamoios de Cabo Frio, e o padre José tranqüilizou Maria, dizendo-lhe que *"todos voltariam com saúde"*. Deu um relicário a Proença, para ser usado em caso de tempestade. Na partilha dos índios aprisionados, este recebeu 50 escravos. Foi um dos mais ricos colonos de São Vicente.

Ana, filha de um dos primeiros companheiros de Anchieta em suas jornadas, irmã e mãe de sertanistas, declarou: — *"Muitas vezes o vi pedindo esmolas com um saco às costas. E todos lhe davam esmolas. E ele se descarregava algumas vezes, dando a esmola aos pobres."* Contou também duas curas, de um índio, e de seu filho pequeno. No caso de seu filho, não foi fácil conseguir convencê-lo a intervir: Ele dizia:—*"Deixai-o ir à glória, que não vos dê algum desgosto"*, ou seja, é melhor ele morrer puro e conquistar a glória eterna do que viver e se tornar pecador. Essa idéia Anchieta manifestou em outras ocasiões em que se tratava da morte de crianças, e mostra como, para ele, só importava a vida eterna, o

1 Relatório do padre Jerônimo Rodrigues sobre a Missão dos carijós, Leite, 1940, p.196, e Monteiro, 1944, p.61-66.

espírito; a vida terrestre e o corpo eram apenas ocasião e fonte de pecado. Contudo, ele se compadeceu do sofrimento da mãe, que insistia em lhe pedir que curasse o filho. *"Ela e outras mulheres lhe pediam que fizesse alguns milagres. E o padre pelejava com elas e as repreendia por dizerem aquilo"* , conta ainda Ana, revelando a modéstia do jesuíta.

A imagem de Anchieta produzida por esses depoimentos é, antes de tudo, a de um santo, e era essa a finalidade com que foram prestados, mas é também a de um amigo, próximo, acessível, afetuoso. Esses testemunhos, por outro lado, põem a nu a contradição em que vivia o padre José, pois essas famílias amigas e protegidas eram de colonos envolvidos no tráfico de índios cuja liberdade ele defendia.

Os relatos da época mencionam sua incansável atividade como pregador. Só depois de ordenado e portanto habilitado a rezar a missa ele se iniciou na prática dos sermões, e sua oratória, mais inspirada na emoção e na fé do que no conhecimento livresco, tinha grande poder de comunicação e persuasão, exercendo forte influência sobre seus ouvintes. A pregação não se limitava aos sermões: *"... Gastou a vida pregando e ensinando a doutrina a todos, assim homens como mulheres. E fazendo cantigas ao divino, que os meninos e as moças cantavam pelas ruas."* Assim dele se recordava uma das testemunhas de seu processo de beatificação. Aí, ao lado do pregador aparece o poeta, autor de composições dirigidas ao público mais simples, frequentemente iletrado, em português ou em tupi, destinadas a apoiar o trabalho missionário.

Da mesma forma que os autos, compostos para serem encenados nas festas religiosas; didáticos, alegóricos, utilizando amplamente a figura do diabo, atacavam os elementos essenciais da cultura tupi-guarani e constituíram poderosas ferramentas para a aculturação dos indígenas. Paralelamente, Anchieta exprimia

sua própria vida espiritual em poesias lírico-religiosas que refletiam as novas formas de religiosidade, já modernas, que se desenvolviam na Europa. Entre elas destaca-se um longo poema sobre a eucaristia, **Do Santíssimo Sacramento**, considerado uma de suas melhores obras.

Em 1577, ao fim de uma década como Superior em São Vicente, Anchieta foi nomeado Provincial do Brasil, cargo que ocupará por pouco mais de dez anos, dirigindo uma comunidade em expansão, que já contava com cerca de 140 religiosos, e tinha grande influência e poder. Como Provincial, passou a residir na Bahia, mas fazia constantes e prolongadas viagens às demais capitanias, acompanhando e orientando o trabalho que os jesuítas realizavam em cada uma delas, visitando pessoalmente aldeias, engenhos e fazendas.

Foi nessa época que estreitou seu contato com o Espírito Santo, que visitou todos os anos, salvo um em que a doença o reteve na Bahia (VIOTTI, 1966, p.214). Sua atuação na direção da Companhia de Jesus no Brasil foi marcada pelo desenvolvimento de intenso trabalho missionário, com "entradas" destinadas à atração de índios no "sertão" e sua "descida" para as áreas colonizadas e a formação e expansão de aldeias, onde os jesuítas os cristianizavam. Para isso contou com uma nova geração de jesuítas, que se beneficiou da experiência e do conhecimento adquiridos pelos precursores — principalmente ele, Anchieta — na colônia, e foram melhor preparados para o contacto com os índios, sabendo inclusive falar sua língua, e para enfrentar a selva, sendo que alguns deles haviam nascido no Brasil. Muitos se tornaram hábeis catequistas e sertanistas.

Esse trabalho foi realizado por toda parte, mas seu principal campo foi o Espírito Santo, onde foram empreendidas dezenas de "entradas", que chegaram a atingir o território dos atuais

estados de Minas e Goiás, e trouxeram milhares de índios para a capitania. As duas aldeias já existentes, da Conceição e de São João, que haviam sobrevivido com muita dificuldade, tornaram a se desenvolver e já contavam com três mil índios cristãos em 1584 e nove mil em 1591, somando cristãos e os que se preparavam para o batismo. Foram fundadas novas e populosas aldeias – Reritiba (Anchieta), Reis Magos (Nova Almeida) e Guarapari, as quais, dirigidas por jesuítas famosos como catequistas e sertanistas, tornaram-se importantes focos da atividade missionária. Entre eles, destaca-se Diogo Fernandes, nascido no Espírito Santo e aluno de Anchieta em São Paulo, que dirigiu a aldeia de Reritiba, na qual residiu até o fim da vida.

Como Provincial, Anchieta teve a oportunidade de retomar o antigo projeto do padre Nóbrega, de estabelecimento de uma missão entre os guaranis (ou carijós). A União Ibérica, ou seja, a obtenção da coroa portuguesa pelo monarca espanhol, possibilitou uma maior aproximação entre as colônias dos dois países, e os jesuítas conseguiram permissão para enviar uma missão ao Rio da Prata. Estabeleceram uma Casa em Assunção, dando início ao que se tornaria depois, com o trabalho dos jesuítas da Espanha, as Missões do Paraguai.

Em 1583 chegou à Bahia o padre Cristóvão de Gouveia, enviado como Visitador da Companhia de Jesus ao Brasil. Representava o Superior Geral dos jesuítas, que lhe delegava amplos poderes em todas as questões referentes à atuação da Companhia na colônia, e também trazia cartas do rei para todas as autoridades da administração colonial, *"em seu favor e dos índios"* , recomendando-lhes que *"com ele tratassem todas as coisas pertencentes não somente ao serviço de Deus, mas também ao governo da terra"* (CARDIM, 1978, p.172). Com ele vinha o padre Fernão Cardim, que ficou no Brasil e se tornou um dos melhores cronistas do início da colonização. Anchieta estava em São Vicente,

mas pouco depois foi ao encontro do Visitador e o acompanhou numa viagem destinada a Pernambuco, mas que os ventos contrários incessantes desviaram para Ilhéus e Porto Seguro. Cardim registrou uma cena que mostra como o padre José, apesar do alto cargo que ocupava, conservava a mesma simplicidade dos primeiros tempos:

> *"Eis que desce de um alto monte uma índia vestida como elas costumam, com uma porcelana da Índia, cheia de queijadinhas d'açúcar, com um grande púcaro d'água fria; dizendo que aquilo mandava seu senhor ao padre provincial José. Tomamos o padre visitador e eu a salva, e o mais dissemos que desse ao padre José, que vinha de traz com as abas na cinta, descalço, bem cansado: é este padre um santo de grande exemplo e oração, cheio de toda a perfeição, desprezador de si e do mundo; uma coluna grande desta província,* (...) *de ordinário anda a pé, nem há (como) retirá-lo de andar, sendo muito enfermo."* (CARDIM, 1978, p.180)

Os últimos meses do ano foram dedicados à discussão de questões referentes às atividades dos jesuítas na província, à realização de uma congregação provincial e à redação de cartas e documentos a serem enviados a Portugal e a Roma. Em janeiro e fevereiro fizeram uma prolongada visita às aldeias e algumas fazendas e engenhos da Bahia, *"por alguns* (proprietários) *lhe terem pedido, e outros porque os não tinha ainda visto, e era necessário conciliar os ânimos de alguns com a Companhia, por não estarem muito benévolos."* (CARDIM, 1978, p.191) No fim de junho o Visitador finalmente partiu para Pernambuco, mas Anchieta estava muito doente e não pode acompanhá-lo.

Em novembro o Visitador iniciou a visitação das capitanias do sul, e dessa vez Anchieta o acompanhou. A primeira escala foi no Espírito Santo. Podemos acompanhá-la através de um relato

de Fernão Cardim, escrito com muita vivacidade, sensibilidade e simpatia. (CARDIM, 1978, pp.203-206) Foram acolhidos *"com tantas honras e mostras d'amor, que não há mais que pedir."* O donatário, Vasco Fernandes Coutinho filho, os esperava na Casa de Santiago e os recebeu *"com grande alvoroço e alegria"*. Os colonos *"mandaram vitelas, porcos, vacas e outras muitas coisas, conforme possibilidade e caridade de cada um."* O governador e as demais autoridades o visitaram muitas vezes e, atendendo às recomendações do monarca *"fizeram quanto o padre lhes pediu para bem da cristandade; e não contentes com as dádivas passadas, levando o padre a suas fazendas lhe deram muitos banquetes de muitas esquisitas e várias iguarias; e em um deles, depois de sermos seis da companhia muito bem servidos, tirando as toalhas de cima, começou o segundo, e este acabado o terceiro, tudo com tanta ordem, limpeza, concerto e gasto que nos espantava, e enquanto comemos não faziam senão mandar canoas com várias iguarias aos padres que ficavam em casa, e por o caminho ser por água e breve, tudo chegava a tempo. Este é o respeito que por ca se tem ao padre e aos mais da Companhia. Nosso Senhor lho pague"*.

O Visitador determinou aos jesuítas a realização de uma "entrada" em busca de índios no "sertão", e o donatário deu seu apoio à expedição, proibindo, sob graves penas, que os colonos fossem "saltear" os índios no caminho e concedendo terras que os aldeados pediam.

Os índios escravizados também participaram das homenagens:

> *"Têm eles uma confraria de Reis em nossa igreja* (....) *Vieram um Domingo com seus alardos à portuguesa, e a seu modo, com muitas danças, folias, bem vestidos, e o rei e a rainha ricamente ataviados, com outros principais e confrades da dita confraria: fizeram no terreiro de nossa igreja seus caracóis, abrindo e fechando com muita graça por serem mui ligeiros, e os vestidos não carrega-*

vam muito a alguns, porque não os tinham. O padre lhes mandou fazer uma pregação na língua, de como vinha consolá-los e trazer-lhes padre para os doutrinar, e do grande amor com que Sua Majestade os recomendava (às autoridades). *Ficaram consolados e animados, e muito mais com os relicários que o padre deitou ao pescoço do rei, da rainha e outros principais."*

Na véspera do dia de Nossa Senhora da Conceição o Visitador foi à aldeia de nome da santa, a principal da capitania,

"... fazer-lhe a festa. Os índios também lhes fizeram a sua: porque duas léguas da aldeia em um rio muito largo e formoso (por ser o caminho por água) vieram alguns índios murubixaba, isto é, principais, com muitos outros em vinte canoas mui bem equipadas, e algumas pintadas, enramadas e embandeiradas, com seus tambores, pífanos e flautas, providos de mui formosos arcos e flechas mui galantes; e faziam a modo de guerra naval muitas ciladas no rio, arrebentando poucos e poucos com grande grita, e passando pela canoa do padre lhe davam o Ereiupe (saudação), *fingindo que o cercavam e cativavam. Nesse tempo um menino, passando em uma canoa pelo padre visitador, lhe disse* (...): *em tempo de guerra como estás desarmado? e meteu-lhe um arco e flechas na mão.*

O padre assim armado, e eles dando seus alaridos e urros, tocando seus tambores, flautas e pífanos, levaram o padre até a aldeia, com algumas danças que tinham prestes ."

"Ao dia seguinte fomos à aldeia de São João, dali meia légua por um rio acima mui fresco e gracioso, de tantos bosques e arvoredos que se não via a terra, e escassamente o céu. Os meninos da aldeia tinham feito algumas ciladas no rio, as quais faziam a nado, arrebentando em certos passos com grande grita e urros, e faziam

outros jogos e festas n'água a seu modo mui graciosos, umas vezes tendo a canoa, outras mergulhando por baixo, e saindo em terra todos com as mãos levantadas diziam: Louvado seja Jesus Cristo! – e vinham tomar a bênção do padre, os principais davam seu 'Ereiupe', pregando da vinda do padre com grande fervor. Chegamos à igreja acompanhados dos índios, e os meninos e mulheres com suas palmas nas mãos, e outros ramalhetes de flores, que tudo representava ao vivo o recebimento do dia de Ramos". (Mas não era o dia de Ramos, estavam em novembro).

"Acabado o recebimento houve outra festa das laranjadas, e não lhes faltam laranjas, nem outras frutas semelhantes com que as façam. Logo começaram com suas dádivas, e tão liberais que lhes parece que não fazem nada senão dão logo quanto têm. E é grande injúria para eles não se lhes aceitar, e quando o dão não dizem nada, mas pondo perus, galinhas, leitões, papagaios, tuins reais, etc., aos pés do padre se tornavam logo."

"Ao dia seguinte batizou o padre visitador 33 adultos e casou na missa outros tantos (...) e tudo se fez com as mesmas festas.

Estavam estes índios em ruim sítio, mal acomodados, e a igreja ia caindo: fez o padre que se mudassem a outra parte..."

Depois de passar cerca de um mês no Espírito Santo partiram para o Rio, onde passaram o Natal e a festa de Reis, e seguiram para São Vicente, onde comemoraram o aniversário de 30 anos da fundação do colégio de São Paulo. Dos fundadores, o único presente era Anchieta.

O Visitador pretendia passar o inverno no colégio do Rio, mas uma carta de Lisboa avisando da partida de doze jesuítas para o Brasil modificou seus planos. A fim de recebê-los decidiu partir logo para a Bahia, com o Provincial, o Reitor do colégio do

Rio, Cardim e vários irmãos, no navio da Companhia.

Depois de quase 30 dias de viagem, quando já entravam na barra da baía de Todos os Santos, começou um violento temporal que durou três dias, deixando o navio desgovernado e o arrastando para o norte. Todos se deram por perdidos e se preparavam para a morte, rezando e confessando-se. Segundo o depoimento de um dos irmãos presentes, só Anchieta permaneceu sob a chuva, no chapitel do veleiro, agarrado às cordas, orando. Quando o irmão foi procurá-lo para confessar-se, tranqüilizou-o dizendo que não naufragariam, mas proibiu-o de repetir suas palavras aos outros: *"Deixai. Não vades. Que se perdem em chamar a Deus?"*, teria dito ele. (VIOTTI, 1966, p.204) Com efeito, chegaram à Bahia, mas não tiveram a mesma sorte os jesuítas que esperavam de Portugal; sua viagem foi interrompida por um ataque de corsários que saquearam o navio e provocaram algumas mortes. Tais ataques haviam se tornado freqüentes, causando graves prejuízos à comunicação, já difícil, com a colônia, e vitimando dezenas de jesuítas, alvos preferenciais dos corsários protestantes.

O Visitador ouviu algumas vozes que censuravam a atuação de Anchieta como Provincial, por considerarem-no excessivamente condescendente quanto à disciplina, e, ao que parece, concordou em alguma medida com elas, pois em informação sobre um auxiliar direto dele, *"criado ao sabor do Provincial José de Anchieta"*, segundo ele, afirmou notar certa frouxidão na cobrança da disciplina e alguma imprevidência, mas certamente isso lhe pareceu menor diante de suas qualidades, pois assim se exprimiu a seu respeito: *"... de todos muito benquisto, sem que haja ninguém que dele tenha queixa nem achar posso palavra ou ato que tenha praticado mal."* (VIOTTI, 1978, pp.197-198)

Nos últimos anos de seu provincialato, Anchieta escreveu alguns dos mais importantes textos existentes sobre as primeiras

décadas do Brasil: a **Informação do Brasil e de suas capitanias**, com informações gerais sobre a colônia, seus governadores e donatários, bispos e prelados, os franceses no Rio de Janeiro, os jesuítas e suas atividades, os costumes dos índios e a dificuldade para cristianizá-los; a **Informação dos primeiros aldeiamentos da Bahia**, incomparável documento sobre a situação dos indígenas no início da colonização; a **Informação da província do Brasil** na qual traça um pequeno esboço da situação de cada capitania, com as Casas dos jesuítas, trata do clima, do vestuário, da alimentação, das matas, dos animais e dos índios, tudo com muita simplicidade, inteligência e capacidade de observação.

Em 1586 foi nomeado um novo provincial para substituir Anchieta, que desde 84 pedira para ser liberado do cargo em razão de sua má saúde : *"...como a minha doença começou há muitos anos e agora, com a idade e trabalhos apertou mais*, (esperava que o tirassem do cargo), *se a morte não tiver o cuidado de o fazer antes"*, dizia ele. Mas ele teve que aguardar mais alguns anos, pois seu sucessor só tomou posse em janeiro de 1588.

Passou grande parte do ano de 87 entre São Vicente e o Rio, onde, na aldeia de Araribóia, foi encenada pela primeira vez uma de suas mais conhecidas peças, o **Auto de São Lourenço**, e no segundo semestre veio para o Espírito Santo, onde permanecia quando o novo provincial assumiu o cargo.

E ali ficou, nomeado Superior, dirigindo o trabalho missionário: estimulando e orientando as "entradas", que os mais jovens executavam, pregando, cuidando das aldeias, cristianizando os índios, ensinando o tupi, e a todos animando com sua fé, seu exemplo e suas capacidades extraordinárias. Dessa época contam-se dois episódios miraculosos: a cura de um menino mudo, na aldeia de São João, e de um índio aleijado, em Reritiba.

Assistiu os últimos momentos do segundo Vasco Fernan-

des Coutinho, foi conselheiro de sua viúva, Luisa Grimaldi, que, não tendo filhos o donatário, permaneceu à frente da capitania, e de Miguel de Azeredo, capitão-mor nesse período. Este último foi o destinatário de uma das cartas do jesuíta que se conservaram (ANCHIETA, 1988, p.290). Escrita da Bahia, onde fora participar de uma congregação provincial, em 1592, ela trata de diversas questões de interesse da capitania, de D. Luisa e do capitão, mas é de difícil compreensão. O jesuíta informa ter obtido do governador-geral duas provisões. A primeira determinava que não se realizassem "entradas" para o sertão sem comunicar previamente ao capitão-mor, a fim *"de não deixar a terra sem gente em tempo que se esperam* (ataques dos) *ingleses"*. Com efeito, no ano anterior Santos fora atacada e ocupada por um corsário inglês que também atacaria Vitória no ano seguinte, sendo rechaçado em ação comandada por Miguel, com o auxílio dos índios.

A segunda provisão, conseguida com muita dificuldade, se referia a D. Luisa e Miguel, e tudo indica que se relacionava à disputa que se travava pela donataria entre a viúva e um pretendente que se apresentara, Francisco de Aguiar Coutinho, o mais próximo parente do donatário falecido. Na verdade, uma mulher não poderia assumir o cargo, o que era vedado pela legislação, mas a Coroa podia nomear um capitão-mor como governador – era o que acontecia quando um donatário não assumia. A provisão confirmaria Miguel de Azeredo no cargo e garantiria alguns direitos a Luisa Grimaldi. Segundo Alfredo Bosi (BOSI, 1992, p.76), haveria um "partido" pró-castelhano, que pleitearia a subordinação direta da capitania à Coroa — tratava-se da Coroa espanhola, pois era época da União Ibérica — e um partido luso, que pretendia passar a donataria aos parentes de Vasco, e os jesuítas teriam apoiado o primeiro grupo.

Anchieta narra ainda as complicadas gestões que fez, juntamente com outros jesuítas, para obter a nomeação de Marcos

de Azeredo, irmão de Miguel, para um ofício público no Espírito Santo, comunica a partida de vários jesuítas para Pernambuco, dizendo que provavelmente ele próprio não irá devido à promessa que o Provincial fizera a Miguel de mantê-lo no Espírito Santo. Finalmente, menciona um encargo, aparentemente trivial, que recebera do capitão, e seu encaminhamento é revelador das dificuldades da administração da colônia. Tratava-se de comprar pólvora, mas esta não existia na Bahia : *"poupem lá a que houver"*, diz Anchieta, e acrescenta que um jesuíta que ia a Portugal levaria *"o dinheiro do açúcar de D. Luisa, que cá se vendeu,"* para comprar lá. Isto às vésperas de um esperado ataque de corsários! Felizmente havia os índios, que combatiam com flechas!

Francisco Aguiar Coutinho teve seu direito à sucessão reconhecido, e Luisa Grimaldi partiu para Portugal, onde se internou num convento e, muitos anos depois, testemunhou no processo de beatificação de Anchieta. Miguel permaneceu no cargo mais alguns anos, até a posse do novo donatário, em data não conhecida com precisão, mas certamente nos primeiros anos de 1600.

Ao voltar a Vitória, Anchieta estava encarregado pelo Provincial de realizar uma visitação às capitanias do sul, com sede no Rio de Janeiro. Por dois anos dividiu-se entre essa capitania e São Vicente, onde, além dos problemas criados por dois sucessivos ataques do corsário Cavendish, enfrentou outros, entre os próprios jesuítas, um dos quais foi despedido da Companhia e outros enviados para a Bahia com o mesmo fim. No Rio, o ambiente do Colégio estava também conturbado, mas Anchieta conseguiu serenar os ânimos, à espera da vinda de um novo provincial, já designado. Nas duas capitanias esteve empenhado em contatos a fim de obter auxílios para uma expedição que se organizava no Espírito Santo, sob o comando de Miguel de Azeredo, contra os goitacás. Quando essa se realizou, Anchieta acompanhou os combatentes até a foz do rio Paraíba do Sul, pelo

qual penetraram no território dos goitacás.

Em setembro de 1594 estava de regresso ao Espírito Santo, do qual não mais sairia. Encontrou

> *"... muita perturbação entre os portugueses, uns com os outros, sobre pretensões de ofícios e honras, e, com os nossos* (os jesuítas), *porque não lhes concedemos que façam dos índios cristãos à sua vontade, querendo servir-se deles a torto e a direito. Mas como esta é guerra antiga, e no Brasil não se acabará senão com os mesmos índios, trabalha-se todo o possível pela sua defensão, para que com isto se salvem os predestinados, que, se não tivesse respeito a isto, era quase insofrível a vida dos padres nas aldeias ..."* (ANCHIETA, 1988, p.301)

Sobre seu destino, escreveu ele ao Superior Geral:

> *"Eu, ainda que velho* (tinha 60 anos) *e mal disposto, desenganado estou de ter descanso nesta peregrinação; resolvido estou em me entregar todo aos superiores, que me resolvam como quiserem ..."* (ANCHIETA, 1988, p.301)

Exerceu o cargo de Superior por mais um ano, até que o Provincial o libertou dessa tarefa e lhe deu permissão para escolher o lugar onde queria passar o final de sua vida.

> *"Não quis tanta liberdade, porque soe ser causa de cegueira e de errar o caminho, não sabendo o homem escolher o que lhe convém. E fora grande desatino, havendo eu quarenta e dois anos que deixei em tudo a livre disposição de mim nas mãos dos superiores, querer eu agora, ao cabo de minha velhice, dispor de mim. Pus-me nas mãos do padre Fernão Cardim* (Reitor do Colégio do Rio)

> *e ordenou Nosso Senhor que eu acompanhasse ao padre Diogo Fernandes nesta aldeia de Reritiba, para o ajudar na doutrina dos índios, com os quais me dou melhor que com os portugueses, porque àqueles vim buscar no Brasil e não a estes".* (VIOTTI, 1978, p.221)

O período passado no Espírito Santo, de grande dedicação à catequese, foi também de intensa atividade literária a ela associada: produziu oito de seus doze autos conhecidos, inclusive o que é considerado sua melhor obra no gênero, o **Auto da vila de Vitória**[1], e diversos poemas, que eram cantados nas festas religiosas. Além disso, escrevia uma História da Companhia de Jesus no Brasil, da qual só restam fragmentos, na forma de biografias dos jesuítas que viveram no Brasil naquela época, mas foi amplamente utilizada pelos autores do período colonial.

Resistindo bravamente à doença que se agravava, Anchieta teve que deixar Reritiba para exercer, mais uma vez, o cargo de superior no Espírito Santo, durante seis meses, enquanto aguardava um novo superior. Acompanhado pelo padre João Fernandes Gato, um dos catequistas residentes na capitania, dedicou-se à cristianização dos escravos dos engenhos e fazendas, e visitou algumas aldeias.

Depois de receber o novo superior, Anchieta passou uma temporada na fazenda de Miguel de Azeredo, junto ao Monte Moreno, sendo tratado pela família deste.

De volta a Reritiba, ainda encontrou forças para escrever sua última obra, o **Auto de Santa Isabel**, para ser encenado em frente à Igreja da Misericórdia, em Vila Velha. Pouco depois seu

1 Alfredo Bosi faz uma original análise desse auto, tomando-o como exemplar do processo alegórico trabalhado por Anchieta, e do papel deste na cristianização dos indígenas. Bosi, 1992, pp.75-81.

estado de saúde se agravou. Não podia mais celebrar a missa, mas comungava diariamente. Preso à cela da qual podia observar a bela paisagem da foz do rio Benevente, cercado pelo cuidado e o carinho dos jesuítas da aldeia, passou as últimas semanas. A nove de junho de 1597 faleceu, com 63 anos de idade, 44 dos quais vividos no Brasil. Seu corpo, carregado pelos índios, foi levado para Vitória num grande cortejo, recebido pelas autoridades, os religiosos e a população local e depositado na Igreja de Santiago para o velório. No dia seguinte, após uma missa cantada, na qual, pela primeira vez, foi intitulado Apóstolo do Brasil, enterraram-no na mesma igreja.

Marcos de Azeredo

Marcos de Azeredo foi um dos mais destacados membros da elite colonial do primeiro século da capitania. Era sobrinho de Belchior de Azeredo, que governou o Espírito Santo em substituição ao primeiro donatário, e irmão de Miguel de Azeredo, também governador da capitania, por muitos anos. Eram portugueses de nascimento, com alguma ascendência judaica (SALVADOR, 1994, p.27), provavelmente remota e certamente escondida. Os dois irmãos ligaram-se à família de Vasco Coutinho através de casamentos, tendo Marcos desposado uma filha bastarda do donatário, em 1589. (SALVADOR, 1994, p.27, 28)

Nessa época, o final do século XVI, o Espírito Santo já conseguira vencer as dificuldades iniciais da colonização: os colonos consolidavam seu poder sobre os indígenas, através de expedições guerreiras dirigidas por Belchior e depois por Miguel, bem como de

"entradas" dos jesuítas, e traziam índios em massa do sertão. Muitos eram escravizados, outros eram aldeados, em aldeias dos jesuítas ou não. Algumas ficaram sob a direção de capitães seculares, como o próprio Marcos e o segundo Vasco Coutinho — mas estas pouco duraram. Contidos os índios e dispondo de mão-de-obra abundante, iniciou-se uma fase de expansão da produção de açúcar, com a conseqüente retomada e crescimento do comércio externo, que atingiu seu ponto máximo na primeira metade do século XVII, período de maior prosperidade da capitania. Um documento de 1641 mostra que em apenas um mês o porto de Vitória recebeu cinco navios de Portugal, e vários freqüentavam-no regularmente, alguns dos quais de mercadores portugueses que tinham investimentos no Espírito Santo, inclusive engenhos. Vitória se integrava, embora como um pequeno centro, ao mundo dos grandes negócios coloniais. (SALVADOR, 1994, p.82).

Marcos foi proprietário de um dos maiores engenhos dessa fase. Eram poucos os verdadeiros engenhos, pois o seu custo era muito elevado, de modo que a maioria dos produtores possuía pequenos trapiches, ou "engenhocas". Seriam apenas uns cinco ou seis na década de 1580, mas seu número se elevou ao longo do período de expansão. Vários deles pertenciam a "homens de negócios" de Portugal, todos cristãos-novos, que tinham negócios em várias praças da Europa, do Brasil e, às vezes, no Rio da Prata, e investiram na economia açucareira capixaba, mantendo engenhos, às vezes em sociedade, e fazendo comércio de açúcar para a Europa e de produtos europeus e orientais para o Espírito Santo. Eram proprietários ausentes, que entregavam a gestão de seus engenhos e de seus negócios a procuradores. No início da fase de expansão eram donos de quase todos os engenhos, tendo um deles comprado o do segundo Vasco Coutinho (SALVADOR, 1994). Pouco a pouco, os colonos foram instalando os

seus, entre eles Marco de Azeredo, que era, portanto, um dos poucos suficientemente ricos para ter um engenho, dos maiores da capitania, mas que seria apenas de tamanho médio comparado aos de Pernambuco ou da Bahia.

A elevada posição social de que desfrutava lhe permitiu ocupar altos cargos na administração colonial: foi Provedor dos Defuntos e Ausentes e, o mais importante, Provedor da Fazenda Real. Sua nomeação para o primeiro destes cargos foi obtida com a ajuda do padre José de Anchieta, que se empenhou em complicadas transações junto ao governo-geral, nas quais contou com a colaboração de dois amigos dos Azeredo, naturais, como eles, de Guimarães. O jesuíta era muito ligado a Miguel. (ANCHIETA, 1988, p.290-299).

Mas Marcos de Azeredo é lembrado sobretudo como sertanista, que teria chegado à serra das esmeraldas, a Serra Resplandecente da tradição dos tupiniquins, cuja existência teria sido confirmada por Antônio Dias Adorno em 1574, na região entre o rio Doce, o Cricaré e o Mucuri, mas cujo caminho havia sido perdido. Desde então outras expedições partiram a sua procura, sem qualquer resultado positivo. Um incentivador dessas "entradas" foi D. Francisco de Souza, que foi governador-geral (1591 - 1605) e em seguida conseguiu que a Coroa separasse do governo-geral do Brasil as capitanias do sul (a partir do Espírito Santo), formando um governo autônomo, e o confiasse a ele, com o objetivo de intensificar a busca de minerais preciosos. Organizou várias entradas, partindo de São Paulo, da Bahia, do Espírito Santo. Marcos de Azeredo chefiou uma delas, que teria encontrado a famosa serra, da qual trouxera algumas pedras. Não se sabe a data dessa expedição, mas é provável que tenha retornado no fim da vida de D. Francisco de Souza, que adoeceu e veio a falecer em São Paulo, em 1611. Isto porque Marcos teve que ir à corte, em 1613, comunicar sua descoberta e pedir recursos para

voltar à mina, o que certamente não seria necessário se D. Francisco ainda estivesse em atividade.

O fato é que Marcos partiu para a Corte, levando quatro dessas pedras, que apresentou ao rei Felipe III, relatando sua descoberta. As pedras foram examinadas e o perito confirmou serem esmeraldas. Marcos propôs ao rei voltar à mina, à custa da Fazenda Real, pedindo para isso 10 mil cruzados, ou então conseguir a participação de algum particular, que recebesse licença para trazer as esmeraldas, pagando o "quinto" à Coroa, e mais algumas "mercês", e nesse caso só precisaria de quatro mil cruzados do Tesouro Real para preparar a expedição. Diante da *"boa informação"* que teve sobre o sertanista, o rei aceitou a segunda alternativa e mandou o governador-geral fornecer o dinheiro, concedendo-lhe ainda uma honraria, o hábito da Ordem de Cristo, e uma pensão.[1]

De volta ao Brasil, Marcos tentou em vão receber os recursos para empreender a jornada, mas o governador-geral, empenhado na reconquista do Maranhão aos franceses, afirmava não ter de onde tirá-los, e a expedição não se realizou. Porém, a legenda da serra das esmeraldas envolveu nosso personagem. Numa de suas versões ele teria morrido numa nova expedição, dizimada pelos índios, deixando apenas algumas vagas indicações da localização da mina. Outra versão diz que teria morrido na prisão, no Rio ou na Bahia (há duas variantes), por se negar a revelar o roteiro das esmeraldas. No entanto, um documento da época, a "Razão do Estado do Brasil até o ano de 1612", contém um mapa da capitania do Espírito Santo no qual foi assinalado o que seria o roteiro da "jornada que fez Marcos de Azeredo" (TAUNAY, 1924, Vol. V. pp.249-252). Esse roteiro, que não parece ter sido útil aos contemporâneos, pois continuaram procurando, em vão

1 Carta de Felipe III ao governador geral, 22-2-1613, in Taunay, 1929, Vol. V, pp. 250-251.

a lendária serra, também não deu aos estudiosos do tema em nossos dias qualquer pista sobre o local onde o sertanista encontrou suas pedras.

Na mesma ocasião em que tentava obter os recursos prometidos pelo rei, novos e sérios problemas ameaçavam Marcos. Como provedor da Fazenda Real, foi denunciado, juntamente com o almoxarife – as maiores autoridades fazendárias na capitania – por contrabando e outras irregularidades. Os principais favorecidos seriam dois importantes homens de negócios de nível internacional, que controlavam grande parte do comércio da capitania e nela possuíam engenhos, Marcos Monsanto e Leonardo Fróes. A Coroa mandou realizar uma devassa, na qual foram ouvidos 29 moradores antigos da capitania, que confirmaram as acusações, em março de 1618.[1]

As testemunhas foram unânimes em afirmar que a Alfândega não tinha sede, embora, segundo alguns, os acusados cobrassem da Coroa uma importância destinada ao aluguel. As mercadorias chegadas eram retiradas pelos importadores e levadas para suas propriedades, às quais, dias depois, compareciam as autoridades para despachá-las, de modo que os comerciantes *"só mostravam o que queriam"*. Na exportação do açúcar também foram denunciadas irregularidades, que consistiam em deixar sair com isenção de taxas carregamentos que não tinham direito a tal benefício, concedido pela legislação ao açúcar produzido em engenhos recém-construídos ou reconstruídos, quando exportados pelo produtor. Assim, o engenho de Marcos Monsanto em Guarapari, acusou uma testemunha, foi registrado sucessivas vezes com nomes diferentes *"sem nunca se mudar de seu sítio*(...), *e assim são os mais engenhos desta capitania"*. Fora isso, exportavam

1 Arquivo Público Estadual, Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo, 1998, doc. 4.

como sendo de engenho próprio e supostamente isento, açúcar comprado a outros.

Os oficiais da Fazenda foram igualmente acusados de receber dos contratadores dos dízimos, em pagamento dos contratos, produtos a *"preços excessivos"*. E, apesar disso, os contratadores ainda se queixavam de que os almoxarifes exigiam propinas muito altas.

Marcos de Azeredo e alguns almoxarifes receberiam presentes daqueles a quem beneficiavam e, sobretudo, teriam vultosas dívidas com Monsanto e Fróes.

Nas declarações das testemunhas fica claro que as irregularidades não teriam sido introduzidas pelos acusados, mas constituiriam práticas comuns a todos os seus antecessores nos cargos, que alguns citam nominalmente, chegando um deles até a Belchior de Azeredo, o substituto do primeiro donatário, que também foi provedor. Para a infelicidade de Marcos de Azeredo, a Coroa resolveu investigar justamente quando ele ocupava o cargo.

Afonso E. Taunay, que dedicou um capítulo de sua **História Geral das Bandeiras Paulistas** a Marcos de Azeredo e sua busca das esmeraldas, menciona um documento, escrito em Portugal em dia ignorado do ano seguinte (1619), no qual se diz que ele ainda exercia o cargo de provedor e tomava providências contra naus estrangeiras que tinham aparecido na baía (TAUNAY, 1924, Vol. V, p.252). O inquérito teria sido abafado? Não seria espantoso. Afinal a administração era reconhecidamente corrupta. Às vezes alguns eram presos e tinham seus bens confiscados, mas isso se fazia com muita arbitrariedade e pouca justiça. E os delitos dos quais Marcos foi acusado envolviam como corruptores poderosos personagens, que algum tempo depois exerceriam os cargos de almoxarife da alfândega de Lisboa – Leonardo Fróes

– e de Sevilha – Monsanto. (SALVADOR, p.76). Ou seja, passaram para o outro lado do balcão, aliás, colocaram-se dos dois lados, pois permaneceram como mercadores, ao mesmo tempo em que controlavam o comércio. O que é bem revelador das práticas da administração portuguesa e espanhola. Em todo caso, é apenas uma hipótese, podendo-se também pensar que a punição estivesse apenas tardando. Em todo caso, Marcos faleceu, antes de junho de 1619, ainda no cargo de provedor.[1]

1 Arquivo Público do Estadual, Catálogo dos Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo, 1998, doc. 8.

Maria Ortiz

Maria Ortiz nasceu e viveu em Vitória, no período da União Ibérica (1580-1640), quando Portugal esteve subordinado à Coroa da Espanha. A união dos dois países ibéricos aproximou suas respectivas colônias, permitiu o intercâmbio entre elas, estimulando a presença de portugueses nas colônias espanholas e de espanhóis no Brasil. Nesse contexto se deu, em 1601, a emigração de Juan Ortiz y Ortiz e sua mulher, nascidos na Espanha, para o Espírito Santo. Dois anos depois nasceu sua filha Maria.

Embora a União Ibérica tenha tido alguns efeitos muito positivos para o Brasil, também criou sérios problemas, entre os quais a desarticulação do sistema de comercialização do açúcar brasileiro, apoiado numa parceria entre os mercadores portugueses, que tinham o monopólio do produto no Brasil, e os holandeses, que faziam sua distribuição no mercado europeu, participa-

vam do transporte, do refino, e investiam capital na economia açucareira. Como Espanha e Holanda viveram num estado de permanente hostilidade, com períodos de guerra aberta, durante todo o tempo da União Ibérica, os reis da Espanha acabaram cortando as relações comerciais entre Portugal e os holandeses. A reação destes foi a criação da Companhia das Índias Ocidentais, grande empresa comercial, com poder para estabelecer uma colônia no Brasil.

A primeira tentativa se deu contra a Bahia, que foi tomada em 1624. O Espírito Santo participou da luta para desalojar os invasores, enviando o único recurso que possuía em abundância: índios. Porém, alguns meses depois, em março de 1625, teve que mobilizar todas as suas forças para enfrentar o inimigo, pois Vitória foi atacada por uma esquadra holandesa de oito naus, comandada pelo almirante Piet Heyn. Essa esquadra retornava da África, onde tentara, sem sucesso, conquistar Angola, entreposto de venda de escravos para o Brasil. A armada ancorou na baía, preparando o ataque. O donatário da capitania, Francisco de Aguiar Coutinho organizou rapidamente a defesa; fez cavar trincheiras, mobilizou colonos e índios. Mas, quando os holandeses desembarcaram e atacaram a Vila, encontraram uma reação inesperada.

Maria Ortiz, então com 21 anos, morava num sobrado situado no alto de uma ladeira íngreme e estreita (atual escadaria Maria Ortiz) que constituía a principal via de acesso ao centro da vila, na Cidade Alta. Na sua base havia um pequeno cais, na atual rua Duque de Caxias.

> *"Do andar superior de sua casa, Maria Ortiz podia divisar toda a movimentação das embarcações que adentrassem o Canal de Vitória, além de testemunhar as entradas e saídas da vila, o bur-*

burinho dos cidadãos subindo e descendo a íngreme ladeira, e alcançar as vozes que ecoavam em ondas sucessivas para o alto, no momento dos embarques e desembarques, lá embaixo, no pequeno cais." (LAZZARO, 1995, p.29)

Pois a jovem Maria Ortiz, revelando notável capacidade de liderança, tomou a iniciativa de mobilizar pessoas do povo que não participavam das forças oficiais e organizar a resistência popular.

"Não é difícil, ainda hoje, imaginarmos o sentido e o frescor dessa mobilização popular, feita principalmente por uma jovem do povo. Não é difícil imaginarmos as frases ditas, ou sopradas, aqui e ali, que a tudo contagiavam, estimulando o espírito de luta de cidadãos comuns. Se apurarmos os sentidos, ainda ouviremos as frases entrecortadas, ecoando nas ruas estreitas e nos casarios geminados da antiga Vila de Vitória, nas alcovas, pátios e tabernas, envolvendo homens, mulheres e crianças, despertando-os da lentidão dos dias e dos anos, reativando-lhes o sentido de existência, diante da ameaça do jugo inimigo." (LAZZARO, 1995, p.30)

E assim, quando os holandeses enveredaram pela estreita ladeira foram atacados de surpresa por uma pequena força, comandada por uma mulher, postada nos sobrados e armada de água fervente, pedras, paus, brasas, barricas de dejetos... Tudo isso desabou sobre os soldados, causando danos que certamente não seriam suficientes para detê-los, e muito menos expulsá-los, como diz a lenda, mas bastaram para que as forças oficiais tivessem tempo de se colocar em posição vantajosa para o combate. E enquanto este se travava, a jovem correu a incentivar a defesa, contagiando a todos com seu entusiasmo e sua coragem.

Sua atuação foi reconhecida oficialmente no relatório que

o donatário enviou ao Governador-Geral:

> *"(...) Na repulsa dos invasores audaciosos é de justiça destacar a atitude de uma jovem moça que astuciosamente retardou o acesso dos invasores à parte alta da Vila, por êles visada, permitindo assim, que organizássemos com os homens e elementos de que dispúnhamos, a defesa da sede. Essa jovem se tornou para nós um exemplo vivo de decisão, coragem e amor à terra. A ela devemos esse valioso serviço, sem o qual a nossa tarefa seria muito mais difícil e penosa. O seu entusiasmo decidido fez vibrar o dos próprios soldados, paisanos e populares na defesa e perseguição do invasor audaz e traiçoeiro."* (VALLE, 1971, p.163)

Os holandeses foram rechaçados, mas tornaram a atacar, penetrando pela baía e visando as fazendas situadas às suas margens. Foram novamente derrotados, com a participação decisiva da armada que Salvador Correia de Sá levava do Rio de Janeiro para a Bahia e que chegou ao Espírito Santo naquele momento, mas causaram sérios prejuízos a engenhos e embarcações.

Nada mais sabemos sobre Maria Ortiz, exceto que morreu aos 43 anos, em maio de 1646, porém aquele episódio ficou fortemente gravado na memória capixaba. Sua protagonista tornou-se a heroína do Espírito Santo e, ao longo do tempo, foi transformada em legenda. Nada ficou da personagem real além daquele ato.

Quanto aos holandeses, foram expulsos da Bahia logo depois do ataque ao Espírito Santo, mas voltaram e saquearam a cidade dois anos depois, capturaram a "frota da prata" de 1628, que levava para a Espanha o metal do Peru, e, com os recursos obtidos nesses saques, prepararam uma poderosa armada que conquistou Pernambuco, região mais rica do Brasil, em 1630. Aí ficaram por 24 anos, realizando uma brilhante administração e

conquistando boa parte do nordeste. Em 1640 voltaram a atacar Vitória e Vila Velha, mas foram outra vez rechaçados, depois de renhida luta, com muitos mortos e feridos, alguns incêndios e a perda de duas naus carregadas de açúcar.

Francisco Gil de Araújo

Francisco Gil de Araújo nasceu na Bahia, filho de um rico mercador, Pedro Garcia, e de Maria de Araújo, descendente do famoso Caramuru, náufrago português que se integrou a uma comunidade indígena e foi encontrado, quando se iniciou a colonização da Bahia, vivendo como patriarca de uma extensa família mameluca. Francisco seguiu a carreira militar; era soldado em 1635 e alferes três anos depois, quando participou da defesa da cidade de Salvador contra os holandeses fixados em Pernambuco. Foi ferido no combate e portou-se com bravura, recebendo uma recompensa por sua atuação. Continuou com destaque sua carreira, chegando ao posto de coronel.

Simultaneamente, tornou-se um rico senhor de engenho e ocupou pelo menos um cargo importante, o de juiz da Câmara da Bahia. Usava o título de fidalgo e demonstrou ser um homem influente, pois o padre

Simão de Vasconcelos dedicou a ele sua famosa biografia do padre José de Anchieta.

Já na meia-idade, rico e poderoso, lançou-se a um empreendimento ousado: comprou a donataria do Espírito Santo, em 1674. O último herdeiro da capitania, Câmara Coutinho, descendente de Vasco Fernandes, homem de grande projeção que ocupou importantes cargos na administração colonial, inclusive o de governador-geral, preferiu vendê-la e obteve autorização da Coroa para isto.

Naquela época, segunda metade do século XVII, a economia açucareira estava em crise. Portugal perdera o monopólio do mercado de açúcar, pois os holandeses haviam conquistado Pernambuco e, quando foram expulsos, passaram a produzir açúcar em grande escala nas Antilhas. Com o aumento da produção e a concorrência, o preço do produto entrou em baixa irreversível, com sérios danos para a economia açucareira do Brasil, que tinha dificuldade de reduzir seus custos e de disputar o mercado com os holandeses, que se haviam tornado os grandes intermediários do comércio europeu.

Diante disso, as expectativas se voltaram, mais do que nunca, para a descoberta do ouro e das pedras preciosas. Multiplicavam-se as "entradas" — estimuladas pela Coroa portuguesa, muitas vezes projetadas pelo governo-geral —, de São Paulo partiam as grandes bandeiras, em vários pontos do território organizavam-se expedições. E o Espírito Santo, segundo as informações acumuladas ao longo do tempo, ficaria próximo das sonhadas jazidas.

Essas, certamente, foram as expectativas de Gil de Araújo quando investiu seus cabedais, acumulados na economia açucareira, na compra da capitania e na realização de várias "entradas". O investimento foi elevado: a donataria custou 40 mil cruzados e

as duas principais "entradas" consumiram 12 mil cruzados, que eram equivalentes ao custo de instalação de um engenho real de açúcar, o tipo mais caro da época. Porém, na ocasião parecia um investimento promissor; poucos anos antes chegara ao rei a notícia do descobrimento de minas na região, por Antônio de Espinha; quando se deu a compra, circulavam outra vez notícias da existência de ouro e pedras nos *"serros situados na altura desta donataria"*. Ou seja, no lugar onde efetivamente se encontraram, algum tempo depois, as minas de ouro, e aquela região fazia parte da capitania do Espírito Santo, segundo o traçado original das capitanias hereditárias.

As insistentes informações motivaram a articulação de uma "entrada" pelo governo-geral, sob o comando do capitão-mor Gonçalves de Oliveira, que governava a capitania em substituição ao donatário e se propunha a realizá-la às suas próprias custas, o governo garantindo apenas o fornecimento de alguns produtos e a cessão de 150 índios, retirados das aldeias de Cabo Frio, Rio de Janeiro e Porto Seguro, além de recompensas futuras em caso de descoberta.

Confirmada a compra da capitania, Gil de Araújo protestou contra a realização da "entrada", junto ao governo geral, e escreveu ao rei e a um dos seus ministros, alegando que o Espírito Santo *"não estava em estado de sem sua presença intentar aquela jornada. Se o regente quisesse ele a custearia de bom grado, pois José Gonçalves de Oliveira era incapaz de a levar a cabo."*

Após algumas hesitações da Coroa, acabou sendo atendido; foi cancelada a expedição e oferecidas a ele as mesmas condições prometidas ao capitão-mor (DOCUMENTOS HISTÓRICOS, LXVII, 189).

Segundo as informações até agora disponíveis, o donatário teria realizado duas grandes "entradas", pelo Rio Doce, provavel-

mente à procura da legendária Serra das Esmeraldas, e diversas outras de menor porte, sem qualquer sucesso. O fracasso dessas expedições custou caro ao Espírito Santo, pois alguns anos depois as minas de ouro seriam descobertas pelos paulistas e a área onde se localizavam incorporada a São Paulo e depois desmembrada, formando a capitania de Minas Gerais. O Espírito Santo perdeu a parte mais valiosa do seu primitivo território e foi transformado em barreira para proteger as Minas, dos estrangeiros, e o ouro, do contrabando, impedido até de se beneficiar de relações econômicas com a região mineira.

Gil de Araújo passou menos de cinco anos no Espírito Santo, mas, uma "Informação" assinada pelo provedor da Fazenda Real na capitania, sobre sua atuação menciona uma série espantosa de realizações, uma notável eficiência e um inusitado desprendimento (Oliveira, 1975, pp.168-169). Ele teria cuidado da defesa de Vitória, muito exposta aos ataques inimigos; concluído a construção de um forte, do Monte do Carmo (situado onde é hoje a Avenida Jerônimo Monteiro, perto do antigo Correio), que encontrou nos alicerces – na verdade há registro de que o forte já existia e funcionava havia pelo menos uma década — , teria reformado o forte de São João e projetado o de São Francisco Xavier, na entrada da barra. Dobrou o contingente militar profissional, de 20 para 40 homens, e aumentou o número de companhias de Ordenanças (tropas não profissionais nem permanentes, formadas pelos moradores), de quatro para nove.

Reformou a sede da Câmara de Vitória e a Casa de Misericórdia (Santa Casa); em Vila Velha construiu a Casa da Câmara, que a vila nunca tivera, e o pelourinho. E todas essas obras foram custeadas pelo próprio donatário. Naquela época, e em cinco anos, sem dúvida é demais!

Organizou as finanças, cobrando rigorosamente os impos-

tos, o que permitiu a elevação da renda da capitania, sempre insuficiente para cobrir as despesas. Contudo, a arrecadação foi muito inferior ao nível alcançado durante as primeiras décadas do século, refletindo a crise econômica. O mesmo rigor foi usado na cobrança de duas taxas extraordinárias que a Coroa impusera, "do dote de Inglaterra e da paz da Holanda", ou seja, as vultosas importâncias pagas como dote da princesa de Portugal que se casou com o rei Carlos II da Inglaterra, e em troca da assinatura da paz com a Holanda, que já havia conquistado grande parte do Império Português. Havia seis anos a capitania não pagava, e provavelmente não arrecadava essas taxas, altamente impopulares. Logo que assumiu o governo, Gil de Araújo cobrou todos os atrasados e regularizou o pagamento, enviando ao todo quatro mil cruzados. O mesmo fez em relação a uma taxa que era devida à Casa de Misericórdia de Lisboa, que importou em 12 mil cruzados!

Gil de Araújo fundou a vila de Guarapari, no lugar onde havia uma aldeia de jesuítas. Era a terceira vila criada na capitania, e talvez sua fundação tenha sido precipitada, pois numa carta ao governador-geral, o rei afirmou ter sido informado de que "*Francisco Gil* (...) *não tem povoado a vila de Guarapari com o número de moradores a que se obrigou quando pediu licença para a sua fundação ...*" (OLIVEIRA, 1975, p.161).

A ação do donatário também se fez sentir na economia. Estimulou a produção de açúcar, fornecendo crédito aos engenhos e aos plantadores de cana, trouxe da Bahia muitos casais de colonos aos quais doou terras e fez empréstimos, e proibiu o cultivo de algodão nas propriedades com mais de seis trabalhadores, alegando que esse produto estava prejudicando o comércio e as demais culturas. Ao que tudo indica, o donatário procurou deter o início da expansão daquele cultivo, e talvez a tenha retardado, em benefício do açúcar. Em todo caso, algumas décadas depois

a produção de algodão sobrepujará a de açúcar. É possível que a medida fosse uma reivindicação dos senhores de engenho, cujos fornecedores de cana estariam se passando para o novo produto, deixando seus custosos engenhos ociosos.

Gil de Araújo se envolveu numa questão com o donatário da capitania de Paraíba do Sul, filho do poderoso Salvador Correia de Sá, a respeito dos limites entre aquela capitania e o Espírito Santo. Por duas vezes mandou retirar os marcos divisórios fixados pelo vizinho, e alegou, quando questionado pelo ouvidor geral, que eles invadiam o território de sua donataria.

Em 1682, frustadas suas expectativas de descobrir os minerais preciosos, Gil de Araújo encerrou sua dinâmica gestão da capitania, pedindo ao rei autorização para nomear um substituto, "*em razão da perda mui considerável*" que tinha em razão de não poder administrar pessoalmente suas propriedades e negócios na Bahia. Atendido, regressou à terra natal, onde faleceu três anos depois.

Jesuítas, Índios e Colonos no Espírito Santo

As informações sobre os povos que habitavam o litoral do Espírito Santo no início da colonização são raras e, em parte, contraditórias. É certo que ao norte estavam os tupiniquins, que se estendiam desde Ilhéus até o Cricaré (São Mateus). Ao sul, até Reritiba (Anchieta), ou Guarapari, habitavam os goitacás (waitaká), que ocupavam a costa até as proximidades de Cabo Frio, fronteira com os tupinambás (tamoios), e os campos a que deram o nome, no baixo Paraíba do Sul.

É sobre a parte central da capitania, justamente onde se iniciou a colonização, que as informações são contraditórias. Gabriel Soares de Souza, escrevendo na década de 1570, diz que a região havia sido habitada pelos papanás, que teriam sido expulsos para o sertão pelos goitacás, que assim teriam chegado ao Cricaré. Porém, o mesmo autor afirma mais adiante que os tupiniquins participaram da expulsão dos papanás, e foram os inimigos

dos primeiros colonos – fixados na baía de Vitória. Além disso, nas duas grandes rebeliões que quase destruíram a capitania, eles eram os atacantes. Com os goitacás, na década de 1540, e sozinhos em 1557. É difícil acreditar que tão encarniçado inimigo habitasse uma região distante, pois, embora os portugueses talvez realizassem "saltos" (ataques visando a captura) contra eles ao norte do Cricaré, o conflito deveria ser mais agudo com os habitantes do local onde se fixaram, cujas terras ocuparam. Esses, ou se tornariam aliados, e não foi o caso, como veremos, ou ferrenhos inimigos. Finalmente, os jesuítas fazem referências aos tupiniquins no sertão próximo a Vitória, em meados do século.

A. Métraux, em seu bem conceituado trabalho sobre os tupi-guaranis, também duvida do limite dos tupiniquins no Cricaré, sugerindo que eles talvez chegassem até a vizinhança dos portugueses, o que me parece mais provável. Em todo caso, a baía onde teve início a colonização era habitada por eles ou pelos goitacás.

Havia ainda os temiminós, que alguns autores, inclusive Métraux, localizam no curso inferior e nas ilhas do rio Paraíba do Sul, e no sul do Espírito Santo, local que, segundo Gabriel Soares, pertencia ao território dos goitacás. Adversários dos tupinambás, teriam sido pressionados por estes, e uma parte deles migrou para o centro do Espírito Santo, em meados do século. Segundo John Manuel Monteiro, o nome temomonó era usado para designar outros grupos indígenas, em diversos lugares e tempos e significava neto ou descendente, em contraponto a tamoio, que queria dizer avô ou ascendente. (MONTEIRO, 1994, p.235, nota 5)

Excetuando os goitacás, eram povos tupis, cuja língua era falada por grande parte dos colonos e dos jesuítas, e cuja cultura é bastante conhecida, graças às numerosas informações deixadas

pelos contemporâneos.

Tanto a localização quanto a demografia dos povos indígenas se alteraram rapidamente com a chegada dos portugueses. O início da colonização foi marcado por uma verdadeira catástrofe demográfica e um amplo deslocamento das populações indígenas. Um estudo de Warren Dean sobre os tupinambás do Rio de Janeiro (os tamoios), povo sobre o qual há fontes numerosas, avaliou a população tupinambá do litoral em cerca de 100 mil pessoas, em 1501. Cinquenta anos depois, quando estava começando a efetiva ocupação da terra, essa população teria caído para algo entre 57 e 63 mil. No final do século, os tupinambás estavam praticamente extintos no litoral, e o número dos que teriam fugido para o interior não seria significativo. (DEAN, 1985)

Na Bahia o quadro não foi diferente, como informa Anchieta, já nos anos 80: *"A gente* (os índios) *que de 20 anos a esta parte é gastada nesta Bahia, parece cousa que se não pode crer; porque nunca ninguém cuidou que tanta gente se gastasse nunca, quanto mais em tão pouco tempo; porque nas 14 igrejas que os padres tiveram, se juntaram 40 mil almas* (...) *agora, se as três igrejas que restam tiverem 3500 almas será muita"*. Isto quanto aos aldeados. Quanto aos escravizados – diz ele – *"há seis anos um homem honrado dessa cidade* (...), *oficial da Câmara, disse que eram descidas do sertão* (...) *naqueles* (últimos) *dois anos, 20 mil almas* (...) *para as fazendas dos portugueses"*, e daí em diante *"sempre os portugueses desceram gente para suas fazendas, um trazia dois mil, outro três mil, outros mais, outros menos,* (calculando) *de seis anos a essa parte o que isso podia somar, se chegam ou passam de 80 mil almas* (contando as das aldeias). *Vão ver agora* – continua Anchieta – *os engenhos e as fazendas da Bahia, achá-los-ão cheios de negros de Guiné, e muito poucos da terra e se perguntarem por tanta gente, dirão que morreu..."* (ANCHIETA, 1988, pp.385-386). Em outro texto do mesmo ano, dirá que havia oito mil índios, entre escravos e aldeados. Evidentemente, não se pode fazer daí

qualquer contabilidade dos mortos, pois tanto os números não são confiáveis, como entre as baixas existem as fugas, mas não há dúvida de que ocorreu um terrível morticínio.

Em Porto Seguro e Ilhéus, os tupiniquins haviam quase desaparecido nos anos 80. Em Pernambuco, ainda segundo Anchieta, não houve "*conversão do gentio*", e o segundo donatário fez "*tanta guerra aos índios* (...) *que destruiu toda a sua capitania e assim desde o rio São Francisco até lá, que são 50 léguas, não há povoação de índios...*", e os colonos passaram a ser atacados pelos potiguaras, moradores da Paraíba. (ANCHIETA, 1988, p.314)

Em São Paulo, a parte do litoral habitada pelos tupiniquins estava quase despovoada em 1550, sendo que aí teria havido uma importante migração para o sertão.

Não temos informações desse tipo sobre o Espírito Santo. Não há sinais de despovoamento, mesmo porque a região recebeu índios que emigraram das áreas vizinhas, porém, todos os fatores responsáveis pelo declínio demográfico nas outras regiões estavam presentes.

Um deles foi a introdução, com os europeus, de doenças contagiosas inexistentes entre os indígenas, contra as quais eles não tinham defesas orgânicas, como a varíola, a tuberculose, infecções diversas... Algumas delas causaram epidemias devastadoras entre os índios. Por vezes, espalhavam-se por toda a costa. Além do efeito óbvio, a alta mortalidade, elas prejudicavam ou mesmo paralisavam as atividades econômicas, provocando a fome e a desnutrição, que favoreciam a propagação de novas doenças. E causavam falta de mão-de-obra, o que levava os colonos a intensificarem a escravização.

O Espírito Santo não escapou delas. Em 1559, foi assolado por uma epidemia de infecção pulmonar e desinteria hemorrágica que atacou todo o litoral da colônia. Teria sido trazida para

o Espírito Santo por índios que fugiam do Rio de Janeiro, e causou a morte de cerca de 20% da população indígena que vivia em contato com os brancos (CABRAL, 1887, p.111). Na década seguinte temos notícia de duas: uma de varíola, em 1564, que acometeu com maior intensidade a aldeia da Conceição – primeiro aldeamento da capitania, recentemente fundado – onde chegou a provocar três a quatro mortes por dia (LEITE, 1954, p.267). No ano seguinte, um novo surto epidêmico dizimou a população indígena. Nas duas décadas seguintes não encontrei registro de novas ocorrências, o que não significa que não tenham existido, sobretudo em áreas mais restritas, que escapariam com maior facilidade ao registro de nossas fontes, tão incompletas.

Nos anos 90 há menção a duas, sucessivas, sendo a última, de 95, acompanhada de terrível seca (LEITE, 1938, Tomo I, Livro III, p.216). Com o passar do tempo, a população indígena foi adquirindo imunidade às doenças dos europeus, mas a "descida" contínua de novos grupos do interior, até então isolados, favorecia o aparecimento de surtos localizados. Encontramos casos desse tipo já em meados do século XVII.

O contato com os portugueses não trouxe apenas as doenças como fator de mortalidade – e deslocamento espacial —, mas também a guerra, a escravização, os "saltos"... Enfim, todo tipo de violência. Como disse Anchieta, referindo-se a Ilhéus e Porto Seguro: *"Verdade é que se foi consumindo o gentio daquelas terras, chamado tupiniquim, que era muito e mui guerreiro, parte por doenças, parte com o maltratamento dos portugueses, como em todas as partes, salvo São Vicente, de maneira que ficaram sem gentio"*. (ANCHIETA, 1988, p.316).

Os índios que habitavam o litoral eram guerreiros e canibais. Cada tribo tinha alguma outra como inimiga, à qual fazia habitualmente a guerra, e precisava de prisioneiros para os ritu-

ais antropofágicos, que constituíam um elemento fundamental de sua ordem social. A colonização, acompanhada da escravização dos indígenas, intensificou as guerras, que se tornaram quase permanentes.

Contra os portugueses, quando resistiam à dominação e ao cativeiro. A expedição de Mem de Sá contra os índios rebeldes do Paraguaçu, na Bahia, teria queimado 160 aldeias (tabas), segundo Anchieta, *"matando muitos e os demais sujeitou"* (ANCHIETA, 1988, p.311). A expedição que expulsou os tamoios de Cabo Frio matou cerca de mil e escravizou uns quatro mil índios. E poderíamos fazer uma longa lista de episódios semelhantes, nos quais, embora houvesse a intenção de fazer prisioneiros, os colonos agiam com extrema violência, procurando aterrorizar os índios para dissuadi-los de qualquer tentativa de resistência. Assim, no combate contra os tamoios da Guanabara, em 1567, os portugueses mataram *"inumeráveis gentios e muitos franceses, e os que tomamos vivos foram pendurados* (enforcados) *para exemplo e terror"*. (ROCHA PITTA, 1950, p.113)

Quando se tornavam aliados dos portugueses, ou quando esses os "sujeitavam"– e a distinção entre as duas categorias não é nítida, pois os aliados eram progressivamente dominados – em ambos os casos, viam-se os índios envolvidos nas lutas dos colonos, contra outros europeus e outros índios, e deviam acompanhá-los em todas as ações de combate, muitas delas em regiões distantes, onde ficavam longo tempo. Novamente citando Anchieta, *"nenhuma guerra fez Mem de Sá, que não mandasse chamar os ditos índios* (das aldeias da Bahia)"; eles participaram da guerra do Paraguaçu, da expedição de Fernão de Sá ao Espírito Santo, da expulsão dos franceses e dos tamoios do Rio de Janeiro, da luta contra os tupiniquins em Ilhéus, etc. (ANCHIETA, 1988, p.359).

Além disso, os portugueses induziam os indígenas seus aliados a lhes venderem os prisioneiros de guerra que obtivessem, estimulando-os a atacarem e aprisionarem seus inimigos para tal fim. Os atacados , obviamente, reagiam e a guerra entre as tribos se intensificava. Os aliados eram também chamados para reprimir levantes dos escravos indígenas das plantações. Acabavam despertando tanta hostilidade dos outros índios, que muitas vezes tinham que se deslocar para junto dos portugueses e colocar-se sob sua proteção – e dominação. Foi o que ocorreu com os tupiniquins do Rio e de São Paulo.

No Espírito Santo, a guerra contra os portugueses começou com a chegada dos primeiros colonos – um grupo de umas 60 pessoas – que foram recebidos a flechadas e responderam com tiros de canhão. Para iniciar a colonização tiveram de obter a colaboração de alguns índios, pois era impossível sobreviver sem o auxílio deles, mas a aproximação não foi adiante, e os colonos não conseguiram fazer uma aliança com o conjunto de um povo, como ocorreu no Rio e em São Paulo, com os tupiniquins. Contudo, obtiveram muitos escravos, e certamente aí estará a explicação para a hostilidade das tribos vizinhas.

O que sabemos de certo é que, após uma década de permanência, os colonos quase foram expulsos sob os ataques dos tupiniquins e dos goitacás, cada qual por um lado. Do que haviam construído, incluindo alguns engenhos, pouco restou. Recuperaram-se, com o auxílio do primeiro governador-geral, Tomé de Souza, recém-chegado ao Brasil, que trouxera uma recomendação especial para socorrer o Espírito Santo.

Os índios continuavam hostis quando chegaram os jesuítas, no início de 1551. O padre Afonso Brás mencionou a existência de numerosos escravos e de grande quantidade de índios livres. Quando aqui esteve o padre Luís da Grã, em 55, a situação não

se havia alterado: os índios continuavam *"mui apartados"* e não davam seus filhos para os jesuítas educarem, como em outras capitanias. Para iniciarem a escola tiveram de pedir meninos índios de fora. *"Acho que a causa é a grande cobiça que têm cá os brancos de lhos haverem por escravos"*, disse ele (LEITE, 1940, p.55).

Em fins de 1557 novo levante dos tupiniquins pôs cerco a Vitória, de onde Vasco Fernandes Coutinho, com muitos mortos e feridos, mandou um pedido de socorro ao governador-geral. Mem de Sá enviou uma expedição chefiada por seu filho, Fernão, com cerca de 200 homens, entre brancos e índios, em seis navios. Ao invés de se dirigirem a Vitória, entraram pelo rio Cricaré e atacaram umas fortificações nas quais havia grande quantidade de índios, matando e, sobretudo, aprisionando grande número deles. O interesse pelas presas era tal que os combatentes abandonaram Fernão de Sá com um pequeno grupo, enfrentando as forças indígenas na praia, e se recolheram com os prisioneiros às embarcações, o que causou a morte do capitão[1]. Só então rumaram para Vitória, onde conseguiram impor nova derrota aos tupiniquins. Narrando os fatos, Mem de Sá dirá ao soberano: *"Fica* (a capitania) *agora muito pacífica e o seu gentio tão castigado: mortos tantos e tão principais* (chefes) *que parece que não levantarão a cabeça tão cedo."* (OLIVEIRA, 1975, p.86). E os portugueses ficaram abarrotados de escravos, omitiu o governador.

A recuperação foi lenta e difícil. Três anos depois, quando Mem de Sá passou pelo Espírito Santo a caminho do Rio de Janeiro, onde iria dar combate aos franceses, os colonos ainda não haviam conseguido reconstruir os engenhos, e continuavam ameaçados pelos índios, e pelos franceses.

Em 1568, Mem de Sá foi outra vez chamado, *"e chegando à*

1 A Carta do padre Francisco Pires, ES, 1558, Cartas Avulsas, Cartas Jesuíticas III, IV, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887, p.101.

capitania – relatou – *em mui breve assoceguei o gentio que quis pazes e os que não quiseram foram castigados* (certamente escravizados) *e mortos muitos e os que escaparam se foram da terra e ficou ela mais pacífica que nunca."* (OLIVEIRA, 1975, p.103). Efetivamente, esse foi o último grande levante.

Mem de Sá foi o governador que "sujeitou o gentio" e impôs os aldeamentos, realizando a política formulada pelos jesuítas – por Nóbrega, sua cabeça política – para os indígenas, depois de alguns anos de experiência na catequese.

Inicialmente, os jesuítas apostaram na eficácia da pregação tradicional, na qual o pregador leva a doutrina religiosa aos pagãos e procura convencê-los e convertê-los, e na educação de meninos índios, que se tornariam agentes da cristianização em suas comunidades. Procuraram tornar a pregação atraente, utilizando inclusive elementos da cultura indígena, o que lhes custou um conflito com o bispo Fernandes Sardinha. Assim, na Bahia, saiam em *"romaria"*, *"terra adentro"*, jesuítas e alguns meninos que educavam. Levavam uma cruz levantada, adornada com *"plumas da terra, muito formosa, (...) com o Menino Jesus no cimo, vestido de anjo, com uma espada pequena na mão."* Tocavam e cantavam, tanto músicas portuguesas quanto compostas no Brasil, à moda indígena. Distribuíam-se em fileiras de 2 em 2 ou 3 em 3, e entravam nas aldeias pregando em altas vozes (como era costume dos indígenas quando queriam falar à comunidade). (LEITE, 1940, pp.141-153)

No início, a conversão dos índios parecia avançar; eles se interessavam pela pregação, demonstravam acreditar no que lhes ensinavam sobre Deus, e sobretudo temer o inferno e o Juízo Final. Muitos pediam o batismo. Porém, logo se deu conta Nóbrega, cristianizá-los efetivamente era muito difícil: *"crêem em nós como crêem em seus feiticeiros"*, lamentava o padre, e o crédito

"não é tanto que baste para afasta-los de seus velhos costumes" (LEITE, 1954, p.452).

Havia ainda o problema prático criado pelo nomadismo. As aldeias mudavam de local frequentemente e a mudança interrompia o trabalho de catequese. Às vezes mudavam para escapar da ação dos colonos, ou dos jesuítas, como aconteceu em São Paulo, onde depois de anos de trabalho Anchieta viu os índios das aldeias se dispersarem, abandonando a catequese. Sobretudo, havia o problema da violência dos colonos em relação aos índios, que revoltava estes e os tornava refratários à ação dos jesuítas.

O entusiasmo inicial com o trabalho missionário logo deu lugar ao desânimo, manifestado nas cartas de Nóbrega, Anchieta e Luís da Grã, as lideranças dos jesuítas na época.

Nóbrega formulou então o projeto de estabelecer uma missão entre os guaranis (carijós), considerados pelos jesuítas muito mais receptivos à catequese. Lá, afastados dos brancos, poderiam reunir muitos índios em grandes aldeias, sob a autoridade dos padres. Foi o que fizeram com sucesso os jesuítas das colônias espanholas nas Missões do Paraguai. Porém, o projeto não pode se concretizar: as terras onde pretendia localizar a missão estavam situadas além do meridiano de Tordesilhas, e o governo-geral se opôs terminantemente a ele. Nóbrega ainda tentou estabelecer a missão em outro ponto isolado do sertão, mas nem isso foi possível, pois o governo temia que o estabelecimento dos jesuítas atraísse os colonos, o que contrariava a política portuguesa de colonização litorânea. Embora nunca tenha renunciado ao projeto da missão dos carijós, o padre Nóbrega teve de recuar, esperando uma oportunidade que nunca veio.

Enquanto isso, criou a missão de São Paulo, em local que constituía uma porta de *"entrada a inúmeras nações"* indígenas, e

propôs uma política de "sujeição" dos indígenas e seu aldeamento forçado. Em defesa de sua proposta afirmava ser o indígena *"gente de condição mais de feras bravas que de gente racional"* – e se não era racional, a tática do convencimento pela pregação estaria condenada ao fracasso – e ainda *"ser gente servil que se quer por medo e sujeição, como se tem experimentado e por isso se S.A. os quer ver todos convertidos mande-os sujeitar..."* (LEITE, 1940, pp.62-74).

Se os índios não renunciavam a suas práticas "demoníacas", era preciso forçá-los a abandoná-las. Proibir o canibalismo, a poligamia, os feiticeiros e os rituais pagãos, a nudez etc... Acabar com o nomadismo, fixando-os em aldeias e doando-lhes terras. E, finalmente, colocar os jesuítas nas aldeias para doutriná-los e dirigi-los, transformando-os em cristãos.

Essa será a política da Coroa e dos jesuítas nesses primeiros tempos. Procurarão implementá-la, cada qual com os meios que lhe eram próprios – a força e a pedagogia. Quanto aos colonos, nada desejavam mais do que sujeitar os indígenas, e apoiaram com entusiasmo a primeira parte do projeto dos jesuítas, que unia assim todas as forças no campo dos colonizadores. Para sujeitar os índios era preciso fazer a guerra, a "guerra justa", ou seja, na qual era legal, e considerado por todos legítimo, escravizar os prisioneiros. De cada expedição que participavam, voltavam os colonos cheios de cativos. E Mem de Sá não fez poucas expedições... Já o aldeamento dividia: era a principal razão de ser da "sujeição" para os jesuítas, mas não tinha o apoio dos colonos. Não lhes interessava que os índios fossem assentados em aldeias, protegidos pelos jesuítas e, em alguns casos, pela administração colonial. Embora os colonos pudessem contratar índios aldeados, através dos jesuítas, para realizar trabalhos para eles, mediante pagamento, isso não substituía a escravidão.

Logo no início de seu governo, em 1558, Mem de Sá pro-

mulgou três leis: *1) que nenhum de nossos confederados* (aliados) *ousasse dali em diante comer carne humana; 2) que não fizessem guerra, senão com causa justa, aprovada por ele e os de seu conselho; 3) que se juntassem em povoações grandes, em forma de repúblicas, levantassem nelas igrejas, a que acudissem os já cristãos a cumprir com as obrigações de seu estado, e os catecúmenos à doutrina da fé; fazendo casas aos padres da Companhia* (de Jesus) *para que residissem entre eles, a fim da instrução dos que quisessem converter-se."* (ANCHIETA, 1988, p.171).

Em 1561 haviam sido fundadas cinco aldeias, nas quais *"se recolheu todo o gentio desta comarca, que pelo menos seriam 16 mil almas"*, segundo Anchieta. E o aldeamento continuou avançando, pela costa, já então pacificamente, sob a direção do padre Luís da Grã, então Provincial, que era um dos melhores catequistas da Companhia. Em 62, já eram 11 as aldeias, estendendo-se a até 30 léguas de Salvador.

Porém o governador precisava atender aos colonos, que demandavam escravos, e viam os índios se protegerem nas aldeias. Decidiu pois castigar os índios caetés, que haviam comido o bispo Fernandes Sardinha e seus companheiros de naufrágio... seis anos antes, e *"pronunciou uma sentença contra o dito gentio, que fossem escravos, onde quer que fossem achados..."*, (ANCHIETA, 1988, p.363). A condenação desencadeou uma tal onda de violência contra os índios, inclusive das aldeias, que provocou algumas rebeliões e a fuga para o sertão. Algumas aldeias se despovoaram. O governador revogou a lei, procurou conter os colonos, mas era tarde – a credibilidade na proteção que as aldeias poderiam oferecer estava abalada. Voltou-se à guerra e ao aldeamento forçado, enquanto novas resoluções tentavam garantir maior proteção às aldeias.

Os jesuítas voltaram ao sertão, "pacificando" os índios e

fundando novas aldeias, que depois teriam muita dificuldade para defender dos "saltos" e dos "resgates", por mais que estes fossem proibidos. O governo os apoiava, embora fazendo concessões aos colonos, pois, como disse Mem de Sá, numa das vezes em que combateu os "abusos", *"... por quão necessárias as aldeias são nesta terra, e estarem eles padres nelas, e as governarem e sustentarem , assim para dali se fazer diligência para as guerras, como é notório que nas que se fizeram no Brasil foi tão necessária a ajuda dos índios como dos portugueses, e para nos sustentarem e defenderem dos índios nossos contrários, como cada dia fazem, e* (se os padres as abandonarem) *está claro que os índios se hão logo de ir delas, e hão de ser os que nos farão a guerra, e fazendo eles bastam para despovoar a terra."* Menciona em seguida uma recente rebelião de escravos reprimida pelos aldeados, que causou pânico em Salvador. (ANCHIETA, 1988, p.373).

Esse texto mostra o papel que as aldeias desempenhavam na política de Mem de Sá: elas eram o complemento da "sujeição", substituindo as "alianças" dos primeiros tempos, em especial no que se refere à defesa. A expansão da colonização exigia mais do que simples "alianças", pois os aliados, mais ou menos livres, não forneciam a estabilidade e a segurança desejadas pelos portugueses, o que levou à sujeição, mas esta abria o caminho aos "abusos" dos colonos, com riscos de provocar uma rebelião geral. Os aldeamentos deveriam então oferecer proteção a uma parte dos indígenas, aos quais caberia participar da defesa da colônia e prestar outros serviços, como os aliados haviam feito. A outra parte dos índios, os que recusavam o aldeamento, deveriam ser objeto da "guerra justa" e da escravização. Nessa política, o papel dos jesuítas era fundamental: garantir a existência das aldeias, governar os índios e cristianizá-los. O aldeamento significava a rápida destruição da organização social e da cultura indígena e a consequente perda de sua identidade.

E assim o processo de integração dos indígenas à ordem colonial avançava, apesar das contradições entre as forças colonizadoras, pois elas eram largamente compensadas pela divisão entre os índios.

No Espírito Santo o aldeamento começou com índios vindos de fora, os maracajás (índios do Gato), aliados dos portugueses, que viviam na ilha do Governador, na baía da Guanabara, de onde foram expulsos por seus inimigos tamoios, aliados dos franceses. Os jesuítas, que tiveram contato com eles na Guanabara, os designavam no início apenas como índios do Gato, seja porque traduzissem maracajá, que em tupi significava um tipo de gato do mato, seja devido ao fato de que o chefe que migrou para o Espírito Santo se chamava Maracajaguaçu, (gato grande) sem esclarecer se a denominação se referia apenas a um grupo de algum dos povos conhecidos da região ou se tratava-se de outro povo. Mais tarde, quando tomaram contato com os temiminós no Espírito Santo, passaram a se referir a eles como integrantes desse povo. Jean de Léry, chamando-os de margaiá, considerava-os tupiniquins, e Plínio Ayrosa, nos comentários ao relato daquele autor, reforça esta afirmação, referindo-se a estudos que demonstrariam constituírem eles um dos numerosos grupos tupiniquins, e registra outras denominações que receberam, além das mencionadas: maragaiá, maragajá, maracaiá etc. Métraux também considera essas denominações como referentes a tupiniquins. Em todo caso, eram certamente tupis.

Em 1555, segundo relatos dos jesuítas, o chefe Maracajaguaçu, acossado pelos tamoios, pediu socorro aos portugueses do Espírito Santo. Vasco Fernandes Coutinho não podia perder a oportunidade de obter aliados valiosos, e enviou uma frota , com quatro navios bem armados, que chegou quando os maracajás estavam no fim de sua resistência, e conseguiu transportar Maracajaguaçu e sua parentela para Vitória. Eles se instalaram

na Serra, formando uma taba, na qual os jesuítas logo iniciaram a catequese. O chefe indígena foi tratado com grande deferência pela elite da capitania. Um de seus filhos, seriamente doente, recebeu o batismo e casou-se, tendo como padrinhos alguns dos mais poderosos colonos. Quando o índio faleceu, meses depois, fizeram-lhe uma cerimônia solene, com a presença do donatário, que fez Maracajaguaçu sentar-se entre ele e seu filho, e depois do ato levou-o a sua casa, onde tiveram uma reunião da qual se sabe apenas que o donatário convidou o índio a receber o batismo e, ante sua resposta afirmativa, declarou *"que lhe queria fazer uma grande festa no dia de seu batizado* (...) *e queria que ele tomasse seu nome, e sua mulher o de sua mãe, e seus filhos os nomes dos seus..."* (CABRAL, 1887, p.101). Apesar de tais honrarias, as relações com os colonos não eram fáceis, e o chefe indígena chegou a se afastar dos brancos, abandonando a aldeia. Foi dissuadido pelos jesuítas que conseguiram convencê-lo, após muitas hesitações, a retornar à aldeia e ali se estabelecer em caráter permanente, sob a autoridade dos padres. Maracajaguaçu teve de vencer algumas resistências entre sua parentela, mas conseguiu impor sua vontade (CABRAL, 1887, p.212). A aldeia recebeu o nome de Nossa Senhora da Conceição, à qual era dedicada a igreja. Em 1560 já estava organizada, com as construções concluídas, e recebia diariamente a visita de um jesuíta.

Na mesma época, um irmão de Maracajaguaçu, chamado pelos portugueses de Cão Grande, teria instalado sua taba em Guarapari. Vindo do Rio? Separando-se do irmão? Não se sabe. A carta do jesuíta que narra o fato, de 1558, diz que o chefe indígena teria consultado o donatário sobre o local onde deveria fazer sua aldeia, respondendo-lhe este que *"junto ao mar, para o caso de poder ser socorrido quando fosse necessário"*; e acrescenta o padre: *"ele segurou muito esta vila"* de Vitória (CABRAL, 1887, p.102). Provavelmente ele se referia ao ataque sofrido por Vitó-

ria no ano anterior, mencionado anteriormente. Certamente a aldeia foi um baluarte contra os goitacás, em cuja fronteira se situava. Não foi colocada sob a direção dos jesuítas, que só teriam aldeia em Guarapari muitos anos depois, embora certamente a visitassem.

Maracajaguaçu e seus guerreiros deram importante apoio militar aos portugueses, inclusive no combate aos franceses, que tentavam carregar pau-brasil no litoral e chegaram a atacar Vitória. Quando Estácio de Sá passou pela capitania na expedição contra os franceses e os tamoios, da qual resultou a fundação do Rio de Janeiro, o Espírito Santo enviou um numeroso contingente, comandado por Belchior de Azeredo[1], incluindo muitos maracajás, que assim tiveram a oportunidade de retomar a luta, em condições vantajosas, contra seus inimigos tamoios.

Contudo, a situação dos maracajás deteriorou-se rapidamente. Em 1567, o padre Nóbrega relatava a violência praticada contra os caetés e afirmava : *"Depois que isto se praticou na Bahia, se aceitou também no Espírito Santo, principalmente com a geração que chamam do Gato, por estarem mais sujeitos, em os quais se fizeram muitas desumanidades, e fazem neste dia, e o mesmo se pratica onde o gentio tem qualquer sujeição ou obediência aos cristãos"* (LEITE, 1940, p.124).

Nessa época já se havia formado outra aldeia, próxima à da Conceição. Surgiu a partir de 1562, quando Belchior de Azeredo trouxe do sertão um grupo de temiminós –vindos do Rio de Janeiro, segundo um jesuíta – que estavam vivendo perto dos tupiniquins. Seu chefe seria Araribóia. Em 65 já estava estabelecido o aldeamento, com igreja e casa para os jesuítas, no qual

1 Belchior de Azeredo substituiu Vasco Fernandes Coutinho quando este renunciou ao governo da capitania. Foi nomeado por Mem de Sá e era muito ligado aos jesuítas. Brás Lourenço, superior no Espírito Santo à época, era seu professor e conselheiro.

desde o ano anterior residia um padre. Era a aldeia de São João (LEITE, 1938, Tomo I, Livro III, p.239). O mesmo padre visitava regularmente outras duas aldeias indígenas na vizinhança, fazendo a catequese. Em São João já haviam sido batizadas mais de 400 almas, *"das quais o Senhor há já levado boa parte"* – diz o jesuíta – na epidemia de varíola no ano anterior. (LEITE, 1954, p.272). Além dessa perda, a aldeia sofreu outra, com a partida de um numeroso grupo de índios, chefiados por Araribóia, para lutar com Estácio de Sá no Rio de Janeiro, de onde não mais voltaram.

Entre pestes, guerras e fugas, o processo de aldeamento estagnou. Os jesuítas conseguiam apenas, quando muito, repor as perdas, introduzindo novos índios, provavelmente de diferentes povos, o que acentuava a perda de identidade e dos laços de solidariedade entre os aldeados. Penso nos indígenas vencidos por Mem de Sá em 68, muitos dos quais, como disse ele, aceitaram a sujeição. Como não houve criação de novas aldeias, é provável que alguma parte deles tenha ido para os aldeamentos existentes.

Em 1571, as aldeias estavam sob a direção de dois padres que falavam muito bem o tupi e tinham habilidade para a catequese. Um deles se tornaria sertanista e realizaria pelo menos sete entradas no sertão, para buscar índios para as aldeias, alguns anos depois. Naquela data, uma das aldeias tinha *"setecentos e tantos índios, sendo seiscentos cristãos, e vêm cada dia à igreja ouvir a doutrina de manhã e à tarde, e à missa quando lhes mandam. Não têm outra justiça que os obrigue senão os padres, por isso temos mais trabalho com eles."*

A outra estava reduzida a 80 cristãos e alguns pagãos. Os outros haviam fugido: *"... como eles foram vexados de alguns brancos que buscam suas coisas, não as de Deus, e tivessem ouvido as novas danças, que são os costumes de seus antepassados, foram-se a eles* (os pa-

gés) *e ofereceram as suas dádivas e os seus filhos ao diabo.".* Por mais que se empenhassem, os jesuítas só haviam conseguido aldear aqueles poucos, mas o superior esperava que, com a vinda do novo donatário que aguardavam, os índios se *"reduzissem"* (LEITE, 1961, p.8).

Pouco mais tarde, a situação começou a mudar. Em 1573, o capitão Belchior de Azeredo fez uma expedição contra *"índios inimigos"* do interior, e trouxe mais de 200 para os aldeamentos. Entre eles havia alguns cristãos, portanto fugitivos, do cativeiro ou de alguma aldeia. Note-se que se tratava de "guerra justa", que dava o direito de escravizar os índios aprisionados, o que constituia, geralmente, o motivo da própria realização da expedição. Belchior, amigo dos jesuítas, provavelmente teria separado uma parte dos cativos para entregar aos aldeamentos dos padres.

As expedições de Mem de Sá, em 68, e de Belchior, em 73, abriram o caminho para os jesuítas, que iniciaram uma ofensiva missionária no sertão. Temos notícia de que um padre da Companhia realizou uma entrada que teria trazido grande quantidade de índios em 76. A partir de então as entradas se sucederam durante décadas e o Espírito Santo se torna o principal campo missionário da colônia no final do século. Os jesuítas mandavam para lá padres muito eficientes nesse tipo de trabalho, os sertanistas. É o período em que Anchieta foi Provincial (1578-1586), depois superior no Espírito Santo (88-92) e enfim residente em Reritiba. Mesmo depois de sua morte o movimento continuou.

Em sua primeira fase destacou-se o padre Diogo Fernandes, que realizou sete ou oito entradas, penetrando profundamente no sertão: uma delas durou oito meses e desceu grande número de índios. Diogo Fernandes nasceu no Espírito Santo, entrou na

Companhia aos 16 anos, em São Paulo, onde foi discípulo de Anchieta, serviu como irmão em Vitória, terminou sua formação e se ordenou na Bahia, voltando ao Espírito Santo em 73. Foi superior em Reritiba, onde viveu muitos anos. Também o padre Antônio Dias realizou duas ou três entradas nessa época, a partir de Guarapari, onde foi superior.

Em 1584, quando esteve na capitania, o visitador da Companhia de Jesus, padre Gouveia, enviou uma entrada com dois padres e alguns índios, e o donatário, Vasco Fernandes Coutinho II, *"deu provisões sob graves penas que ninguém fosse saltear no caminho. Deu-lhes três léguas de terras* (...) *e perdão dalgumas mortes e alevantamentos, que tinham antigamente feito."* O donatário – ainda segundo o mesmo informante, Fernão Cardim – teria assinado os documentos sem ler, dizendo que *"tudo que o padre Visitador pusesse estava bem."*(CARDIM, 1978, p.206)

Entre 1578 e 1588 foram fundados os aldeamentos de Reritiba, dos Reis Magos e de Guarapari. Em 84, as duas aldeias mais antigas tinham cerca de 3.000 índios.

Mas os problemas continuavam; os índios que "desciam" eram atacados por doenças, e os colonos não cessavam de procurar cativá-los, o que provocava conflitos com os jesuítas. Contudo, nesse final do século a pressão dos colonos se intensificou, ao mesmo tempo em que chegavam os aimorés ao norte da capitania.

A destruição dos tupiniquins em Ilhéus e Porto Seguro permitiu o avanço desse povo, que começou a pressionar os tupiniquins do Espírito Santo, já acossados pelos brancos, forçando-os a buscar a "proteção" dos jesuítas nas aldeias.

Ao sul, os goitacás continuavam resistindo e impedindo a expansão da capitania naquela direção. Contra eles, o capitão-

mor Miguel de Azeredo[1] organizou uma grande expedição em 1595, com a participação de forças do Rio de Janeiro e de São Vicente, e as bênçãos de Anchieta, que acompanhou as tropas até a foz do rio Paraíba, por onde iniciaram o ataque. O sucesso da expedição provavelmente favoreceu a catequese – e certamente a escravização – mas não encontrei qualquer menção à origem dos aldeados da região, salvo uma referência de César Marques a uma aldeia de goitacás fundada por aquela época mas ela está acompanhada de outras informações sobre aldeamentos muito equivocadas, o que lhe da pouca credibilidade. Um dos equívocos está em não fazer distinção entre os aldeamentos, dirigidos pelos jesuítas, onde os indígenas estavam sob a autoridade deles, tinham igreja e casa para residência dos padres, embora estes nem sempre residissem, e as aldeias de índios livres nas quais os jesuítas pregavam e procuravam converter os moradores, mas não estavam sob a direção dos inacianos.

A aldeia de Reritiba, residência de Anchieta em seus últimos anos de vida, onde ele escreveu boa parte de sua obra literária, foi um dos principais focos do movimento missionário, chegando a ter quatro ou cinco jesuítas residentes, que realizavam entradas e doutrinavam os índios de outras aldeias da região. Dedicavam-se também ao ensino do tupi a estudantes da Companhia, enviados de outras capitanias. Na época de Anchieta chegou a reunir mais de três mil índios.

A aldeia dos Reis Magos desempenhou o mesmo papel, ao norte, e teve seu apogeu nas primeiras décadas do século XVII. Nela residiram dois famosos catequistas, o padre Domingos Garcia e o padre João Martins, que dirigiu-a por quase vinte anos.

1 Miguel de Azeredo, sobrinho de Belchior, foi capitão-mor durante o governo de Luisa Grimaldi, viúva de Vasco Fernandes Coutinho II. Era amigo de Anchieta, que chegou a se hopedar em sua fazenda quando já estava muito doente, no fim da vida.

Nos primeiros tempos era habitada por tupiniquins, e Domingos Garcia, além de participar de duas ou três entradas, enviava outras, comandadas por índios da aldeia, em busca de outros tupiniquins que haviam fugido dos portugueses para o sertão. Uma delas foi descrita por um dos jesuítas que lá residia. Formada por trinta índios, chefiados por dois "principais" da aldeia, partiu em 1595, pela região do rio Doce. No caminho encontraram um chefe já cristão, que se dirigia para Reis Magos com sua parentela, *"passante de 100 almas"*, aos quais os índios deram aviso de como haviam de ir seguramente, para não serem salteados. Seguiram em frente até encontrar *"seus parentes"* em duas aldeias, e conseguiram convencê-los – segundo o narrador, exaltando as virtudes dos padres e a proteção contra as *"injúrias dos portugueses"*— a descerem para Reis Magos. (LEITE, 1938, Tomo I, pp.244-247).

Depois dos tupiniquins chegou a vez dos aimorés. Na década de 1610, o padre Domingos Monteiro, antigo missionário em Ilhéus, onde "pacificara" aimorés da região, tornou-se superior da aldeia e conseguiu atrair e tratar a paz com os que viviam mais próximos das povoações do Espírito Santo, e iniciar sua catequese e aldeamento em Reis Magos. Porém, os aimorés da serra continuaram hostis.

Na década seguinte, o padre João Martins saiu à procura dos paranaubis, também chamados Mares Verdes, embora residissem no sertão do rio Doce, na atual Minas. Empreendeu três entradas, indo sempre à mesma aldeia, e acabou conseguindo levá-los para o aldeamento, com o mesmo argumento de sempre: a proteção contra o cativeiro, que eles temiam mais do que tudo.

A partir dessa época, as invasões holandesas e a ocupação da região norte pelos portugueses (Estado do Maranhão e do

Grão-Pará) atraíram os esforços dos jesuítas em outra direção, e o trabalho missionário no sertão do Espírito Santo foi interrompido. Porém, as aldeias de Reritiba e dos Reis Magos foram mantidas até a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, em meados do século XVIII.

Fontes e Bibliografia Específica

ANCHIETA, José de, 1988, *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte- São Paulo, Itatiaia/USP.

—. 1958, *De gestis Mendi de Saa* , trad. Cardoso, Armando, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

BOSI, Alfredo, 1994, *Dialética da Colonização*, São Paulo, Companhia das Letras, 2ª Edição.

CABRAL, Alfredo Valle, 1887 , *Cartas Avulsas (1550-1568)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

CARDIM, Fernão, 1978, *Tratados da terra e gente do Brasil, Brasiliana v.168*, São Paulo, Cia. Editora Nacional/ MEC.

DAEMON, Basílio, 1879, *Província do Espírito Santo*, Vitória.

DEAN, Warren, 1985, *Las poblaciones indígenas del litoral brasileño de São Paulo a Rio de Janeiro*, in ALBORNOZ, Sanchez, *Poblacion y mano de obra en America Latina*, Madri, Alianza Editorial.

DIAS, Ondemar, 1995, *A vida no Brasil ao tempo do tratado de Tordesilhas*, in LEMOS, M. Teresa Toríbio Brittes, org., *Além do Mar Tenebroso*, Rio de Janeiro, UERJ/ PROEALC.

ELLIS, Miriam, 1976, *As bandeiras na expansão geográfica do Brasil*, in Sergio Buarque de Holanda, *História*

Geral da Civilização Brasileira, v.1, t.1, 5ª ed., DIFEL.

FERNANDES, Florestan, 1963, *Organização social dos tupinambás*, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

—. 1976, *Antecedentes indígenas : organização social das tribos tupis*, in HOLANDA, Sérgio Buarque de, *História Geral da Civilização Brasileira, A época colonial*, 1, 5a ed., 1976, DIFEL.

FRANCO, Francisco de A. Carvalho, 1940, *Bandeiras e Bandeirantes*, Brasiliana, São Paulo, Companhia Ed. Nacional.

FREIRE, Mário Aristides, 1945, *A Capitania do Espírito Santo*, Vitória.

LAMEGO, Alberto, 1913, *A Terra Goitacá*, Paris, L' Édition d'Art.

LAZZARO, Agostino, 1995, *A face múltipla e vária: a presença da mulher na cultura capixaba*, Vitória.

LEITE, Serafim, 1938-1950, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa/ Rio de Janeiro, Livraria Portugália - Civilização Brasileira.

—. 1940, org. *Novas cartas jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)*, Brasiliana, São Paulo, Cia. Editora Nacional.

—. 1943, *Vida do Venerável padre José de Anchieta*, Rio de Janeiro, Companhia Ed. Nacional

—. 1954, org. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, São Paulo.

—. 1957, org. *Monumenta Brasilie*, v. II , IV, Roma.

—. 1961, *Aspectos do Brasil em 1571 numa carta inédita de Antônio da Rocha*, superior no Espírito Santo, Lisboa.

LERY, Jean de, 1950, *Viagem à Terra do Brasil*, São Paulo, Editora Martins.

MARQUES, César Augusto, 1878, *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo*, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional.

MARTINS, Maria de Lourdes de P., *Anchieta I – Poesias, São Paulo*, Ed. Assunção.

METRAUX, Alfred, 1928, *La civilisation matérielle des tribus tupi-guarani*, Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner.

MONTEIRO, John Manuel, 1994, *Negros da Terra*, São Paulo, Companhia de Letras.

NEVES, Luís Felipe Baeta, 1978, *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios*, Rio de Janeiro, Forense – Universitária.

MEES, Luis, 1996, *Convento da Penha*, in Você, *Revista da Secretaria de Produção e*

Difusão Cultural/UFES, ano V, nº 42.

NOBREGA, padre Manoel da, 1886, *Cartas do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

NOVAES, Maria Stella, 1954, *Relicário de um Povo*, Vitória.

OLIVEIRA, José Teixeira de,1975, *História do Estado do Espírito Santo*, Vitória, Fundação Cultural do Espírito Santo.

PENA, Misael F., 1878, *História da Província do Espírito Santo*, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Amâncio, 1914, *Homens e cousas espírito-santenses*, Vitória.

PITTA, Sebastião da Rocha, 1950, *História da América Portuguesa*, Bahia, Ed. Progresso.

PORTELA, Eduardo, 1959, *José de Anchieta – Poesia*, Rio de Janeiro, Agir Ed.

ROIZ, Pedro, 1955, *Anchieta*, Salvador, Livr. Progresso Ed.

RÖWER, Basílio, 1957, *Páginas de História Franciscana no Brasil*, Petrópolis, Vozes.

SALVADOR, Frei Vicente do, *História do Brasil*, 3ª ed. São Paulo, Ed. Melhoramentos, s.d.

SALVADOR, José Gonçalves, 1994, *A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar*, Vitória, UFES/Departamento Estadual de Cultura.

—. 1978, *Cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional*, São Paulo, Liv. Pioneira Ed.

SÁ, Mem de, 1906, *Documentos Relativos a Mem de Sá, Governador do Brasil*, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

SANCEAU, Elaine, 1956, *Capitães do Brasil*, Porto, Portugal.

SANTOS NEVES, Jayme, 1984, *A Outra História da Companhia de Jesus*, Vitória.

SILVA LISBOA, Baltazar, 1834, *Anais do Rio de Janeiro*, V.1, Rio de Janeiro.

SOUZA, Gabriel Soares de, . 1974, *Tratado descritivo do Brasil em 1580*, São Paulo, Melhoramentos.

TAUNAY, Afonso d' E., 1924, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, São Paulo.

VALLE, Eurípedes Queiroz, 1971, *O Espírito Santo e os espírito-santenses*, Vitória, 3ª Ed.

VASCONCELLOS, Simão de ,1865, *Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil*, Lisboa.

VIOTTI, Hélio A., 1966, *Anchieta, o Apóstolo do Brasil*, São Paulo, Loyola Ed.

Coleção Canaã

Volumes

1º Relato do Cavalheiro Carlo Nagar Cônsul Real em Vitória - O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana (Fevereiro 1895) ▪ *Carlo Nagar - 1995*

2º Projeto de Um Novo Arrabalde - 1896 ▪ *Francisco Saturnino Rodrigues de Britto - 1996*

3º Catálogos de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585 - 1822) ▪ *João Eurípedes Franklin Leal - 1998*

4º Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas - O Inicio da Colonização do Espírito Santo ▪ *Nara Saletto - 1998*

5º Viagem à Província do Espírito Santo - Imigração e Colonização Suíça ▪ *Johann Jakob von Tschudi - 2004*

6º Colônias Imperiais na Terra do Café - Camponeses Trentinos (Vênetos e Lombardos) nas Florestas Brasileiras ▪ *Renzo M. Grosselli - 2008*

7º Viagem de Pedro II ao Espírito Santo ▪ *Levy Rocha - 2008*

8º História do Estado do Espírito Santo ▪ *José Teixeira de Oliveira - 2008*

9º Os Capixabas Holandeses - Uma História Holandesa no Brasil ▪ *Ton Roos e Margje Eshuis - 2008*

10º Pomeranos Sob o Cruzeiro do Sul - Colonos Alemães no Brasil ▪ *Klaus Granzow - 2009*

11º Carlos Lindenberg - Um Estadista e seu Tempo ▪ *Amylton de Almeida - 2010*

12º Província do Espírito Santo ▪ *Basílio Carvalho Daemon - 2010*

13º Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas - O Início da Colonização do Espírito Santo - 2ª Edição Revisada ▪ *Nara Saletto - 2011*

Os volumes acima, entre outros documentos e obras raras, podem ser consultados no site do APEES, em formato pdf, dentro do projeto Biblioteca Digital, no seguinte endereço: www.ape.es.gov.br

Fontes
ZapfChan Dm BT
Goudy Old Style

Papel
Couche fosco 90g